



### Filtro selecionado

Período: Monitoramento Temático Ano 2015

Listagem por: Programa

Programa: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Órgão: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Elementos a serem exibidos: Indicadores; Objetivos; Metas; Regionalização das Metas; Iniciativas; Fin. Extraorçamentários; Med. Institucionais; Ações;

## PROGRAMA: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

### Informações Básicas

Tipo de programa: Temático

### INDICADORES

Indicador: Área de pastagens degradadas recuperadas pelo programa ABC

#### Informações Básicas

Data de referência: 01/01/2011      Unidade de medida: ha      Índice: 0  
Fonte: Entidades Públicas, Privadas e Laboratório Virtual Multinstitucional para as Ações de Monitoramento, Reporte e Verificação-MRV  
Periodicidade: Anual      Base geográfica: Nacional  
Fórmula de cálculo: Conforme metodologia definida pelo Laboratório Virtual Multinstitucional - MRV O Indicador se refere ao compromisso de recuperar áreas de pastagens degradadas, em um total de 6 milhões de hectares, dentro do plano de agricultura de baixo carbono (ABC).

#### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 395.598  
Data de Apuração: 31/12/2015

Indicador: Área plantada com grãos

#### Informações Básicas

Data de referência: 31/10/2010      Unidade de medida: ha      Índice: 47.415.700  
Fonte: CONAB - Relatórios de Levantamento de Safra  
Periodicidade: Anual      Base geográfica: Nacional  
Fórmula de cálculo: Somatório das áreas de produção de Algodão em caroço, Arroz, Amendoim, Aveia, Centeio, Cevada, Feijão, Girassol, Mamona, Milho, Soja, Sorgo, Trigo e Triticale. Referência: 31/10/2010 (safra 2009/2010) - 47.415.700 ha

#### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 57.939.000  
Data de Apuração: 31/12/2015

Indicador: Disponibilidade de calorias per capita provenientes de produtos agropecuários brasileiros

#### Informações Básicas

Data de referência: 31/12/2010      Unidade de medida: kcal/hab.dia      Índice: 3.202  
Fonte: Deagro/SPA/MAPA  
Periodicidade: Anual      Base geográfica: Nacional  
Fórmula de cálculo:  $I = S ((Pdx \cdot Cal) / Hab)$  I = Disponibilidade de calorias per capita (em Kcal/habitante.dia) Pdx = Produção do produto X (em kg/ano) Cal = Calorias disponibilizadas por 1 kg (um quilo) do produto Hab = número de habitantes no Brasil Produtos considerados: x = Arroz, feijão, soja (óleo), trigo, carne bovina, carne suína, carne de frango, ovo, leite, banana, laranja, maçã, manga, batata-inglesa, mandioca Unidade: Kcal/Hab/dia Polaridade: quanto maior, melhor.

#### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 3.874  
Data de Apuração: 31/12/2015

Indicador: Evolução da área sob utilização de sistemas sustentáveis de produção (Agricultura Orgânica + Plantio Direto)

#### Informações Básicas

Data de referência: 01/01/2011      Unidade de medida: %      Índice: 40  
Fonte: Entidades públicas (Cadastro nacional da produção Orgânica) e privadas (APDC)  
Periodicidade: Anual      Base geográfica: Nacional  
Fórmula de cálculo:  $E = \{(\text{Área sob sistemas orgânicas de produção} + \text{Área sob plantio direto}) / \text{área total de produção}\} \times 100$ .

#### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 44,64  
Data de Apuração: 31/12/2015

Indicador: Evolução da produção de carnes

#### Informações Básicas

Data de referência: 30/06/2010      Unidade de medida: %      Índice: 2,83  
Fonte: CONAB



Periodicidade: Anual

Base geográfica: Nacional

Fórmula de cálculo:  $Fórmula = \{ [Volume\ total\ da\ produção\ de\ carnes\ no\ ano] / [Volume\ total\ da\ produção\ de\ carnes\ no\ ano\ anterior] - 1 \} * 100$  Resultado em % ao ano.

**Informações do Monitoramento**

Valor Apurado: -0,6568

Data de Apuração: 31/12/2015

**Indicador: Evolução da produção nacional de grãos**

**Informações Básicas**

Data de referência: 31/12/2010

Unidade de medida: %

Índice: 10,45

Fonte: CONAB - Relatórios de levantamento de safra

Periodicidade: Anual

Base geográfica: Nacional

Fórmula de cálculo:  $Evolução = \{ [Somatório\ da\ produção\ de\ Algodão\ em\ caroço,\ Arroz,\ Amendoim,\ Aveia,\ Centeio,\ Cevada,\ Feijão,\ Girassol,\ Mamona,\ Milho,\ Soja,\ Sorgo,\ Trigo\ e\ Triticale\ da\ safra\ (n)] / [somatório\ da\ produção\ desses\ produtos\ da\ safra\ (n-1)] - 1 \} X\ 100$ . Referência: safra 2009/2010.

**Informações do Monitoramento**

Valor Apurado: 1,07

Data de Apuração: 31/12/2015

**Indicador: Participação das exportações agropecuárias brasileiras no comércio internacional**

**Informações Básicas**

Data de referência: 31/12/2009

Unidade de medida: %

Índice: 5,04

Fonte: MAPA/SRI

Periodicidade: Anual

Base geográfica: Nacional

Fórmula de cálculo:  $Participação = [ (Valor\ da\ exportações\ agropecuárias\ brasileiras) / (Valor\ total\ do\ comércio\ internacional) ] x\ 100$

**Informações do Monitoramento**

Valor Apurado: 5,119

Data de Apuração: 31/12/2015

**Indicador: Percentual de área coberta pelo seguro rural subvencionado**

**Informações Básicas**

Data de referência: 31/12/2010

Unidade de medida: %

Índice: 7,83

Fonte: DEGER/SPA/MAPA e IBGE

Periodicidade: Anual

Base geográfica: Nacional

Fórmula de cálculo:  $I = [ (Área\ total,\ em\ hectares,\ coberta\ pelo\ PSR\ na\ modalidade\ agrícola) / (Área\ total,\ em\ hectares,\ divulgada\ pelo\ IBGE) ] x\ 100$  O indicador será calculado pela divisão entre a área total coberta pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural e o PSR, constante do Sistema de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural e o SISSER, e a área total divulgada pelo IBGE no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

**Informações do Monitoramento**

Valor Apurado: 3,95

Data de Apuração: 31/12/2015

**Indicador: Produção nacional de grãos**

**Informações Básicas**

Data de referência: 31/10/2010

Unidade de medida: tonelada

Índice: 149.254.900

Fonte: CONAB e Relatórios de Levantamento de Safra

Periodicidade: Anual

Base geográfica: Nacional

Fórmula de cálculo:  $Somatório\ da\ produção\ de\ Algodão\ em\ caroço,\ Arroz,\ Amendoim,\ Aveia,\ Centeio,\ Cevada,\ Feijão,\ Girassol,\ Mamona,\ Milho,\ Soja,\ Sorgo,\ Trigo\ e\ Triticale$ . Referência: 31/10/2010 - (safra 2009/2010) - 149.254.900 toneladas

**Informações do Monitoramento**

Valor Apurado: 207.777.000

Data de Apuração: 31/12/2015

**Indicador: Produção total de energia a partir de biomassa agropecuária**

**Informações Básicas**

Data de referência: 31/12/2009

Unidade de medida: milhões de tep

Índice: 79

Fonte: Balanço Energético Nacional (BEN) - Calculado pela EPE/MME

Periodicidade: Anual

Base geográfica: Nacional

Fórmula de cálculo: Conforme metodologia do Balanço Energético Nacional (BEN) da EPE/MME Índice de Referência: 79 milhões de toneladas equivalentes de petróleo (BEN 2010, base 2009) Unidade de Medida: Toneladas Equivalentes de Petróleo.



#### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 87  
Data de Apuração: 31/12/2014

#### Indicador: Taxa de desfrute de bovinos e bubalinos

##### Informações Básicas

Data de referência: 31/12/2010      Unidade de medida: %      Índice: 13,19  
Fonte: MAPA/SDA / Cosalfa  
Periodicidade: Anual      Base geográfica: Nacional  
Fórmula de cálculo: Taxa de Desfrute = [(Número de bovinos e bubalinos destinados oficialmente ao abate no ano) / (Rebanho efetivo de bovinos e bubalinos)] \* 100

##### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 10,81  
Data de Apuração: 31/12/2015

#### Indicador: Taxa de produção apoiada pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e por mecanismos de comercialização

##### Informações Básicas

Data de referência: 31/12/2010      Unidade de medida: %      Índice: 11,35  
Fonte: CONAB  
Periodicidade: Anual      Base geográfica: Nacional  
Fórmula de cálculo: Taxa da produção apoiada = { [ (somatório das quantidades apoiadas de arroz, algodão, milho, trigo e soja) / (somatório da produção dos mesmos produtos) ] x 100 } Polaridade: Quanto menor, melhor.

##### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 0,0276  
Data de Apuração: 31/12/2015

#### Indicador: Taxa de variação anual da produção de produtos não alimentares e não energéticos

##### Informações Básicas

Data de referência: 31/12/2010      Unidade de medida: %      Índice: 9,74  
Fonte: IBGE  
Periodicidade: Anual      Base geográfica: Nacional  
Fórmula de cálculo: Taxa = { [ ( Qn(x) / Qn(x-1) ) - 1 ] x 100 } Qn(x) = Quantidade produzida do produto n no ano x (em kg) Qn(x-1) = Quantidade produzida do produto n no ano x (em kg) Produtos considerados (n): borracha, madeira, couro, algodão e fibras (linho, juta, malva e rami). Polaridade: quanto maior, melhor. Obs. Com base nos dados de produção do IBGE, o valor de referência do indicador para 2009/2010 é de 3,67%.

##### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 3,27  
Data de Apuração: 31/12/2015

#### Indicador: Taxa de variação anual das exportações de produtos do setor agropecuário

##### Informações Básicas

Data de referência: 31/12/2010      Unidade de medida: %      Índice: 10  
Fonte: SRI/MAPA  
Periodicidade: Anual      Base geográfica: Nacional  
Fórmula de cálculo: (Valor das exportações de produtos agropecuários (em US\$) no período t / valor das exportações de produtos agropecuários (em US\$) no período t - 1) x 100

##### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 9,87  
Data de Apuração: 31/12/2015

#### Indicador: Taxa média dos juros reais de financiamento da safra

##### Informações Básicas

Data de referência: 31/12/2010      Unidade de medida: %      Índice: 3,37  
Fonte: DEAGRI/SPA/MAPA  
Periodicidade: Trimestral      Base geográfica: Nacional  
Fórmula de cálculo:  $TMFr = \{ [(TRC * VRC) + (TRLc * VRLC) + (TRLNC * VRLNC)] / VPR \} / (1+i)$  Onde: TMFr = taxa média de financiamento real i = taxa inflação 12 meses à frente TRC = taxa de juros recursos controlados VRC = volume de recursos controlados TRLC = taxa de juros recursos livres contabilizados VRLc = volume de recursos livres contabilizados TRLNC = taxa de juros recursos livres não contabilizados VRLNC = volume de recursos livres não contabilizados VPR = volume potencial de recursos para a safra

##### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 4,14  
Data de Apuração: 31/12/2015



**Indicador: Volume de grãos exportados pelos portos do Arco Norte**

**Informações Básicas**

Data de referência: 31/12/2010	Unidade de medida: milhões de toneladas	Índice: 4,68
Fonte: MDIC / SECEX		
Periodicidade: Anual	Base geográfica: Regional	
Fórmula de cálculo: Somatório da produção de Algodão em caroço, Arroz, Amendoim, Aveia, Centeio, Cevada, Feijão, Girassol, Milho, Soja, Sorgo, Trigo e Triticale [ Posições NCM (0709-0713; 1001-1008; 1201-1207) Sistema Alice Web] exportados pelos portos do arco norte : Barcarena - PA, Belem - PA, Santarém - PA, São Luís - MA e Manaus - AM.		

**Informações do Monitoramento**

Valor Apurado: 15,37
Data de Apuração: 31/12/2015
Observação: Apurado no Sistema Alice Web / MDIC

**OBJETIVOS**

**Objetivo: 0350 - Utilizar os mecanismos de apoio à comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e Aperfeiçoar a geração e a disseminação de dados sobre safras, preços, custo de produção e abastecimento de produtos e insumos agropecuários para subsidiar a formulação de políticas públicas visando a garantia do abastecimento interno, a geração de divisas cambiais e renda aos produtores rurais.**

**Informações Básicas**

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional do Objetivo: A garantia do abastecimento interno, a geração de divisas cambiais e a renda dos produtores rurais decorrem, principalmente, de políticas públicas implementadas com base em informações consistentes sobre safras, preços, custos de produção e abastecimento de produtos e insumos agropecuários, além de mecanismos que apoiem a comercialização desses produtos. Quando necessária a intervenção no mercado, visando manter a renda do setor, são utilizados instrumentos específicos da PGPM-Política de Garantia de Preços Mínimos, cuja execução compete à Conab, sendo fundamental o monitoramento constante das condições existentes no mercado agrícola e o consequente alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão.

No âmbito da PGPM, tendo como público-alvo os produtores rurais, as cooperativas, as associações e grupos de agricultores, são efetuadas aquisições de produtos pelo governo federal-AGF, ou lançados Contratos de Opção de Venda, que representam a promessa de compra futura pelo governo, quando as cotações de preços dos produtos no mercado apresentam-se inferiores às fixadas para os preços mínimos oficiais. Alternativamente, ao invés de realizar aquisições, podem ser lançados instrumentos de subvenção econômica ou prêmios equalizadores para escoamento dos produtos agrícolas que, da mesma forma, garantam a remuneração aos produtores. Os instrumentos mencionados estão à disposição do governo federal que os aciona nas ocasiões em que é preciso uma ação pública para sustentar os preços e a renda dos produtores rurais. As condições de comercialização da safra de cada um dos produtos básicos de alimentação e das matérias-primas agrícolas determinam o momento e a intensidade da intervenção governamental, que adquire o produto amparado pela PGPM para assegurar renda ao produtor, formar estoques ou regular o abastecimento interno.

Uma retrospectiva dos anos anteriores demonstra que este ano de 2015 foi o de menor atuação da Conab no que tange aos instrumentos da PGPM. E isso foi determinado pelas condições do mercado. Em 2012 ocorreram aquisições de arroz e trigo (AGF), além de terem sido utilizados instrumentos de sustentação de preços tais como PEP, PEPRO, VEP, Recompra, Contrato de Opção, envolvendo produtos como laranja, sisal, milho, trigo, arroz, uva e derivados. Em 2013, recorreu-se ao AGF, PEPRO e Contratos de Opção de Venda, com destaque para o milho, em Mato Grosso, que foi alvo de 95% desses instrumentos. A sustentação de preços se deu por conta do grande volume de milho colhido na 2ª safra. Para produtos como arroz, trigo, algodão e feijão, as condições de oferta e demanda de seus mercados dispensaram qualquer tipo de intervenção oficial. Já em 2014 o governo interviu no mercado com menor intensidade porque boa parte dos preços praticados apresentaram-se iguais ou acima dos preços mínimos fixados, razão pela qual as aquisições ocorreram em menor volume, mas de forma mais diversificada, para produtos como o milho, feijão e trigo. O milho, comprado em maior quantidade por meio da AGF-Especial, visou recompor os estoques públicos para atender ao Programa Venda Balcão que, como no ano anterior, beneficiou pequenos criadores da região da SUDENE. Também o feijão destacou-se nesse ano, cujas aquisições diretas foram ampliadas nos últimos meses, em decorrência do volume excedente da safra. E, ao final daquele ano, o preço de mercado do trigo na região sul estava abaixo do preço mínimo, o que motivou sua aquisição via AGF. Além dessas aquisições, a Conab lançou operações com subvenção, como o PEPRO e o VEP, e também realizou operações de Compra, Venda, e Compra e Venda Simultânea, abrangendo produtos como algodão (cujo apoio pelo PEPRO atingiu 52% da produção total), borracha, laranja, milho, trigo, arroz, sisal, além de produtos diversos para composição de cestas básicas. O ano de 2015 foi de bom desempenho do agronegócio, no qual se produziu a maior safra de todos os tempos, mantendo ou até mesmo elevando o patamar de preços, gerando boas margens aos produtores rurais. E em razão dos preços praticados no mercado mostrarem-se equilibrados, foi desnecessária a intervenção oficial, não havendo, portanto, a formação de estoques públicos. Com exceção da cadeia produtiva da mandioca, que ainda se ajusta após a seca prolongada na região Nordeste (2012/2013), o que estimulou o aumento do plantio em outras regiões do país, levando a uma superprodução dessa raiz e à redução dos preços (até 50% em algumas regiões). Nesse caso, com os preços recebidos pelos produtores abaixo do mínimo oficial houve, no segundo semestre, forte demanda por AGF de farinha e fécula de mandioca. Também foi utilizado o PEPRO, por meio de leilões públicos, com o fim de amparar o produtor de borracha assegurando sua renda, em razão do declínio nos preços desse produto, ocasionado pela grande oferta mundial de borracha e pelas altas produtividades dos países asiáticos e alguns africanos, que agravaram o cenário de queda nos preços. E por intermédio da PGPMbio, houve o pagamento de subvenção a produtores extrativistas, promovendo renda e manutenção da atividade e conservação dos biomas onde estão inseridas as comunidades extrativistas.

A forma, intensidade e momento da intervenção oficial praticada pela Conab é balizada pelo seu acervo de informações sobre safras, estoques, comércio internacional e níveis de consumo doméstico dos produtos amparados, além de dados sobre a rede armazenadora disponível. E também pelo acompanhamento contínuo do comportamento dos mercados desses produtos e monitoramento da situação do abastecimento público. Para tanto, a Companhia atualiza e disponibiliza, mensalmente, o balanço da oferta e demanda dos oito principais produtos da pauta da PGPM, publica regularmente análises de conjuntura dos mercados agrícolas e mantém uma forte interação com os representantes dos setores de produção e comercialização dos produtos agropecuários. O conjunto das informações coletadas e processadas, como acompanhamento das safras, custos de produção e preços praticados pelos mercados para os principais produtos, são disponibilizados no site da Conab. Inclusive os preços em nível de produtor e atacado, referentes a 120 produtos, disponíveis ao público desde 2013. O intercâmbio de informações sobre preços, custos de produção e levantamento de safras, mantém articulação com diversas instituições públicas e privadas, de forma que parceiros estatais e não estatais participam da coleta de dados e diversos segmentos interessados têm acesso à informação.



Nos levantamentos de safras, realizados de forma regionalizada, são levantados dados de área plantada, produção estimada, produtividade média das culturas e sua evolução desde o preparo do solo à colheita, pacote tecnológico utilizado pelos produtores, influência climática, dentre outros. Além de grãos, as pesquisas passaram a incluir o café e a cana-de-açúcar nesses dois últimos anos. A meta final do PPA, para as pesquisas de safras, era ampliar a amostra para 90% dos municípios com produção relevante, índice alcançado já no 1º semestre de 2014. Os dados das safras são o ponto de partida das análises sobre o abastecimento público e a qualidade dessas informações é um objetivo permanente da empresa, demonstrado pelo esforço na implantação de nova metodologia de coleta e tratamento de informações, que começou a ser discutida em 2012, sendo aprimorada nos três últimos anos. A fixação de preços mínimos oficiais em patamares adequados é essencial para o cumprimento das metas de sustentação da renda dos produtores, sendo tais preços os parâmetros básicos para a operacionalização dos instrumentos de apoio à comercialização. Anualmente, antecedendo o plantio, são elaborados estudos e apresentadas Propostas para o Preços Mínimos (atualmente com 43 produtos) relativos às safras de verão, de inverno, de produtos regionais e da sociobiodiversidade, este último para os produtos do extrativismo, incrementado sobretudo nos dois últimos anos.

Os estoques de produtos pertencentes ao Governo federal têm sua guarda e conservação realizada por empresas armazenadoras públicas ou privadas, mediante a formalização de contratos de depósitos com a Conab, que fiscaliza regularmente as condições dos produtos, de modo a garantir suas condições fitossanitárias para reposição ao mercado nos momentos em que é requerida a complementação da oferta privada desses produtos. A Conab dispõe de uma rede própria de armazéns, boa parte em áreas não atendidas pela iniciativa privada e apresenta 42% de sua capacidade estática certificada. Para monitorar a capacidade nacional de estocagem de produtos, especialmente de grãos, a Conab administra o cadastro nacional de unidades armazenadoras, realizando o levantamento das informações e atualizando o banco de dados dos armazéns do país. Pelo censo dessas unidades identificam-se os espaços para armazenamento, permitindo acompanhar o índice de disponibilidade de armazenagem em âmbito nacional, o qual, neste ano, mostrou-se inferior aos anos anteriores. O PNA, divulgado no Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014, objetivou ampliar e modernizar a rede armazenadora do país, aumentando a capacidade estática de armazenagem privada e pública, acompanhando o crescimento da produção agrícola. Para a Conab, foram destinados recursos para construir 10 novas unidades e reformar/modernizar 80 já existentes, fortalecendo aquelas em ambiente natural (grãos), abrangendo armazéns coletores e de abastecimento. Com essa medida, e por meio de contrato firmado com o Banco do Brasil, almejou-se evoluir de 2,32 para 2,97 mil toneladas, ampliando o atendimento aos programas sociais do governo e de intervenção no mercado. O ritmo lento das contratações dos projetos pelo BB não permitiu tal evolução e o descompasso entre planejado e executado demandou ajustes no contrato celebrado entre as partes, com atividades e projetos redimensionados para os próximos anos, dentro de novo orçamento a ser contemplado no PPA 2016-2019.

## METAS

**Meta: Atualizar mensalmente os quadros de oferta e demanda dos principais produtos da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)**

### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: CONAB

### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: As informações acerca da atividade agropecuária no Brasil vêm sendo cada vez mais relevantes para a tomada de decisões, seja no âmbito do Poder Público, ou da iniciativa privada. Com o objetivo de acompanhar mercados e monitorar a situação do abastecimento público, desde 2012 tem sido atualizado e informado, mensalmente, na página eletrônica da Conab e na Revista Indicadores da Agropecuária, o balanço da oferta e demanda brasileira de 8 produtos da pauta da PGPM (algodão em pluma, arroz em casca, feijão, milho, soja em grãos, farelo de soja, óleo de soja e trigo). O quadro de oferta e demanda, elaborado por produto, contempla dados referentes a estoque inicial, produção, importação, suprimento, consumo, exportação e estoque final. Com base nesses dados são elaboradas análises de mercado e conjunturas agrícolas, que auxiliam na formulação de políticas públicas de abastecimento. Este é um esforço permanente e contínuo que a Companhia desenvolve ao longo de sua história, primando pela transparência das informações e pelo refinamento dos dados divulgados, objetivando manter a credibilidade junto ao público, tanto no setor estatal como na sociedade em geral.

Quantidade alcançada: 8 Produtos com Quadro de Oferta e Demanda Atualizado

Data de Referência: 31/12/2015

**Meta: Elaborar nova metodologia de coleta, tratamento e disseminação de informações agrícolas e de abastecimento**

### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: CONAB

### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: A capacidade competitiva da agropecuária brasileira e os seus reflexos no abastecimento e na segurança alimentar e nutricional exige a geração e o acesso à informação e ao conhecimento relevante como parte do processo de formação da inteligência no Estado. A Conab visando contribuir para a compreensão dessa questão, está realizando grande esforço para oferecer informações e conhecimento ao conjunto da sociedade a respeito dos problemas e dos resultados da agropecuária nacional.

Para tanto, intensificou nos últimos anos o processo de atualização das seguintes metodologias:

- 1) pesquisa de preços recebidos pelos produtores, no atacado e no varejo – se presta a contribuir com a análise econômica, social e política e na tomada de decisão pelos agentes econômicos no âmbito do abastecimento e da segurança alimentar e nutricional;
- 2) custos de produção – tem como finalidade mensurar as condições de concorrência e competitividade, indicar os níveis da evolução tecnológica, proporcionar meios para dimensionar a renda e a rentabilidade do setor agrícola e contribuir com a tomada de decisão por atores estatais e não estatais a respeito dos impactos econômicos, sociais e políticos na produção, comercialização e consumo dos produtos agropecuários;
- 3) levantamento e avaliação de safra: a utilização de modelos estatísticos, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite (GPS), sistemas de informações geográficas e modelos agrometeorológicos/espectrais, para estimar as áreas de cultivo e prever impactos à produtividade das lavouras, são essenciais para a melhoria do processo de tomada de decisão pelos agentes econômicos a respeito do abastecimento e segurança alimentar e nutricional.
- 4) receita bruta mensal faturada por produto e por estado – o acompanhamento mensal do fluxo da receita da cesta de 40 produtos selecionados (oleaginosas, cereais, fibras, frutas, hortícolas, carnes, leite e ovos), em cada unidade da federação, oferece resultados do fluxo de produção e comercialização da agropecuária com o fim de contribuir com o conhecimento a respeito da rentabilidade do setor.
- 5) nível de lucratividade dos produtores rurais – metodologia em construção no sentido de estabelecer a receita líquida dos produtores rurais utilizando-se da receita bruta e dos custos de produção como meios para se alcançar os resultados pretendidos.

A Conab torna públicas suas metodologias e atua no sentido de atualizá-las periodicamente.



**Meta: Elevar a abrangência da amostra de 70% para 90% dos municípios com produção relevante, nas pesquisas de safra para levantamento da produção de grãos**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: CONAB

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: Análises técnicas da Companhia em 2011 indicavam a existência de 736 municípios brasileiros com produção relevante a ser pesquisada, dos quais 515 já eram contemplados com as pesquisas de safras. Nos anos posteriores ampliou-se a amostra e, em 2015, a Conab superou a meta de abrangência do número de municípios com produção representativa de grãos contemplados pelas pesquisas de safras. Atualmente são 699 municípios que compõem a amostra e em 95% deles são realizados os levantamentos e avaliações de safra de grãos. Novos roteiros de levantamentos da safra 2014/2015 foram inseridos para que a amostra seja mais representativa, notadamente em Roraima, Pará, e na região do MATOPIBA, em razão da nova fronteira agrícola de produção.  
Quantidade alcançada: 95 %  
Data de Referência: 31/12/2015

**Meta: Elevar a capacidade estática de armazenagem da rede própria da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) de 2.148,0 para 3.100 mil toneladas**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: CONAB

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: Contando com uma rede armazenadora própria atualmente composta por 180 armazéns, agrupados em 98 Unidades Armazenadoras distribuídas em 27 estados da Federação e no Distrito Federal, não houve alteração da capacidade estática (2.319.320 t) da rede da Conab em relação ao ano anterior.  
Foram previstos no Plano Nacional de Armazenagem-PNA investimentos de R\$500 milhões no triênio 2013/2015, com o fim de ampliar a capacidade estática da rede própria, buscando atingir 2.976 mil toneladas.  
No escopo do PNA foi prospectada a construção de dez novas unidades armazenadoras: Luiz Eduardo Magalhães/BA (100 mil t); Anápolis/GO (50 mil t); Campina Grande/PB (60 mil t); Xanxerê/SC (50 mil t); Cerejeiras/RO (30 mil t); Itaqui/MA (100 mil t); Quixadá/CE (50 mil t); Petrolina/PE (50 mil t); Viana/ES (75 mil t) e Eliseu Martins/PI (100 mil t) e ainda a reforma, adaptação e/ou ampliação de 80 unidades da rede própria.  
Para sua viabilização, a Conab foi autorizada a contratar o Banco do Brasil, responsável por atuar na gestão e na fiscalização de obras e serviços de engenharia relacionados à construção, ampliação, reforma ou modernização de armazéns destinados às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários. Porém, os serviços contratados para a prestação de serviços de engenharia andaram em ritmo lento, havendo um descompasso entre o planejado e o executado. O Contrato Administrativo assinado em 17/09/2013 entre a Conab e o Banco do Brasil, no valor total de R\$32.946.437,44, com vigência até o dia 17 de janeiro de 2016, está passando por tratativas visando seu aditamento, com a finalidade de prorrogá-lo por mais 28 meses a contar de seu vencimento.  
Foram entregues pelo referido Banco nove Estudos de Viabilidade Técnica, Econômico-Financeira, Ambiental e Social-EVTEAs, considerada esta a primeira etapa da construção dos novos armazéns, tendo sido tais estudos elaborados pela Empresa VPC Brasil Tecnologia Ambiental e Urbanismo Ltda, com exceção dos estudos necessários às unidades de Itaqui/MA e Estrela/RS. O armazém de Itaqui continua na fase de deliberação. O Armazém de Estrela, por decisão da Conab, não receberá mais esse investimento.  
Também foram apresentados e aprovados os estudos preliminares para a reforma e ampliação de 40 armazéns da rede atual. A próxima etapa do processo de construção dos novos armazéns, e de reforma dos existentes, consiste na elaboração de projetos executivos de arquitetura e engenharia. Para desenvolver essa fase o Banco do Brasil contratou empresas que deverão responder pelos levantamentos topográficos e sondagens, pelo projeto padrão para ampliação dos armazéns da rede atual, pela elaboração do caderno de encargos e também pela supervisão dos projetistas das empresas que executarão as reformas e manutenção dos oitenta armazéns.  
A maior capacidade estática de armazéns da Conab concentra-se na Região Centro-Sul, com cerca de 1,9 milhões de toneladas, representando 84% do total, sendo constituída pela Região Sudeste (703.800 t), seguida da Região Centro-Oeste (651.900 t) e da Região Sul (599.600 t). Esta é também a maior região produtora de grãos do país, sendo que cerca de 88% da produção prevista para a safra 2015/2016 (210.475,9 mil toneladas) está ali concentrada. O Plano Nacional de Armazenagem deverá atender outras demandas por armazenagem, nos locais de produção, em novas fronteiras agrícolas em Luiz Eduardo Magalhães e Eliseu Martins e de abastecimento, para a produção de proteína animal, na região nordeste, sudeste e sul com a construção de novos Armazéns e reformas e ampliação em Armazéns da rede atual da Conab.  
O Plano de Investimento do PNA da Conab estimava custos de aproximadamente R\$467 milhões para a construção, modernização, ampliação e reforma das unidades armazenadoras. No entanto, estudos preliminares realizados pela Conab e Contratada elevaram essa estimativa em cerca de 58%. Diante das restrições orçamentárias vigentes, novo plano de investimento deverá ser elaborado, de forma a redimensionar os serviços e obras e possibilitar a conclusão dos projetos.  
Quantidade alcançada: 2.319.320 Toneladas  
Data de Referência: 31/12/2015  
Anexo: Capacidade\_Est\_tica\_de\_Armazenagem\_da\_Rede\_Pr\_pria\_da\_Conab.pdf

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	534.400	TON	651.900	31/12/2015
Região Nordeste	477.300	TON	271.080	31/12/2015
Região Norte	233.900	TON	92.940	31/12/2015
Região Sudeste	909.300	TON	703.800	31/12/2015
Região Sul	637.600	TON	599.600	31/12/2015

**Meta: Elevar o índice de disponibilidade de armazenagem de 0,85 para 1,2 da produção agropecuária nacional**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: CONAB

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: A capacidade estática da rede de armazéns disponíveis, em âmbito nacional, foi de 152.355,3 mil toneladas e a produção



nacional de grãos safra 2014/2015 atingiu 207.663,4 mil toneladas, o que equivale ao índice de disponibilidade de armazenagem de 73% , denotando um decréscimo no índice quando comparado com dez/2014, que correspondeu a 77% naquela data. No período 2012 a 2015 a produção de grãos cresceu 25% enquanto a capacidade estática disponível evoluiu cerca de 7%. Esse descompasso entre a produção agrícola e a capacidade estática afeta a cadeia produtiva, sendo que a falta de armazéns no período da colheita gera problemas de logística, dificultando o escoamento da safra. Isso passa a exigir uma compatibilização da expansão da capacidade armazenadora com o aumento do quantitativo de grãos produzidos no país, visando à redução do déficit de armazenagem e ao atendimento da demanda por armazenagem no local da produção agrícola, incluindo as novas fronteiras agrícolas e os centros de comercialização e consumo. A construção, recuperação, modernização e ampliação da rede armazenadora da Conab contribuirá para reduzir essa diferença, em consonância com o Plano Nacional de Armazenagem lançado em 2013, por ocasião da divulgação do Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014. O referido Plano apresentou, à época, dois eixos:

a) ampliação da rede armazenadora privada, beneficiando produtores e cooperativas, via financiamento do governo, com a criação de linha de crédito de R\$ 25 bilhões, durante 5 anos, distribuídos em 5 parcelas de R\$5 bilhões ao ano, a partir de 2014, para a construção de armazéns. A taxa de financiamento é de 3,5% ao ano, e o período de financiamento é de 15 anos, sendo 3 anos de carência e 12 anos de pagamento. Essa ação poderia agregar aproximadamente 13 milhões de toneladas de capacidade estática ao ano, totalizando 65 milhões de toneladas de capacidade estática ao final dos 5 anos;

b) ampliação da rede armazenadora do governo (Conab), com recursos previstos de R\$500 milhões, sendo R\$350 milhões para construção de 10 novas unidades em regiões prioritárias e de fronteira agrícola do país e R\$150 milhões para reformar, modernizar e ampliar 80 armazéns da rede. Com a conclusão das obras programadas, a capacidade estática do setor público federal deveria evoluir das atuais 2,32 pra 2,97 milhões de toneladas, melhorando a efetividade da União na execução da PGPM e no equilíbrio da oferta de alimentos ao consumidor, minimizando as oscilações de preços e os riscos de impacto sobre a inflação (formação de estoques públicos, ampliação da capacidade de atendimento aos programas sociais do governo, regulação de preços mínimos e do abastecimento dos principais alimentos básicos).

O Banco do Brasil foi contratado pela Conab para responder pela gestão e fiscalização de obras e serviços de engenharia relacionados à construção, ampliação, reforma ou modernização dos armazéns da Companhia. No entanto, as obras e serviços que constam do Plano de Investimento do Contrato Administrativo Conab nº30/2013 com o Banco do Brasil S.A. não lograram contratação como planejado, estando ainda na fase de elaboração dos projetos executivos. Nesse contexto, a Conab envidou esforços para que no próximo Plano Plurianual seja dada continuidade ao Plano Nacional de Armazenagem da Conab.

No PPA 2016/2019, no âmbito do Programa Agropecuária Sustentável, foi definido como Objetivo: Ampliar a capacidade de armazenagem e promover o abastecimento alimentar e nutricional, a competitividade do setor, a geração de divisas cambiais e a produção e disseminação de informações agropecuárias. Também foi estabelecido como meta para a Conab: Ampliar em 700.000 toneladas a capacidade estática de armazenagem da Companhia Nacional de Abastecimento.

Esta condição enseja a continuidade do Plano Nacional de Armazenagem da Conab, o qual deverá ser escalonado até o ano de 2019.

Quantidade alcançada: 0,73 Índice de disponibilidade

Data de Referência: 31/12/2015

## INICIATIVAS

### Iniciativa: 010Y - Aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de informação do agronegócio e da capacidade armazenadora

#### Informações Básicas

Individualizada: Não

## AÇÕES

### Ação: 10.22211.20.605.2014.20Y7 - Desenvolvimento do Abastecimento Agroalimentar

#### Informações Básicas

UO: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Finalidade:

Descrição: Realização das atividades de modernização das Unidades Armazenadoras, levantamento de dados para atender o Sistema Nacional de Cadastro das Unidades Armazenadoras, captação de informações para divulgação de safra de grãos, estudo das perdas na pós-colheita, no armazenamento e transporte de grãos, e divulgação de informações sobre o abastecimento agroalimentar.

Produto: Cadeia de abastecimento organizada/mantida

Unidade de Medida: unidade

### Iniciativa: 010Z - Ampliação e modernização da capacidade estática da rede armazenadora da CONAB

#### Informações Básicas

Individualizada: Sim

#### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: O Plano Nacional de Armazenagem-PNA objetiva a ampliação e modernização da rede armazenadora no país e destina à Conab recursos da ordem de R\$500 milhões para a reforma, modernização e ampliação das unidades existentes e também para a construção de novos armazéns. Tal medida deverá ampliar a capacidade atual da rede própria em até 2,96 milhões de toneladas, possibilitando elevar o atendimento aos programas sociais do governo e de intervenção no mercado. O PNA está representado na LOA-2015, via Ação 1510- Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora da Conab, sendo composta de quatro planos orçamentários: PO-01 Construção de Unidade Armazenadora; PO-02 Reforma e Ampliação de Unidade Armazenadora; PO-04 Remuneração do Agente Executor do Plano de Ampliação da Capacidade de Armazenagem e PO-05 Elaboração de Projetos de Construção, Reforma e Ampliação de Unidades Armazenadoras.

A dotação orçamentária para essa Ação em 2015 (incluindo os quatro Planos Orçamentários) correspondeu a R\$129.554.056,00 sendo R\$29.437.034,00 para Despesas Correntes e R\$100.117.022,00 para Despesas de Capital. Na distribuição dos recursos foram destinados R\$46.429.255,00 para despesas com construção, R\$55.004.753,00 para reforma e ampliação, R\$19.991.300,00 para a remuneração do agente executor e R\$ 8.128.748,00 para a elaboração de projetos. No entanto, no ano, foi executado R\$ 5.605.503,66 em despesas correntes, ou seja, somente 4,33 % do orçamento aprovado.

Nesses dois últimos anos não houve ampliação da capacidade estática da rede armazenadora própria da Conab, uma vez que para a construção de novas unidades armazenadoras é necessário o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Financeira, Ambiental e Social-EVTEAS, além dos Projetos Básico e de Construção. Quanto à reforma e ampliação, as exigências referem-se a elaboração dos Projetos Preliminares e Executivos. Essas etapas já foram iniciadas, porém os serviços contratados com o Banco do Brasil para a prestação de serviços de engenharia apresentaram ritmo lento, havendo um descompasso entre o planejado e o executado, necessitando de ajustes no Contrato Administrativo celebrado entre os dois órgãos (Conab e BB), adequando-



se os prazos e os termos constantes do Projeto Básico, via Termo Aditivo, já que algumas atividades foram reprogramadas para serem finalizadas até 2019.

#### MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

**Medida Institucional Normativa: Ampliação da capacidade estática da rede armazenadora da CONAB nas Regiões Sul (SC), Sudeste (ES/MG), Nordeste (PE/CE) e Norte (PA/TO), para atender à meta de elevar o índice de disponibilidade de armazenagem. Esses projetos serão iniciados conforme a disponibilidade orçamentária, nos exercícios 2013 a 2015. As ações orçamentárias serão definidas contemporaneamente aos projetos.**

##### Informações Básicas

Unidade Responsável: Companhia Nacional de Abastecimento

#### AÇÕES

**Ação: 10.22211.20.605.2014.1510 - Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora da CONAB**

##### Informações Básicas

UO: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Finalidade:

Descrição: Ampliação da capacidade estática pública de armazenagem da CONAB, mediante a construção de 10 novas unidades armazenadoras, e da reforma, modernização e ampliação ou realocação das unidades antigas existentes em 2012. O aumento da capacidade estática da rede própria de armazenagem visa melhorar a efetividade da União na execução da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e no equilíbrio da oferta de alimentos ao consumidor visando minimizar as oscilações de preços e os riscos de impacto sobre a inflação (formação de estoques públicos, ampliação da capacidade de atendimento aos programas sociais do governo, regulação de preços mínimos, regulação do abastecimento dos principais alimentos básicos).

Produto: Capacidade ampliada

Unidade de Medida: T

**Ação: 10.22211.20.605.2014.7W19 - Estruturação da CONAB em Regiões de Faixa de Fronteira**

##### Informações Básicas

UO: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Finalidade:

Descrição: Ampliação da capacidade estática pública de armazenagem da CONAB, mediante a construção de novas unidades armazenadoras, e reforma, modernização e ampliação ou realocação das unidades antigas existentes na faixa de fronteira. O aumento da capacidade estática da rede própria de armazenagem visa melhorar a efetividade da União na execução da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e no equilíbrio da oferta de alimentos ao consumidor visando minimizar as oscilações de preços e os riscos de impacto sobre a inflação (formação de estoques públicos, ampliação da capacidade de atendimento aos programas sociais do governo, regulação de preços mínimos, regulação do abastecimento dos principais alimentos básicos).

Produto: Estrutura implantada

Unidade de Medida: unidade

**Iniciativa: 02F5 - Aperfeiçoamento e disponibilização das estimativas de safras**

##### Informações Básicas

Individualizada: Não

#### MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

**Medida Institucional Normativa: Obtenção de informações quantitativas e qualitativas frequentes, utilizando meios/métodos subjetivos, amostrais ou objetivos (levantamentos periódicos pesquisas de campo, sensoriamento remoto, geoprocessamento e modelos agrometeorológicos), nos diferentes estágios das culturas dos principais produtos agropecuários e agroenergéticos, para subsidiar a formulação da política agrícola e o balanço de oferta e demanda dos produtos agropecuários. Apoiar a implementação de novas tecnologias para melhorar a qualidade dos dados, permitindo a tomada de decisões pelo setor público e privado de forma mais ágil, transparente, imparcial e segura. As despesas decorrentes desta iniciativa serão custeadas pela Ação 20Y7 - Desenvolvimento do Abastecimento Agroalimentar.**

##### Informações Básicas

Unidade Responsável: Companhia Nacional de Abastecimento

**Iniciativa: 0112 - Aperfeiçoamento dos mecanismos de apoio à comercialização, da fixação de preços mínimos e divulgação de análises sobre infraestrutura e logística de escoamento da produção agropecuária**

##### Informações Básicas

Individualizada: Não

#### MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

**Medida Institucional Normativa: Estudos e análises sobre comercialização, abastecimento e logística de escoamento da produção agropecuária, realizados com base no Manual de Operações da Conab, Decreto-Lei 79/66 e Regulamento de Apoio à Comercialização.**

##### Informações Básicas

Unidade Responsável: Companhia Nacional de Abastecimento

**Iniciativa: 02F6 - Cooperação técnica com agências e organismos internacionais para intercâmbio de informações agrícolas e de abastecimento**

##### Informações Básicas

Individualizada: Não





#### MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

Medida Institucional Normativa: Estabelecimento de instrumentos de cooperação técnica com agências e organismos internacionais para intercâmbio de informações sobre produção agropecuária e abastecimento (estatísticas de safras, preços agropecuários, custos de produção, balança de oferta e demanda, efeitos climáticos e balança comercial) com base nas normas da ABC - Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores e no Decreto que regulamenta a cooperação entre Governos.(Decreto 1.751)

##### Informações Básicas

Unidade Responsável: Companhia Nacional de Abastecimento

Iniciativa: 0113 - Aquisição de produtos agrícolas para a formação de estoques públicos

##### Informações Básicas

Individualizada: Não

#### AÇÕES

Ação: 10.22211.20.605.2014.2130 - Formação de Estoques Públicos - AGF

##### Informações Básicas

UO: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Finalidade:

Descrição: Operacionalização de instrumentos definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), mediante a Aquisição do Governo Federal - AGF na forma direta ou em decorrência do exercício de Contratos de Opção de Venda, com vistas à retirada de excedentes de produtos do mercado nos momentos das safras, formando estoques reguladores e estratégicos para utilização dos mesmos no abastecimento em épocas e regiões apropriadas, inclusive realização das despesas operacionais, financeiras e tributárias decorrentes das operações de compra e venda e da manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários, na forma preconizada pela política governamental de intervenção no mercado para garantir o preço e renda ao produtor, formar estoques públicos e regular o abastecimento interno.

Produto: Produto adquirido

Unidade de Medida: T

Ação: 10.74101.20.605.2014.0299 - Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF (Lei nº 8.427, de 1992)

##### Informações Básicas

UO: 74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

Finalidade:

Descrição: Concessão de subvenção econômica, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), sob a forma de equalização de preços, equivalente à parcela do custo de aquisição do produto que exceder o valor obtido na sua venda, observada a legislação aplicável à formação e alienação de estoques públicos e à cobertura das despesas vinculadas aos produtos em estoque.

Produto:

Unidade de Medida:

Iniciativa: 02F9 - Estruturação da rede pública de informação agrícola, em parceria com governos estaduais e municipais

##### Informações Básicas

Individualizada: Não

#### MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

Medida Institucional Normativa: Produção de estudos, análises conjunturais e prospectivas, boletins técnicos, estatísticas, banco de dados e outros insumos, subsidiando a tomada de decisão do Governo, dos produtores rurais, dos consumidores e de toda a cadeia agroalimentar. Disponibilização, na rede mundial (internet), de informações e conhecimentos acerca de temas relevantes como a avaliação de safras, conjunturas, balanço da oferta e demanda, custo de produção, armazenagem, valor bruto da produção, corredores de escoamento das safras, posição de estoques, indicadores agropecuários, legislações, publicações especializadas e comercialização. As despesas decorrentes desta iniciativa serão custeadas pela Ação 20Y7 - Desenvolvimento do Abastecimento Agroalimentar.

##### Informações Básicas

Unidade Responsável: Companhia Nacional de Abastecimento

Iniciativa: 02FE - Quantificação das perdas qualitativas e quantitativas na pós-colheita de grãos

##### Informações Básicas

Individualizada: Não

#### MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

Medida Institucional Normativa: Identificação das perdas quantitativas e qualitativas no armazenamento e no transporte dos principais produtos agrícolas nas mais importantes regiões produtoras brasileiras. O estudo das perdas qualitativas e quantitativas decorrentes das operações realizadas na pós-colheita dos grãos agrícolas é, há muito tempo, uma demanda do agronegócio brasileiro. A determinação dos índices de perdas será uma importante ferramenta na regulamentação do setor visando evitar prejuízos aos produtores, às empresas armazenadoras e ao próprio governo. As despesas decorrentes desta iniciativa serão custeadas pela Ação 20Y7 - Desenvolvimento do Abastecimento Agroalimentar.

##### Informações Básicas

Unidade Responsável: Companhia Nacional de Abastecimento

**Iniciativa: 0118 - Disponibilização de mecanismos de suporte de preços e apoio a comercialização de produtos agropecuários****Informações Básicas**

Individualizada: Não

**AÇÕES****Ação: 10.74101.20.605.2014.0300 - Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)****Informações Básicas**

UO: 74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

Finalidade:

Descrição: Subvenção econômica concedida, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), sob a forma de equalização de preços, equivalente: à concessão de prêmio ou bonificação, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado; no máximo, à diferença entre o preço de exercício em contratos de opções de venda de produtos agropecuários lançados pelo Poder Executivo ou pelo setor privado e o valor de mercado desses produtos, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação; ou ao percentual do prêmio pago na aquisição de opção de venda, isolada ou combinada ao lançamento de opção de compra, pelo setor privado.

Produto:

Unidade de Medida:

**Iniciativa: 0119 - Fiscalização dos estoques, das operações de garantia e sustentação dos preços na comercialização dos produtos agropecuários****Informações Básicas**

Individualizada: Não

**AÇÕES****Ação: 10.22211.20.125.2014.2137 - Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários****Informações Básicas**

UO: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Finalidade:

Descrição: Realização de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos, ou, sistemática, durante o período de armazenamento para a avaliação das condições qualitativas e quantitativas dos produtos e das condições técnicas, cadastrais e operacionais dos armazéns depositários.

Produto: Fiscalização realizada

Unidade de Medida: unidade

**Iniciativa: 011E - Modernização e ampliação da Unidade Armazenadora de Itaqui/MA****Informações Básicas**

Individualizada: Sim

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Iniciativa: O Plano Nacional de Armazenagem, aprovado pelo Governo Federal, contempla a construção de uma unidade armazenadora em Itaqui/MA com capacidade estática para 100 mil toneladas de grãos, tendo sido previsto um investimento de R\$99,2 milhões de reais, sendo que a Conab contava com o terreno, localizado no berço do calado do Porto de Itaqui, que é uma importante rota de entrada de arroz e trigo produzidos na região Sul e de exportação de milho e soja, produzidos na nova fronteira agrícola do Piauí, Maranhão e Tocantins.

Entretanto, por razões operacionais e política de administração portuária, o referido armazém sofreu mudanças de localização e operação, sendo o novo local, sugerido pela Secretaria Especial de Portos-SEP da Presidência da República, situado nos limites do Porto Organizado de Itaqui, dentro da Preleza do Pinheiro, de propriedade da União. A Secretaria de Patrimônio da União-SPU, Superintendência do Maranhão autorizou, por meio da Portaria nº3, de 21/05/2015, publicado no DOU de 26/06/15, realizar levantamento topográfico das áreas onde será construída a unidade armazenadora. Com base nesse documento, a Conab está apta a autorizar os estudos do projeto do armazém (sondagem e EVTEA), o que deverá ocorrer no próximo ano.

**Iniciativa: 011F - Modernização, Reforma e Certificação das unidades de armazenamento da CONAB****Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA****Medida Institucional Normativa: Implementação de projetos de modernização e reforma de unidades próprias de armazenamento, bem como a certificação destas unidades. As despesas decorrentes desta iniciativa serão custeadas pela Ação 20Y7 - Desenvolvimento do Abastecimento Agroalimentar.****Informações Básicas**

Unidade Responsável: Companhia Nacional de Abastecimento

**Medida Institucional Normativa: Modernizar, reformar e certificar as unidades de armazenamento da CONAB As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas pelo PO 0001 - Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns da Ação Orçamentária 20Y7 - Desenvolvimento do Abastecimento Agroalimentar.****Informações Básicas**

Unidade Responsável: Companhia Nacional de Abastecimento



Iniciativa: 011J - Revisão de normativos e procedimentos de fiscalização dos estoques públicos de produtos agroalimentares

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

**Medida Institucional Normativa: Revisão, pela CONAB e demais atores do MAPA, das Normas Técnicas e Procedimentos Operacionais associados à fiscalização dos estoques reguladores de produtos agroalimentares, públicos e privados.**

**A revisão dos normativos será realizada com base no manual de operações da Conab - MOC**

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Companhia Nacional de Abastecimento

**Objetivo: 0600 - Ampliar a infraestrutura, disponibilizar on-line séries históricas das informações meteorológicas e climáticas e incentivar, por meio do desenvolvimento de produtos e aplicações especiais e da interação direta entre meteorologistas e usuários, a utilização desses dados nos processos de planejamento e de tomada de decisão dos setores público e privado.**

**Informações Básicas**

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional do Objetivo: Ampliar a Infraestrutura de Observação

O incremento de estações meteorológicas automáticas na Rede Nacional de Observação Meteorológica de Superfície do INMET tem permitido um melhor monitoramento dos fenômenos meteorológicos, que atuam no país, especialmente os eventos severos, que afetam a Agricultura e também o dia a dia de milhares de cidadãos brasileiros. Por outro lado, esse adensamento de estações automáticas no território nacional, implica no aumento quantitativo de dados meteorológicos coletados e armazenados, que além de contribuírem para melhores previsões de Tempo, também propiciam um melhor acompanhamento das condições climáticas correntes, bem como propicia meios para o monitoramento de flutuações climáticas de curto prazo e/ou mudanças climáticas de longo prazo e são importantes ferramentas na mitigação e adaptação a eventos climáticos severos.

Essa ampliação da capacidade de monitoramento propicia melhores condições para o planejamento de ações e tomadas de decisão governamental, visando à proteção e salvaguarda de vidas, além de orientações agrometeorológicas mais precisas, por meio da disseminação antecipada de alertas e avisos de eventos meteorológicos severos. É importante ressaltar o papel mais amplo que o INMET desempenha, pois a informação meteorológica/climática tem aplicações em outras áreas como saúde, transporte, energia, abastecimento de água e etc.

Nesse contexto, a ampliação da infraestrutura de observação meteorológica está em curso, ancorada na aquisição e instalação de 118 estações meteorológicas automáticas, por meio do Projeto de Cooperação Técnica entre o INMET e a Organização Meteorológica Mundial. Esse projeto de cooperação permitiu que o custo de empreendimento fosse 3 vezes menor.

Como o concurso público do INMET ainda não se realizou e as equipes de manutenção existentes não são suficientes para que se mantenha a ampliação da rede planejada, optou-se por manter uma rede de aproximadamente 620 estações automáticas, que consumiria ao máximo a capacidade do INMET em manter a rede fisicamente operando em 95% do tempo.

As estações automáticas estão em processo de instalação, que ocupará todo o ano de 2016.

**Ampliar a Infraestrutura**

O Centro de Dados Climáticos – CDC tem a missão de preservar toda documentação relacionada com a coleta de dados meteorológicos e funciona como o Arquivo de Documentos Meteorológicos Históricos do INMET. Sua construção atendeu aos critérios estabelecidos pela Comissão Nacional de Arquivos, CONARQ e foi realizada sem contratemplos. O edifício foi entregue ao final de 2015 e todas as cadernetas de observação meteorológica e livros M-1, já foram transferidos para o CDC e estão armazenados em estantes e arquivos deslizantes.

Desta forma, toda a memória histórica do Clima do país, cuja coleta sistematizada teve início em 1909, com a criação do INMET estará preservada dentro dos padrões adotados pela CONARQ.

**Disponibilizar Série Histórica de Dados**

Em 2012, o INMET começou a disponibilizar por 90 dias os dados meteorológicos coletados em sua rede de observação de superfície, para acesso por qualquer cidadão e criou um banco de dados meteorológicos para uso pela comunidade acadêmica. No entanto, havia demandas pela série completa de dados históricos, especialmente para a pesquisa e para subsidiar com maior amplitude os processos de agrometeorológicos de Zoneamento Agrícola de Risco Climático.

Nesse contexto, estabeleceu-se o Projeto de Recuperação de Dados Históricos, com o intuito de resgatar dados em papel, difíceis de serem manuseados, para transformá-los em dados digitais, que podem ser facilmente importados para quaisquer tipos de base de dados. Esse projeto tinha como meta digitalizar 4.500.000 documentos produzidos pelas estações meteorológicas convencionais, mas ao final deste PPA foram transformados em dados digitais aproximadamente 90% dos documentos previstos (4.060.611 documentos), o que permitiu a adição de aproximadamente 89.245.000 novos dados históricos ao Banco de Dados Meteorológicos do INMET.

Atualmente, qualquer cidadão, além de acessar os dados atualizados, coletados pela rede de observação de superfície, também podem acessar via o Banco de Dados Meteorológicos para Ensino e Pesquisa – BDMEP, os dados digitais das estações convencionais.

**Aplicações Especiais e Produtos para a Tomada de Decisão**

O INMET estabeleceu uma atitude proativa de conhecer e influir positivamente e para tanto procurou se aproximar do utilizador da informação meteorológica, de forma a entender suas necessidades e a partir daí, poder melhor atendê-lo. Essa atitude foi perseguida com empenho e ações foram desenvolvidas para atender desde o agricultor e o cidadão, até os órgãos de governo.

Nesse seguimento, foram desenvolvidas as seguintes aplicações especiais: Previsão Numérica do Tempo para 7 Km e 2,8 Km; Previsão do Tempo por Turno; Previsão Climática Sazonal; Mapas de Monitoramento Climático; Informações Climatológicas; Avisos Meteorológicos Especiais; Produtos de Satélites; Boletim Meteorológico via correio eletrônico; Boletim Agrometeorológico; Atendimento às Solicitações Específicas do Cidadão (SIC). Dentro desse contexto, é mister ressaltar o papel assumido pelo Sistema de Suporte à Decisão na Agropecuária - SISDAGRO, que permite estabelecer a situação projetada de safra para cada agricultor.

Os novos produtos de gerados pelo sensoriamento remoto de satélites de baixa altitude tem propiciado o monitoramento agrícola em apoio às atividade da CONAB e esse apoio do INMET foi reforçado com a criação do Laboratório de Análise e Tratamento de Imagens, conjuntamente operados pelo INMET/CONAB com o propósito de acompanhar as safras remotamente. A adoção do modelo de previsão de Tempo COSMO, que permite uma acurácia maior na geração de produtos de previsão numérica, pois o modelo está sendo usado em uma grade de 7Km por 7Km para a América do Sul e em grade de 2,8 Km por 2,8 Km sobre várias regiões do país tem propiciado previsões de Tempo mais confiáveis. Além disso, foi desenvolvida uma grade específica para apoiar as Olimpíadas de 2016, com uma grade de 1 Km por 1 Km, que já foi aprovada em eventos teste, coordenados pelo Comitê da Rio-2016.

Nesse contexto de apoio à grandes eventos e competições internacionais, os meteorologistas do INMET tem participado ativamente do esforço preparatório, coordenado pela Autoridade Pública Olímpica Ressalte-se ainda, que a cargo do INMET ficou a preparação do Informativo Meteorológico sobre as regiões



onde serão realizadas competições e esse documento já foi entregue ao Comitê Organizador.

Também em 2015 foi lançado um novo produto, que aperfeiçoou os antigos Avisos de Tempo Severo do INMET. Foram adotados critérios objetivos e científicos de avaliação de riscos, de forma que os cidadãos contam com Avisos que identificam as ocorrências de severidade em critérios de perigo potencial (cor amarela), perigo (cor laranja) e grande perigo (cor vermelha). Essa informação pode ser acessada pela Internet e pela rede móvel de telefonia. Também foram adotados sistemas modernos de disseminação das mensagens, pela adoção do sistema CAP (Common Alerting Protocol), de forma a gerar informações gráficas facilmente utilizáveis pelas Defesas Cívicas.

Foram estabelecidas, também, parcerias com o Ministério de Desenvolvimento Agrário na gestão do Seguro Garantia Safra e com o Ministério de Meio Ambiente na Normatização de Aterros Sanitários de Pequeno Porte.

## METAS

**Meta: Ampliar a rede de estações meteorológicas automáticas de superfície de 465 para 965 estações**

### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: INMET/MAPA

### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: A ampliação da infraestrutura de observação meteorológica está em curso. Foram adquiridas, recebidas 118 estações meteorológicas automáticas da empresa finlandesa Vaisala, por meio de Programa de Cooperação Internacional entre o INMET e a Organização Meteorológica Mundial – OMM, que também estão sendo instaladas com o apoio desse projeto.

As áreas para instalação das estações meteorológicas concentram-se nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, para ampliar o monitoramento meteorológico nas áreas agrícolas. As estações automáticas estão em processo de instalação.

Em 2015, foram instaladas 10 estações automáticas.

Quantidade alcançada: 505 Estações meteorológicas

Data de Referência: 31/12/2015

**Meta: Digitalizar o acervo de 4,5 milhões de documentos de registro de dados disponíveis apenas em papel**

### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: INMET/MAPA

### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: Na primeira fase de implementação da meta, 3.315.677 documentos foram higienizados, separados, classificados, arquivados e foram digitalizadas 70.000 cadernetas e 260 Livros M1. Essa fase se encerrou em 2012. A realização da 2ª fase está em curso. Os documentos digitalizados acima mencionados estão em processo de digitação, e os dados meteorológicos contidos nessas imagens estão, desta forma, tornando-se novos dados meteorológicos digitais, contidos no Banco de Dados Meteorológicos do INMET.

Em 2015, foram executadas 12 Ordens de Serviço pela empresa contratada e o total de documentos resgatados até o momento é de 4.060.611 e aproximadamente 89.000.000 de novas informações históricas foram armazenadas na base de dados.

O Centro de Dados Climáticos – CDC tem a missão de preservar toda documentação relacionada com a coleta de dados meteorológicos e funciona como o Arquivo de Documentos Meteorológicos Históricos do INMET. Sua construção atendeu aos critérios estabelecidos pela Comissão Nacional de Arquivos, CONARQ. O edifício foi entregue ao final de 2015.

Todas as cadernetas de observação meteorológica e livros M-1, que foram concentrados no campus do INMET, em Brasília de forma provisória já foram transferidos para o CDC.

Os documentos estão armazenados em estantes e arquivos deslizantes. O Fundo Nacional de Mudança Climática contribuiu com recursos (R\$ 800.000,00) para a aquisição de arquivos deslizantes e desta forma garantir as melhores condições de preservação dos documentos.

Quantidade alcançada: 4.060.611 Documentos

Data de Referência: 31/12/2015

## INICIATIVAS

**Iniciativa: 02C7 - Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico (INMET)**

### Informações Básicas

Individualizada: Sim

### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Realizada a modernização de 08 equipamentos de radio-sondagem. 73% da rede de observação de altitude do INMET foi atualizada:

A ampliação da infraestrutura de observação meteorológica está em curso. Foram adquiridas 118 estações meteorológicas automáticas da Vaisala (empresa finlandesa), por meio de Programa de Cooperação Técnica (PCT) com a Organização Meteorológica Mundial (OMM), que estão em processo de instalação, também com o apoio financeiro desse PCT.

As estações estão sendo instaladas em áreas seguras, garantidas pelos parceiros para evitar atos de vandalismo o equipamento.

Foram adquiridos materiais sobressalentes para dar continuidade ao processo de manutenção das estações de modo a manter a rede com um nível de 95% de operacionalidade.

Bóias Oceanográficas e Meteorológicas. Não foi executado nenhuma atividade.

Como o concurso público do INMET ainda não se realizou e as equipes de manutenção existentes não são suficientes para que se mantenha a ampliação da rede planejada, optou-se por manter uma rede de aproximadamente 620 estações automáticas, que consumiria ao máximo a capacidade do INMET em manter a rede fisicamente operando em 95% do tempo. A meta proposta de ampliação da rede de observação de superfície não será atingida.

Considera-se que 48% da meta de ampliação da rede de observação meteorológica foi atingida.

## AÇÕES

**Ação: 10.22101.20.545.2014.147S - Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico**



#### Informações Básicas

UO: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Finalidade:

Descrição: Ampliação da capacidade de coleta de dados de observação meteorológica com a duplicação da rede de observação automática existente, incremento de 75% da rede de bóias oceânicas para a observação marinha, modernização da rede de observação de altitude e ampliação da rede de radares em operação no Brasil. O INMET fará a aquisição dos equipamentos e serviços relacionados. Sua finalidade é fortalecer a Vigilância Meteorológica Nacional e a capacidade de Previsão de Tempo e Clima e estão previstas as seguintes etapas de ampliação:

Etapa I - Processo de aquisição de estações meteorológicas automáticas (Início: 1/2012)(Término: 12/2014 ) R\$ 25.000.000

Etapa II - Recebimento das estações meteorológicas automáticas (Início: 1/2012)(Término: 12/2015 ) R\$ 0

Etapa III - Instalação das estações meteorológicas automáticas ( Início: 1/2012)(Término: 12/2016 ) R\$ 5.000.000

Etapa IV - Processo de aquisição de radares (Início: 1/2014)(Término: 12/2015 ) R\$ 18.000.000

Etapa V - Instalação de radares (Início: 1/2014)(Término: 12/2016 ) R\$ 6.000.000

Etapa VI - Aquisição de boias fixas para o programa nacional de boias (Início: 1/2014)(Término: 12/2015 ) R\$ 2.400.000

Etapa VII - Aquisição de estações de radiossondagem (Início: 1/2012)(Término: 12/2012 ) R\$ 850.000

Etapa VIII - Instalação de estações de radiossondagem (Início: 1/2013)(Término: 12/2013 ) R\$ 0

Total R\$ 57.250.000

Produto: Rede implantada

Unidade de Medida: percentual de execução física

Iniciativa: 02C9 - Articulação de esforços com o objetivo de atribuir à União a competência legislativa sobre o setor de meteorologia e climatologia e instituir o Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia para organizar e manter estes serviços em âmbito nacional

#### Informações Básicas

Individualizada: Não

#### MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

Medida Institucional Normativa: Realizar mobilização e articulação no âmbito da Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia (CMCH), criada pelo Decreto nº 6.065 de 21/MAR/2007 com o objetivo de atribuir à União a competência legislativa sobre o setor de meteorologia e climatologia e instituir o Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia para organizar e manter estes serviços em âmbito nacional.

#### Informações Básicas

Unidade Responsável: Instituto Nacional de Meteorologia

Iniciativa: 02CC - Digitalização do Acervo Histórico dos Dados Meteorológicos

#### Informações Básicas

Individualizada: Não

#### MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

Medida Institucional Normativa: Digitalização do acervo histórico dos dados meteorológicos, com a finalidade aumentar a série de dados e prover os tomadores de decisão na área de agropecuária e outras, no âmbito governamental e privado, de informações sobre o comportamento observado e previsto do tempo e do clima. As despesas decorrentes desta iniciativa serão custeadas pela Ação 2161 - Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas. As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas pelo PO 0003 - Digitalização do Acervo Histórico dos Dados Meteorológicos da Ação Orçamentária 2161 - Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas

#### Informações Básicas

Unidade Responsável: Instituto Nacional de Meteorologia

Iniciativa: 02CG - Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas

#### Informações Básicas

Individualizada: Não

#### MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

Medida Institucional Normativa: As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas pelo PO 0001 - Produção de Informações Meteorológicas e Climatológicas da Ação Orçamentária 2161 - Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas

#### Informações Básicas

Unidade Responsável: Instituto Nacional de Meteorologia

#### AÇÕES

Ação: 10.22101.20.545.2014.2161 - Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas

#### Informações Básicas

UO: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Finalidade:

Descrição: Coleta de dados, produção e divulgação de boletins e alertas, contendo as informações meteorológicas e climatológicas, bem como a operacionalização do Instituto Nacional de Meteorologia e a digitalização do acervo histórico dos dados meteorológicos, com a finalidade de prover os tomadores de decisão na área de agropecuária e afins, no âmbito governamental ou privado, e a sociedade de modo geral, de informações sobre o comportamento observado e previsto do tempo e do clima, bem como outras informações e produtos derivados, subsidiando ações que minimizem os impactos de eventos meteorológicos extremos, variabilidade e mudanças climáticas.

Produto: Boletim emitido

Unidade de Medida: unidade



**Objetivo: 0601 - Prover mecanismos de prevenção ao risco, de modo a minimizar seus efeitos na atividade agropecuária.**

**Informações Básicas**

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional do Objetivo: A atividade rural está sujeita a um conjunto de fatores de risco que foge ao domínio dos produtores, sendo os mais relevantes os decorrentes de fenômenos climáticos adversos e da incidência de pragas e doenças, com reflexos negativos na produtividade das culturas. Este Objetivo visa mitigar esses fatores de risco, por meio de instrumentos como a subvenção ao prêmio do seguro rural e as orientações do zoneamento agrícola de risco climático, proporcionando assim, uma estabilização da renda dos produtores rurais ao longo dos anos.

Durante o ano de 2015, visando aprimorar o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR, o MAPA apresentou o projeto experimental de negociação coletiva para fins de contratação de seguro rural para a cultura da soja em todo Território Nacional. A iniciativa teve como objetivo aumentar o poder de escolha dos produtores rurais no momento da contratação de uma apólice de seguro rural, garantindo assim melhores condições contratuais. O reflexo dessa iniciativa foi uma melhoria significativa nos níveis de cobertura oferecidos pelas seguradoras. No entanto, o modelo de negociação coletiva não substituiu o modelo tradicional de acesso à subvenção econômica do PSR, que segue se consolidando.

Em relação ao desenvolvimento de novos mecanismos de prevenção aos riscos da atividade agropecuária e operacionalização do Sistema Observação e Monitoramento da Agricultura no Brasil (SOMABRASIL), sob a responsabilidade da EMBRAPA/CNPM, o projeto SOMABRASIL continua sendo aprimorado, porém, devido a cortes orçamentários no ano de 2015, não houve repasse de recursos à Embrapa, para implementação de novos mecanismos demandados pela SPA.

**METAS**

**Meta: Ampliar a área coberta pelo seguro rural de 6,7 milhões para 12 milhões de hectares**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: MAPA/SPA/DEGER

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: A Lei Orçamentária Anual – LOA 2015 destinou recursos da ordem de R\$ 668 milhões para o PSR, dos quais aproximadamente R\$ 90,7 milhões foram objeto de contingenciamento, restando R\$ 577,4 milhões que foram efetivamente utilizados com o pagamento da subvenção de apólices de seguro rural. Cabe destacar que deste montante total gasto em 2015, R\$ 295,1 milhões foram utilizados para o pagamento de apólices contratadas ainda na safra de verão 2014 (operação autorizada pela Lei 13.149, de 21/07/2015). Como essas operações somente foram contabilizadas no PSR em agosto de 2015, atualizamos o valor da meta atingida em 2014, de 4,85 para 9,97 milhões de hectares amparados pelo PSR, novo recorde para o Programa.

Sobre as operações contratadas no ano de 2015, foram gastos R\$ 282,3 milhões com o pagamento da subvenção, valor que proporcionou a cobertura de 2,88 milhões de hectares pelo PSR. O número de área coberta ficou bem abaixo das expectativas, devido à destinação de parte do orçamento de 2015 para subvencionar operações de 2014, como já explicado anteriormente.

Além disso, houve um maior número de contratações de operações de culturas da safra de inverno, cujo valor médio de subvenção por hectare é superior àquele consumido pelas atividades da safra de verão.

No que diz respeito à regionalização, nota-se um decréscimo na área segurada em todas as regiões, de forma menos acentuada apenas na Região Sul.

Quantidade alcançada: 2,88 Milhões de hectares

Data de Referência: 31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2,9	milhão	0,41	31/12/2015
Região Nordeste	0,4	milhão	0,06	31/12/2015
Região Norte	0,1	milhão	0,02	31/12/2015
Região Sudeste	1,7	milhão	0,32	31/12/2015
Região Sul	6,9	milhão	2,07	31/12/2015

**Meta: Ampliar de 56 mil para 105 mil o número de produtores rurais beneficiados pelo Programa de Subvenção Prêmio do Seguro Rural (PSR)**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: MAPA/SPA/DEGER

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: A Lei Orçamentária Anual – LOA 2015 destinou recursos da ordem de R\$ 668 milhões para o PSR, dos quais aproximadamente R\$ 90,7 milhões foram objeto de contingenciamento, restando R\$ 577,4 milhões que foram efetivamente utilizados com o pagamento da subvenção de apólices de seguro rural. Cabe destacar que deste montante total gasto em 2015, R\$ 295,1 milhões foram utilizados para o pagamento de apólices contratadas ainda na safra de verão 2014 (operação autorizada pela Lei 13.149, de 21/07/2015). Como essas operações somente foram contabilizadas no PSR em agosto de 2015, atualizamos o valor da meta atingida em 2014, de 39.756 para 77.827 produtores atendidos pelo PSR, novo recorde para o Programa.

Já em relação às operações contratadas no ano de 2015, o PSR beneficiou 27.993 produtores rurais com a subvenção ao prêmio do seguro rural, número aquém das expectativas, sendo este o menor valor apurado desde o ano de 2007.

Analogamente ao ocorrido na meta anterior, esse fato ocorreu devido à utilização de parte do orçamento de 2015 para o pagamento de operações contratadas no exercício de 2014 (operação autorizada pela Lei 13.149, de 21/07/2015).

No tocante à regionalização, nota-se um decréscimo no número de produtores beneficiados em todas as regiões, de forma menos acentuada apenas na Região Sul do país.

Quantidade alcançada: 27.993 Produtores rurais

Data de Referência: 31/12/2015



Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	10.000	unidade	1.474	31/12/2015
Região Nordeste	1.500	unidade	278	31/12/2015
Região Norte	500	unidade	77	31/12/2015
Região Sudeste	18.000	unidade	3.379	31/12/2015
Região Sul	75.000	unidade	22.785	31/12/2015

#### INICIATIVAS

Iniciativa: 02CH - Ampliação e consolidação do mercado de seguro

##### Informações Básicas

Individualizada: Não

#### MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

Medida Institucional Normativa: A estratégia de implementação desse compromisso deverá contar com a participação de empresas seguradoras e de resseguros, representantes dos agentes financeiros, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Ministério da Integração, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Confederação Nacional da Agricultura, Embrapa, Instituto Nacional de Meteorologia e do Fórum Agricultura Irrigada, dentre outros.

Pretende-se ampliar o número de seguradoras e resseguradores que operam no PSR, atualmente 6 e 10 respectivamente, por meio de uma maior divulgação do Programa e da implementação de medidas institucionais.

##### Informações Básicas

Unidade Responsável: Secretaria de Política Agrícola

Iniciativa: 02CI - Aperfeiçoamento do processo de fiscalização das operações subvencionadas

##### Informações Básicas

Individualizada: Não

#### MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

Medida Institucional Normativa: Esta Iniciativa tem por objetivo aperfeiçoar o processo de fiscalização das operações de seguro rural subvencionadas. As despesas decorrentes desta iniciativa serão custeadas pelo PO 0003 - "Monitoramento, Avaliação e Fiscalização das Operações de Seguro Rural Subvencionadas" da Ação Orçamentária 20ZU - Redução de Riscos na Atividade Agropecuária.

##### Informações Básicas

Unidade Responsável: Secretaria de Política Agrícola

Iniciativa: 02CK - Desenvolvimento de novos mecanismos de prevenção aos riscos da atividade agropecuária

##### Informações Básicas

Individualizada: Não

#### MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

Medida Institucional Normativa: Esta Iniciativa se destina a amparar o desenvolvimento de instrumentos e ferramentas que permitam a identificação e o dimensionamento dos riscos climáticos (ZARC), conduzindo a uma situação de menor onerosidade nos prêmios de seguro e menor exposição ao risco por parte do produtor rural.

##### Informações Básicas

Unidade Responsável: Secretaria de Política Agrícola

Iniciativa: 02CM - Disponibilização de informações e aperfeiçoamento dos mecanismos de monitoramento de riscos agroclimáticos

##### Informações Básicas

Individualizada: Não

#### MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

Medida Institucional Normativa: Esta Iniciativa tem por objetivo disponibilizar informações e aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento de riscos agroclimáticos. As despesas decorrentes desta iniciativa serão custeadas pelo PO 0001 - Estudos, Implementação e Manutenção do Zoneamento Agrícola de Risco climático da Ação Orçamentária 20ZU - Redução de Riscos na Atividade Agropecuária e pelo PO 000E - Operação dos Serviços Administrativos da Secretaria de Política Agrícola - SPA, da Ação Orçamentária 2000 - Administração da Unidade do Programa 2105

##### Informações Básicas

Unidade Responsável: Secretaria de Política Agrícola

#### AÇÕES

Ação: 10.22101.20.608.2014.20ZU - Redução de Riscos na Atividade Agropecuária



#### Informações Básicas

UO: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Finalidade:

Descrição: Realização de estudos e publicação dos resultados para implementação e manutenção do zoneamento agrícola de risco climático, análise dos riscos aos quais estão sujeitas as diversas culturas e regiões do Brasil, contribuindo, desse modo, para o desenvolvimento do sistema de monitoramento agropecuário, bem como, ao monitoramento, avaliação e fiscalização das operações de seguro rural subvencionadas.

Produto: Produtor beneficiado

Unidade de Medida: unidade

#### Iniciativa: 02CN - Pagamento da subvenção ao prêmio e cobertura de déficit nas operações de seguro rural

##### Informações Básicas

Individualizada: Não

#### AÇÕES

Ação: 10.22101.20.608.2014.099F - Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)

##### Informações Básicas

UO: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Finalidade:

Descrição: Pagamento de subvenção econômica correspondente à diferença entre o valor de mercado do prêmio do seguro rural e o valor pago pelos produtores rurais com a finalidade de viabilizar aos produtores rurais a redução nos custos de contratação de seguro rural, por meio da ampliação do acesso a esse instrumento de gerenciamento de risco de sua atividade, buscando convergir o valor que o produtor pode pagar pela contratação do seguro com o preço do prêmio que o mercado segurador exige para operar com equilíbrio atuarial.

Produto: Produtor beneficiado

Unidade de Medida: unidade

Ação: 10.25904.04.846.2014.0026 - Cobertura de Déficit nas Operações de Seguro Rural

##### Informações Básicas

UO: 25904 - Fundo de Estabilidade do Seguro Rural

Finalidade:

Descrição: Cobertura do saldo devedor verificado em cada exercício financeiro do balanço de prêmios, sinistros, reservas e despesas com o custeio operacional e administrativas relativo às modalidades agrícola, pecuária, aquícola, florestas e penhor rural. Garantir a estabilidade das operações de Seguro Rural e atender à cobertura suplementar dos riscos de catástrofe.

Produto:

Unidade de Medida:

#### Iniciativa: 02CP - Regulamentação do Fundo de cobertura de catástrofe

##### Informações Básicas

Individualizada: Não

#### MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

**Medida Institucional Normativa: A operacionalização desta Iniciativa deverá contar com a participação de empresas seguradoras e de resseguros, Ministério da Fazenda e dos Agentes do Sistema Financeiro Nacional, Ministério do Planejamento, Ministério da Integração, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, AGU, Confederação Nacional da Agricultura, Embrapa, Instituto Nacional de Meteorologia, entre outros para preparar Ato normativo que regulamente a Lei Complementar Nº 137/2010, que instituiu o Fundo de Catástrofe.**

##### Informações Básicas

Unidade Responsável: Secretaria de Política Agrícola

**Objetivo: 0618 - Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.**

##### Informações Básicas

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O objetivo de ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural tem sido alcançado através de medidas de política agrícola adotada nas últimas safras, consolidando os avanços de uma safra para outra, e se destaca pela ampliação das disponibilidades de recursos para o financiamento da agropecuária, apesar da crise enfrentada pela economia brasileira no ano de 2015.

O lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2015/16 ocorreu num momento de menor crescimento econômico e de ajustamento da política macroeconômica brasileira, sendo esta uma realidade observada internacionalmente, inclusive dentre os principais países importadores agrícolas.

Esse cenário confere ao setor agropecuário o desafio de continuar contribuindo de forma relevante para a sustentabilidade econômica, social e ambiental, com ênfase para a retomada do crescimento do país.

Nesse sentido, tem-se a evidência histórica do desempenho da agricultura brasileira, inclusive no período de maior impacto da crise econômica e financeira internacional, mantendo taxas de crescimento elevadas, relativamente aos demais setores da economia.

E as perspectivas para a agricultura mundial, especialmente a brasileira, são favoráveis no que se refere ao crescimento da produção e do comércio de grãos e de carnes, sendo que as projeções para a próxima década, realizadas pelo MAPA e pela OCDE/FAO, não obstante assinalem crescimento menos acelerado que na década anterior, confirmam a pujança e dinamismo do setor agrícola. Diante dessas perspectivas, especialmente da posição de destaque da agricultura na economia, o Plano Agrícola e Pecuário 2015/16 preserva o apoio ao setor agropecuário, não obstante as limitações ditadas pelas políticas fiscal e monetária de controle das finanças públicas. Trata-se de não comprometer a capacidade produtiva do setor agropecuário, sua competitividade e o bom desempenho de suas funções clássicas de abastecimento do mercado interno e geração de divisas, além da contribuição para o controle inflacionário e para geração de energia.





Para o financiamento da agricultura empresarial na Safra 2015/16, foram disponibilizados R\$ 187,7 bilhões, um aumento de 20% em relação à safra anterior, sendo R\$ 149,5 bilhões para custeio e comercialização e R\$ 38,2 bilhões para investimentos.

#### METAS

**Meta: Aumentar de 107,2 para 140,5 bilhões de Reais, o volume de crédito rural oficial disponibilizado ao setor agropecuário**

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: MAPA/SPA/DEAGRI

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: A meta de aplicação do crédito rural, apesar de ter sido alcançada em 2013, teve um desempenho menor em 2014 e 2015, comparativamente ao ano de 2013. Desde a Safra 2014/2015, as taxas básicas de juros do crédito rural sofreram um aumento de um ponto percentual para as operações de custeio, investimento e de comercialização, passando de 5,5% a.a. para 6,5% a.a., o que representa um acréscimo menor quando comparado ao da taxa básica de juros da economia, a SELIC, no período de um ano. Somando-se o aumento das taxas de juros e o fraco desempenho da economia brasileira, formou-se o cenário que levou ao desempenho da aplicação do crédito rural, abaixo do esperado. A necessária elevação das taxas de juros do crédito rural procurou preservar sua margem de preferência relativamente à taxa SELIC, e ocorreu de forma seletiva, mantendo tratamento diferenciado mais favorável para os programas prioritários de investimento, com destaque para os financiamentos em irrigação, construção de armazéns, inovação tecnológica e aos médios produtores rurais.

A política de crédito rural para a safra 2015/16 mantém o compromisso histórico de disponibilizar recursos em montantes e condições de financiamento que proporcionem níveis adequados de apoio ao produtor rural, contribuindo para o crescimento da produção e da renda, e para maior isenção do Brasil no mercado agrícola internacional.

O número de contratos refletiu também o desempenho financeiro do crédito rural, com um desempenho abaixo do esperado.

A região que apresentou o melhor desempenho foi a Região Sul, com um montante de 47,9 bilhões aplicados no crédito rural, com 279.074 contratos. O segundo melhor desempenho foi da Região Sudeste, com 36,8 bilhões aplicados e total de 182.502 contratos.

Quantidade alcançada: 132,46 R\$ Bilhões / ano

Data de Referência: 31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	22,2	R\$ bilhão	36,86	31/12/2015
Região Nordeste	12,3	R\$ bilhão	9,14	31/12/2015
Região Norte	4,4	R\$ bilhão	5,65	31/12/2015
Região Sudeste	48,2	R\$ bilhão	36,86	31/12/2015
Região Sul	53,4	R\$ bilhão	47,91	31/12/2015

**Meta: Aumentar de 750 mil para 830 mil o número de contratos de crédito rural oficial (agricultura de médio e grande porte)**

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: MAPA/SPA/DEAGRI

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: O número de contratos do crédito rural teve um desempenho abaixo do esperado, refletindo a redução na procura por crédito pelos produtores rurais, os juros elevados e o fraco desempenho da economia estão entre as explicações para esse desempenho.

Quantidade alcançada: 635.846 Contratos de crédito rural oficial / ano

Data de Referência: 31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	97.000	unidade	110.265	31/12/2015
Região Nordeste	47.000	unidade	39.278	31/12/2015
Região Norte	16.000	unidade	24.747	31/12/2015
Região Sudeste	210.000	unidade	182.502	31/12/2015
Região Sul	460.000	unidade	279.054	31/12/2015

#### INICIATIVAS

**Iniciativa: 02EH - Ampliação da participação do médio produtor rural nas políticas públicas destinadas à agropecuária**

##### Informações Básicas

Individualizada: Não

#### MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

**Medida Institucional Normativa: Aumento da participação de representantes dos médios produtores nos fóruns e comitês de discussão e formulação das políticas públicas.**

##### Informações Básicas

Unidade Responsável: Secretaria de Política Agrícola



**Iniciativa: 02EI - Ampliação e Melhoria da Divulgação dos Programas de Financiamento Agropecuário**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

Medida Institucional Normativa: Acompanhamento, aperfeiçoamento e ampliação da divulgação dos mecanismos de política agrícola, em especial crédito rural; fomento ao emprego de instrumentos de captação de recursos privados; acompanhamento do mercado de insumos da agropecuária e da conjuntura das diversas cadeias do agronegócio visando estabilizar a renda dos produtores agropecuários e assegurar o abastecimento. As despesas decorrentes desta iniciativa serão custeadas pela Ação 2000 - Administração da Unidade no Programa 2105 - Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Secretaria de Política Agrícola

**AÇÕES**

**Ação: 10.22101.20.608.2014.7W20 - Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura dos Pequenos Produtores na Faixa de Fronteira**

**Informações Básicas**

UO: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Finalidade:

Descrição: Apoio a investimentos na implantação e modernização de infraestrutura e serviços necessários à dinamização econômica dos pequenos produtores rurais, ao fortalecimento da gestão social do processo de desenvolvimento nas suas múltiplas dimensões: econômica, ambiental, sociocultural-educacional e político-institucional, e de redes sociais de cooperação e à melhoria da qualidade de vida dos pequenos agricultores contribuindo para o desenvolvimento na faixa de fronteira.

Produto: Projeto desenvolvido

Unidade de Medida: unidade

**Iniciativa: 02EK - Concessão de crédito ao médio produtor rural - Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP)**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**FINANCIAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS**

**Financiamento Extraorçamentário: MODERFROTA - PRONAMP**

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Valores: 1º Ano PPA: 500.000.000,00      2º Ano PPA: 500.000.000,00      3º Ano PPA: 600.000.000,00      4º Ano PPA: 600.000.000,00

Fonte: 34100 - BNDES

**Informações do Monitoramento**

Valor Executado: 376.423.129,00

**Financiamento Extraorçamentário: PRONAMP - Concessão de crédito pelo Banco da Amazonia S.A.**

**Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural - Resolução do Banco Central do Brasil nº3.987, de 30/06/2011.**

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Valores: 1º Ano PPA: 163.921.000,00      2º Ano PPA: 168.838.000,00      3º Ano PPA: 173.904.000,00      4º Ano PPA: 179.121.000,00

Fonte: 34500 - BASA

**Informações do Monitoramento**

Valor Executado: 649.146.865,00

**Financiamento Extraorçamentário: PRONAMP - Concessão de crédito pelo Banco do Brasil S.A.**

**Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural - Resolução do Banco Central do Brasil nº3.987, de 30/06/2011.**

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Valores: 1º Ano PPA: 3.700.000.000,00      2º Ano PPA: 3.850.000.000,00      3º Ano PPA: 11.331.600.000,00      4º Ano PPA: 11.898.180.000,00

Fonte: 34300 - BB

**Iniciativa: 02EL - Concessão de crédito aos produtores rurais pelos Bancos Públicos**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**FINANCIAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS**

**Financiamento Extraorçamentário: Concessão de crédito aos produtores rurais pelo Banco do Brasil.**



#### Informações Básicas

Unidade Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
Valores: 1º Ano PPA: 21.000.000.000,00 2º Ano PPA: 22.000.000.000,00 3º Ano PPA: 41.160.000.000,00 4º Ano PPA: 45.750.000.000,00  
Fonte: 34300 - BB

#### Financiamento Extraorçamentário: Concessão de crédito aos produtores rurais pelo BASA.

##### Informações Básicas

Unidade Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
Valores: 1º Ano PPA: 595.412.000,00 2º Ano PPA: 711.907.000,00 3º Ano PPA: 848.162.000,00 4º Ano PPA: 1.006.155.000,00  
Fonte: 34500 - BASA

##### Informações do Monitoramento

Valor Executado: 1.623.784.198,00

#### Financiamento Extraorçamentário: Concessão de crédito aos produtores rurais pelo BNB.

##### Informações Básicas

Unidade Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
Valores: 1º Ano PPA: 2.111.335.000,00 2º Ano PPA: 2.479.193.000,00 3º Ano PPA: 2.796.353.000,00 4º Ano PPA: 3.063.199.000,00  
Fonte: 34400 - BNB

##### Informações do Monitoramento

Valor Executado: 3.300.144.105,00

#### Financiamento Extraorçamentário: Concessão de crédito aos produtores rurais pelo BNDES.

##### Informações Básicas

Unidade Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
Valores: 1º Ano PPA: 2.800.000.000,00 2º Ano PPA: 3.000.000.000,00 3º Ano PPA: 3.100.000.000,00 4º Ano PPA: 3.300.000.000,00  
Fonte: 34100 - BNDES

##### Informações do Monitoramento

Valor Executado: 16.297.325.597,00

#### Iniciativa: 02EP - Melhoria do acesso e aumento dos recursos do crédito rural oficial

##### Informações Básicas

Individualizada: Não

#### MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

Medida Institucional Normativa: A Iniciativa se destina também à revisão e articulação, em especial em âmbito do Conselho Monetário Nacional, dos diversos programas e linhas de crédito rural para obter o aumento de volume e melhoria do acesso aos recursos do crédito rural oficial (custeio, comercialização e investimento), com taxas de juros compatíveis com a rentabilidade da Agropecuária. Além disso, pretende-se agilizar os procedimentos operacionais dos órgãos ambientais e dos agentes financeiros, bem como realizar estudos de alternativas às exigências de garantias reais na formalização dos financiamentos.

##### Informações Básicas

Unidade Responsável: Secretaria de Política Agrícola

#### AÇÕES

##### Ação: 10.74101.20.605.2014.0294 - Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992)

##### Informações Básicas

UO: 74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

Finalidade:

Descrição: Descrição: Subvenção econômica concedida a produtores rurais e suas cooperativas em operações de crédito de custeio rural, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros.

A subvenção de equalização de taxas de juros fica limitada ao diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários a que estão sujeitas as instituições financeiras oficiais e os bancos cooperativos, nas suas operações ativas, e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural.

Consideram-se, igualmente, subvenção de encargos financeiros os bônus de adimplência e os rebates nos saldos devedores de financiamentos rurais concedidos, direta ou indiretamente, por bancos oficiais federais e bancos cooperativos.

Produto:

Unidade de Medida:

##### Ação: 10.74101.20.605.2014.0298 - Subvenção Econômica em Operações de Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)



#### Informações Básicas

UO: 74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

Finalidade:

Descrição: Subvenção econômica concedida a produtores rurais e suas cooperativas em operações de crédito de comercialização rural para estocagem de produtos agropecuários constantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros.

A subvenção de equalização de taxas de juros fica limitada ao diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários a que estão sujeitas as instituições financeiras oficiais e os bancos cooperativos, nas suas operações ativas, e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural.

Consideram-se, igualmente, subvenção de encargos financeiros os bônus de adimplência e os rebates nos saldos devedores de financiamentos rurais concedidos, direta ou indiretamente, por bancos oficiais federais e bancos cooperativos.

Produto:

Unidade de Medida:

**Ação: 10.74101.20.605.2014.0301 - Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)**

#### Informações Básicas

UO: 74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

Finalidade:

Descrição: Subvenção econômica concedida a produtores rurais e suas cooperativas em operações de crédito de investimento rural, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros.

A subvenção de equalização de taxas de juros fica limitada ao diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários a que estão sujeitas as instituições financeiras oficiais e os bancos cooperativos, nas suas operações ativas, e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural.

Consideram-se, igualmente, subvenção de encargos financeiros os bônus de adimplência e os rebates nos saldos devedores de financiamentos rurais concedidos, direta ou indiretamente, por bancos oficiais federais e bancos cooperativos.

Produto:

Unidade de Medida:

**Ação: 10.74101.20.605.2014.0373 - Equalização de Juros e Bônus de Adimplência no Alongamento de Dívidas Originárias do Crédito Rural (Leis nº 9.138, de 1995 e nº 9.866, de 1999)**

#### Informações Básicas

UO: 74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

Finalidade:

Descrição: Equalização de taxas de juros destinando recursos do Tesouro Nacional às instituições financeiras para a cobertura da diferença existente entre o custo de captação dos recursos mais o "spread" bancário e a taxa paga pelos mutuários nas operações alongadas. São classificadas, também, como equalização as concessões de rebates a título de bônus de adimplência.

Fazer face às obrigações financeiras contratuais, decorrentes do alongamento de dívidas originárias do crédito rural, nos termos da Lei nº 9.138/95 e nº 9.866/99, por meio da concessão de equalização de taxas de juros e de rebates nas parcelas devidas pelos mutuários finais, detentores de financiamentos concedidos com recursos do FAT/BNDES.

Produto:

Unidade de Medida:

**Ação: 10.74101.20.605.2014.0611 - Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural (Lei nº 9.866, de 1999)**

#### Informações Básicas

UO: 74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

Finalidade:

Descrição: Subvenção econômica concedida a produtores rurais nas operações de alongamento das dívidas originárias do crédito rural, superiores a R\$ 200.000,00, nos termos das Leis nºs 9.138/95, 9.866/99 e 10.437/02, repactuadas com base nas Resoluções do Conselho Monetário Nacional. Subvenção sob a forma de ressarcimento, pelo Tesouro Nacional, às instituições financeiras, dos valores concedidos a título de rebate sobre as parcelas de juros pagas pelos mutuários finais, que repactuaram suas dívidas rurais com base no Programa de Saneamento de Ativos – PESA.

Produto:

Unidade de Medida:

**Ação: 10.74101.20.608.2014.00PF - Subvenção Econômica em Operações de Financiamento de Capital de Giro para Agroindústrias, Indústrias de Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Cooperativas Agropecuárias (Lei nº 11.922, de 2009)**

#### Informações Básicas

UO: 74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

Finalidade:

Descrição: Subvenção econômica, na modalidade equalização de taxas de juros, em operações de financiamento de capital de giro para agroindústrias, indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas e cooperativas agropecuárias. A equalização de juros corresponderá ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte, acrescido da remuneração do BNDES e dos seus agentes financeiros credenciados.

Produto:

Unidade de Medida:

**Ação: 10.74101.20.608.2014.0297 - Subvenção Econômica para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001)**

**Informações Básicas**

UO: 74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

Finalidade:

Descrição: Subvenção econômica concedida a produtores de cacau em financiamentos no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana sob a forma de equalização de taxas de juros e bônus de adimplência.

A subvenção de equalização de taxas de juros fica limitada ao diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários a que estão sujeitas as instituições financeiras oficiais e os bancos cooperativos, nas suas operações ativas, e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural.

Produto:

Unidade de Medida:

**Iniciativa: 02EQ - Monitoramento e aperfeiçoamento dos instrumentos privados de financiamento da produção****Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA****Medida Institucional Normativa: Articulação com o Ministério da Fazenda - MF e Conselho Monetário Nacional -CMN para o monitoramento e avaliação do desempenho dos instrumentos privados de financiamento da produção, aprovados pela Lei nº 11.076 (CDA/WA, CDCA, LCA, CRA).****Informações Básicas**

Unidade Responsável: Secretaria de Política Agrícola

**Iniciativa: 04F8 - Regionalização da Política Agrícola****Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA****Medida Institucional Normativa: Desenvolvimento de parcerias e estratégias junto aos governos estaduais para implementação de medidas da política agrícola considerando as especificidades regionais e a integração com o Plano Nacional de Armazenagem e a infraestrutura logística****Informações Básicas**

Unidade Responsável: Secretaria de Política Agrícola

**Objetivo: 0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor.****Informações Básicas**

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional do Objetivo: De 2011 a 2013, os preços do café no mercado internacional sofreram forte depreciação, motivada pela retração nos estoques nos países importadores e pela preferência por café de outras origens de preço e qualidade inferiores ao produto nacional. Para dar sustentação ao cafeicultor neste período, foram tomadas medidas de prorrogação de dívidas e alongamento de prazos para que se mantivesse a produção em níveis desejados e os preços futuros se recuperassem voltando a patamares remuneradores. Tais medidas visaram atender às necessidades prementes do setor, emanadas por meio do CDPC.

Em 2014, a cafeicultura brasileira foi marcada pelos impactos do clima, com forte estiagem que atingiu as regiões do Sul de Minas, Cerrado Mineiro, São Paulo e Espírito Santo nos primeiros meses do ano. E chuvas atípicas também atrapalharam a colheita no Paraná, Minas Gerais e São Paulo. Grandes volumes foram negociados, tanto de estoques existentes como de safras futuras, com oscilações nas bolsas, o complexo quadro climático vivido em importantes regiões produtoras e aceleração cambial. A safra alcançou 45,64 milhões de sacas de 60 kg de café, as exportações foram de 36,73 milhões de sacas, com receita de US\$ 6,66 bilhões.

No ano de 2015, o cafeicultor brasileiro atravessou um ano em que houve problemas climáticos, forte desvalorização do real e alta dos juros. Os custos de produção aumentaram, principalmente em regiões produtoras que dependem de mão de obra, considerando o reajuste no salário mínimo, além de despesas para a condução da atividade como pagamento de fertilizantes, defensivos, energia, combustível, manutenção, reparos, impostos e taxas, assistência técnica, entre outras. A alta do dólar no Brasil elevou os custos dos cafeicultores, muitas vezes precificados na moeda estrangeira, apesar dos ganhos na formação dos preços do café em reais.

Na safra de 2015, a produção total de café (espécies arábica e conilon) foi de 43,24 milhões de sacas de 60kg, sendo 32,05 milhões da espécie arábica e 11,19 milhões de café conilon, com uma área plantada de 2,25 milhões de hectares e uma produtividade estimada de 22,49 sacas por hectare, de acordo com o levantamento da Conab divulgado no mês de dezembro de 2015. O cultivo majoritariamente está presente nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Rondônia, Paraná e Goiás, que correspondem a cerca de 98,65% da produção nacional. Outros Estados produtores respondem por 1,35% da safra: Acre, Ceará, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Pará, Mato Grosso e Rio de Janeiro.

De janeiro a dezembro de 2015, o café representou 7% das exportações do agronegócio brasileiro, ocupando a 5ª posição no ranking, com receita de US\$ 6,16 bilhões, o equivalente a 37,1 milhões de sacas de 60kg. Os principais destinos foram os Estados Unidos, Alemanha, Itália, Japão e Bélgica.

No exercício de 2015, foram disponibilizadas linhas de crédito ao setor cafeeiro de até R\$ 4,136 bilhões, conforme aprovado pela Resolução CMN nº 4.414, de 2 de junho de 2015, para financiamento de custeio, estocagem, Financiamento para Aquisição de Café (FAC), contratos de opções e de operações em mercados futuros, capital de giro para indústrias de café solúvel, de torrefação e cooperativas de produção, e recuperação de cafezais danificados, com contratação de 29 agentes financeiros, sendo 21 bancos, sete cooperativas de crédito e uma agência de fomento. Até 31 de dezembro foi empenhado o montante de R\$ 3.961.759.597,76, dos quais R\$ 3.014.364.726,62 foram efetivamente pagos aos agentes financeiros.

No período de 2012 a 2015, mediante as linhas de crédito do Funcafé, foram atendidos o total de 53.648 beneficiários, superando o número previsto de 17.000. Em 2012, foram atendidos 16.478 beneficiários; em 2013 foram atendidos 12.638 beneficiários; em 2014, foram atendidos 11.662; e, em 2015, foram atendidos 12.870 beneficiários.

Em 2015, ainda, foram investidos R\$5,5 milhões no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D/Café), mediante assinatura de Termos de Execução Descentralizada (TED) com a Embrapa, para execução de 92 projetos de pesquisa e 496 planos de ação, que equivalem a subprojetos, por instituições que integram o Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café). E foi formalizado um Termo de Execução Descentralizada (TED) com a Embrapa, no montante de R\$ 2 milhões (PO 0002 - Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio Café, Ação Orçamentária 20Y8 - Desenvolvimento da Cafeicultura), para concessão de bolsas do Consórcio Pesquisa Café, coordenado pela Embrapa Café.



Anexo: Prog\_2014\_Obj\_0661\_T\_c\_Resp\_Renata\_Fernandes\_\_vers\_o\_final.pdf  
Assunto: Relatório de Monitoramento PPA 2012-2015 - Programa 2014 - Objetivo 0661

#### METAS

**Meta: Aumentar de 1,16 bilhão para 1,60 bilhão ao ano, o montante das linhas de financiamento com recursos do Funcafé**

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: DCAF/SPAE/MAPA

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: No exercício de 2015, foram disponibilizadas linhas de crédito de até R\$ 4,136 bilhões, conforme aprovado pela Resolução CMN nº 4.414, de 2 de junho de 2015, para financiamento de custeio, estocagem, Financiamento para Aquisição de Café (FAC), contratos de opções e de operações em mercados futuros, capital de giro para indústrias de café solúvel, de torrefação e cooperativas de produção, e recuperação de cafezais danificados, com contratação de 29 agentes financeiros, sendo 21 bancos, sete cooperativas de crédito e uma agência de fomento. Até 31 de dezembro foi empenhado o montante de 3.961.759.597,76, dos quais R\$ 3.014.364.726,62 foram efetivamente pagos aos agentes financeiros. Do montante total de R\$ 10.400.711.589,00 apurado no período de 2012 a 2015, superou-se em 650,04% o aporte de recursos do Funcafé em linhas de crédito destinadas ao setor cafeeiro, levando em conta a meta inicialmente prevista de R\$ 1.600.000.000,00.

Quantidade alcançada: 3,01 R\$ Bilhões

Data de Referência: 31/12/2015

**Meta: Aumentar de 12.444 para 17.000 o número de beneficiários atendidos pelas linhas de financiamento, com recursos do Funcafé**

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: DCAF/SPAE/MAPA

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: Os recursos do Funcafé, disponibilizados com base na LOA 2015, foram liberados após a publicação da Resolução nº 4.414, de 2 de junho de 2015, que direcionou montantes em linhas de crédito do Fundo para financiamento do setor. Ressalta-se que a publicação tardia dessa Resolução incidiu na liberação dos recursos, com início na primeira quinzena de agosto, considerando os trâmites necessários para formalização dos contratos com os agentes financeiros e, na sequência, liberação de recursos aos beneficiários, e o período de contratação de algumas linhas de crédito, que se iniciam a partir de abril, conforme o Capítulo 9 do Manual de Crédito Rural - MCR.

No período de 2012 a 2015, mediante as linhas de crédito do Funcafé, foram atendidos o total de 53.648 beneficiários, superando o número previsto de 17.000. Em 2012, foram atendidos 16.478 beneficiários; em 2013 foram atendidos 12.638 beneficiários; em 2014, foram atendidos 11.662; e, em 2015, foram atendidos 12.870 beneficiários.

Quantidade alcançada: 12.870 Beneficiários

Data de Referência: 31/12/2015

#### INICIATIVAS

**Iniciativa: 02GM - Financiamentos ao Agronegócio Café**

##### Informações Básicas

Individualizada: Não

#### AÇÕES

**Ação: 10.74901.20.608.2014.0012 - Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992)**

##### Informações Básicas

UO: 74901 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafé - MAPA

Finalidade:

Descrição: Concessão de financiamentos destinados ao agronegócio café, compreendendo o custeio, a colheita, a estocagem e a aquisição de café por terceiros, na forma das linhas de crédito aprovadas pelo poder público, em especial pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

Produto: Financiamento concedido

Unidade de Medida: unidade

**Iniciativa: 02GN - Fomento ao Desenvolvimento do Agronegócio do Café**

##### Informações Básicas

Individualizada: Não

#### MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

**Medida Institucional Normativa: Realização de eventos para técnicos e produtores mediante workshops, cursos, seminários, dias de campo, congressos, simpósios e feiras agropecuárias. Habilitação dos agentes da cadeia para a gestão integrada dos processos produtivos; disseminação de técnicas de manejo e tecnologias voltadas à alta performance e propiciar a absorção de conhecimentos para viabilizar a agregação de valor. As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas pelo PO 004 - "Promoção do Café Brasileiro" da Ação Orçamentária 20Y8 - Desenvolvimento da Cafeicultura.**



**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Departamento do Café

**AÇÕES**

**Ação:** 10.22906.20.608.2014.20Y8 - Desenvolvimento da Cafeicultura

**Informações Básicas**

UO: 22906 - Fundo de Defesa da Economia Cafeeira

Finalidade:

Descrição: Execução de trabalhos de apoio ao desenvolvimento do setor cafeeiro com investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação, capacitação e treinamento dos agentes do agronegócio café, ações promocionais dos Cafés do Brasil no país e exterior, bem como adequada guarda e manutenção de estoques desse produto, entre outras despesas amparadas pela legislação do Funcafé.

Produto: Produtor beneficiado

Unidade de Medida: unidade

**Iniciativa:** 02GO - Informações do Agronegócio Café

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

**Medida Institucional Normativa:** Realização de diagnósticos (estudos, pesquisas e levantamentos) de safras, estoques, custos de produção, informações socioeconômicas e concorrenciais do setor cafeeiro brasileiro e mundial, para subsidiar as políticas públicas específicas do agronegócio café; Publicação e divulgação de informações e políticas setoriais; Desenvolvimento e manutenção de sistema informatizado de gestão para as operações de crédito do Funcafé e informações setoriais. As despesas dessa Iniciativa serão custeadas pela Ação 22906.2000 - Administração da Unidade (Funcafé).

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Departamento do Café

**Iniciativa:** 02GP - Manutenção das Unidades Armazenadoras de Café sob responsabilidade do Funcafé

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

**Medida Institucional Normativa:** Desenvolvimento de ações inerentes à conservação dos estoques e da rede armazenadora de café, tais como vigilância, limpeza, aquisição de novas embalagens e movimentação do produto vendido em leilão, visando garantir a conservação do complexo de armazenagem e dos estoques reguladores de café (manutenção da qualidade do produto estocado e redução das perdas). As despesas decorrentes desta iniciativa serão custeadas pela Ação 20Y8 - Desenvolvimento da Cafeicultura.

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Departamento do Café

**Iniciativa:** 02GQ - Manutenção do contrato de dação em pagamento firmado com o Banco do Brasil, com base no artigo 3º da Medida Provisória nº 2196-3/2001

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

**Medida Institucional Normativa:** Acompanhamento e manutenção do contrato de dação em pagamento firmado com o Banco do Brasil, com base no artigo 3º da Medida Provisória nº 2196-3/2001. As despesas decorrentes desta iniciativa serão custeadas pela Ação 20Y8 - Desenvolvimento da Cafeicultura.

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Departamento do Café

**Iniciativa:** 02GR - Promoção do Café Brasileiro no País e no Exterior

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

**Medida Institucional Normativa:** Participação em eventos promocionais e formulação de um elenco consistente e ordenado de ações, que criem uma imagem positiva do produto café brasileiro, ampliando o "agronegócio café" nos mercados interno e externo em todas as suas formas. Garantir visibilidade e traduzi-la em excelência dos produtos e dos fornecedores nacionais; promover a expansão permanente do consumo interno e externo do café, permitindo a conquista contínua de novos consumidores, criando e estimulando a formação de novos canais de distribuição, apoiando o aperfeiçoamento da qualidade do produto e seu valor agregado, e incrementando as exportações brasileiras de café com consequente geração de mais divisas para o país. As despesas decorrentes desta iniciativa serão custeadas pela Ação 20Y8 - Desenvolvimento da Cafeicultura.

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Departamento do Café



Iniciativa: 02GT - Remuneração às instituições financeiras pela operacionalização de recursos do Funcafé nos financiamentos ao agronegócio café

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**AÇÕES**

Ação: 10.74901.20.608.2014.0A27 - Equalização de Juros nos Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992)

**Informações Básicas**

UO: 74901 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafé - MAPA

Finalidade:

Descrição: Equalização de taxas de juros destinando recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira para a cobertura da diferença existente entre o custo de captação dos recursos mais o spread e o retorno pago pelos mutuários nas operações alongadas, bem como em relação aos financiamentos concedidos a partir de 2001.

Produto: Instituição financeira remunerada

Unidade de Medida: unidade

Objetivo: 0692 - Ampliar, diversificar e consolidar as exportações de produtos agropecuários brasileiros, visando a geração de divisas, empregos e renda.

**Informações Básicas**

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional do Objetivo: Entre janeiro e dezembro de 2015 as exportações brasileiras do agronegócio somaram US\$ 88,22 bilhões. Este número representou queda de 8,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. As importações, por sua vez, alcançaram US\$ 13,07 bilhões, de modo que o saldo da balança comercial do agronegócio foi superavitário em US\$ 75,15 bilhões.

Em 2015, a estratégia da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio-SRI foi alterada. As aberturas de mercados foram pautadas no Estudo "Oportunidades de mercado para o agronegócio brasileiro", dessa forma, foram priorizados mercados em regiões com alto potencial de importação dos produtos agrícolas brasileiros. Além disso, houve ênfase nas discussões, no âmbito da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), para o avanço das negociações de acordos comerciais. Houve redução do número de feiras e outras ações de promoção comercial, em razão da necessidade em se reduzir custos. Em contrapartida, houve o fortalecimento de pontos estratégicos da secretaria como os adidos agrícolas e a área de investimentos com a criação de uma coordenação-geral e uma coordenação, respectivamente. A alteração da estratégia da Secretaria buscou ampliar a produtividade e o número de conquistas da Secretaria na abertura e ampliação dos mercados, apesar do contingenciamento de recursos.

Os principais desafios atuais são a incerteza com relação à dotação orçamentária e a falta de pessoal para a implementação das ações.

O contingenciamento de recursos compromete o cumprimento de todo o calendário de ações inicialmente planejado, pois a maioria dos eventos dos quais a SRI/MAPA participa têm data fixa e independem da participação do Ministério da Agricultura. Assim, a SRI busca, junto aos gestores do MAPA, uma maneira eficaz para que os recursos necessários à cada ação estejam disponíveis de maneira tempestiva.

A expansão da agricultura brasileira depende, em larga medida, da expansão das exportações, mas a existência de restrições de ordem técnica, sanitária, tarifária, além de práticas desleais de comércio como subsídios, tornam o mercado internacional de produtos agropecuários altamente protegido. Para tanto o ministério firma acordos, sejam eles bilaterais, regionais ou multilaterais, na tentativa de se obter melhores condições de acesso para os produtos nos quais o Brasil possui vantagens comparativas. Com esta finalidade, essa ação contempla atividades voltadas para a participação em negociações com parceiros comerciais e em fóruns internacionais onde são discutidas e negociadas regras para disciplinar o comércio internacional, assim como na implementação, acompanhamento e administração dos acordos já firmados. Todo o agronegócio brasileiro é beneficiado com esta ação.

Como resultado dessas negociações, na área de produtos de origem animal, destacam-se as seguintes conquistas:

Realizações na área negociações não tarifárias:

- Abertura do mercado de carne bovina in natura e carne de aves de Myanmar;
- Abertura do mercado de carne suína para processamento posterior na África do Sul;
- Abertura do mercado de carne de aves in natura do Paquistão;
- Abertura do mercado de carne bovina in natura da Coreia do Norte;
- Abertura do mercado de farinha de carne do Canadá e África do Sul;
- Abertura do mercado de lácteos da China;
- Ampliação do número de estabelecimentos para exportação de carne de aves ao México e à China;
- Ampliação do número de estabelecimentos para exportação de carne suína à China;
- Abertura do mercado japonês para a carne termoprocessada, ovos e lácteos brasileiros;
- Início das tratativas para exportação de carne bovina in natura ao Japão;
- Fim do embargo às exportações de alimentos para animais de companhia e carne bovina in natura para a China, carne bovina in natura para a Arábia Saudita, Irã e Argentina. Os embargos haviam sido impostos em virtude do caso de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB) ocorrido em dezembro de 2012;
- Abertura do mercado de farinha de carne, lácteos, envoltórios, material genético de aves e de suínos para a Rússia;
- Ampliação do mercado para carne bovina, suína e de aves e miudezas para a Rússia;
- Abertura do mercado de bovinos vivos para engorda para a Turquia;
- Ampliação do mercado de carne de aves in natura para a Malásia; e
- Ampliação do mercado de carnes para a Venezuela com a adição de novos estabelecimentos na lista de habilitados;

Ainda em 2015 foram celebrados acordos sanitários e fitossanitários bilaterais:

- Com a China: protocolo de carne bovina e o acordo de cooperação em saúde animal e quarentena;
- Com a União Aduaneira Euroasiática: protocolo de prelisting mútuo para produtos de origem animal e o protocolo de segurança de envoltórios naturais





Quanto às negociações multilaterais, destaca-se o monitoramento das regulamentações de parceiros comerciais do Brasil notificadas aos Comitês de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias e de Barreiras Técnicas ao Comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC). A partir deste monitoramento foram feitas gestões no sentido de contestar propostas de regulamentos não conformes às regras internacionais de comércio que poderiam causar impactos negativos nas exportações de produtos do agronegócio brasileiro a destinos como China e União Europeia.

Ressalta-se, ainda, a inserção nas negociações de outras disciplinas internacionais não tarifárias, além das sanitárias e fitossanitárias, de modo a preservar os interesses do agronegócio nacional na conquista de novos mercados, da manutenção dos atuais fluxos comerciais e restabelecimento dos que foram injustamente interrompidos. Essas negociações possuem entre seus propósitos reduzir a incidência de barreiras não tarifárias que possam afetar o acesso, manutenção, ampliação e retomada de mercados, bem como promover a agregação de valor ao produto nacional em virtude da eficiência e sustentabilidade da agricultura brasileira.

**METAS**

**Meta: Realizar 360 missões internacionais para promoção do Agronegócio incluindo a participação das cooperativas brasileiras**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: MAPA/SRI

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2014, foram obtidos importantes resultados para o agronegócio brasileiro, considerando as negociações de abertura e manutenção de mercados para a promoção comercial dos produtos agropecuários do país. Em relação às missões comerciais, destaca-se a participação oficial brasileira em onze feiras comerciais internacionais do setor de bebidas e alimentos: Foodex Japão, SIAL Xangai e Food and Hotel China, na Ásia; Summer Fancy Food Show, SIAL Canadá e Americas Food & Beverage, na América do Norte; Prodexpo, Macfrut e World Food Moscow, na Europa; Expoalimentaria, na América do Sul; e SAITEX, na África. A meta acumulou 230 missões internacionais até 31/12/2014, sendo que 75 foram realizadas em 2012, 65 em 2013 e em 2014, 90 missões.

Negociação para a entrada da Croácia na União Europeia:

Com a entrada da Croácia na UE em 2012 deu-se início às negociações sobre eventuais compensações pela alteração das tarifas de interesse exportador brasileiro (carne de aves e açúcar). O MAPA tem participado ativamente da análise do fluxo comercial e da definição do posicionamento negociador brasileiro. As negociações estão na sua fase final e provavelmente serão concluídas no início de 2016.

Negociação para a entrada da Armênia na União Econômica Euroasiática:

Em 2014, com a recente entrada da Armênia na União Econômica Euroasiática (Rússia, Cazaquistão e Bielorrússia) deu-se início às negociações sobre eventuais compensações pela elevação das tarifas de produtos de interesse exportador brasileiro (carne de aves, de suínos e açúcar). O MAPA tem participado da definição do posicionamento negociador brasileiro desde então.

Tarifa sobre as importações de laticínios e pêssego em conserva:

O Mercosul tem autorizado o Brasil a aplicar, temporariamente, imposto de importação de 28% (a TEC varia de 14 a 16%) para onze posições tarifárias de produtos laticínios e derivados e de 35% sobre três posições de pêssego em calda. Uma vez que a autorização vence em 30 de junho de 2015, a CAMEX autorizou o MRE a pleitear aos demais Estados Parte a alteração definitiva da tarifa ou, se não fosse conseguido, que, durante a reunião do GMC ou do CMC, propusesse a prorrogação das medidas. Assim, em reunião do CMC, realizada em Brasília, em julho de 2015, o Mercosul concedeu prorrogação das medidas até 31/12/2023, por meio das Decisões CMC nº 29/15 e 30/15.

Listas Nacionais de Exceção à TEC (Letec)

Adotada desde a uniformização da TEC, a última prorrogação foi concedida pela DEC. Nº 58/10, com vigência até 31/12/15, para o Brasil e a Argentina. No entanto, durante reunião do CMC realizada em Brasília, em julho de 2015, o Mercosul concedeu prorrogação da LETEC até 31/12/2021 para Argentina e Brasil e, até 31/12/2023, para Paraguai, Uruguai e Venezuela, por meio da Decisão CMC nº 26/15. A lista envolve 100 produtos, dentre os quais nove posições de fertilizantes, três de defensivos agrícolas, duas de algodão, duas de álcool combustível, uma de vinho, uma de alho, uma de coco e fosfato bicálcico. Recordar-se que a LETEC pode ser revista a cada seis meses e que até 20% da Lista pode ser alterada. Uma vez que em 2015 iniciou-se o ano com a possibilidade de encerramento da medida, o Brasil optou por iniciar os trabalhos de revisão da Lista em setembro. Como não foi possível terminar a revisão em 2015, os produtos de interesse da agricultura não foram alterados.

Ações Pontuais no Âmbito Tarifário por Razões de Desequilíbrios Comerciais Derivados da Conjuntura Econômica Internacional (dec. Cmc 39/11)

Outra decisão, tomada durante a reunião do Conselho Mercado Comum, em julho de 2015, foi a prorrogação, até 31/12/2021 (por meio da Dec. CMC 27/15), da lista de 100 produtos para cada um dos Estados Parte, a qual permite a elevação da tarifa externa até o nível consolidado na OMC, sob o argumento do desequilíbrio comercial derivado da conjuntura econômica internacional (DEC. CMC Nº 39/11). No caso dessa lista, o Brasil optou por não a utilizar, apesar do mecanismo ser utilizado pelos demais Estados Partes.

Quantidade alcançada: 315 Missões internacionais

Data de Referência: 31/12/2015

Anexo: ANALISE\_META\_MISS\_ES.doc

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	360	unidade	315	31/12/2015

**Meta: Realizar 76 ações de promoção do agronegócio no exterior**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: MAPA/SRI

**Informações do Monitoramento**



Análise Situacional da Meta: REALIZAÇÕES NA ÁREA DE PROMOÇÃO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O total de ações de promoção na vigência do PPA 2012/2015 foi de 88 eventos, sendo que 19 eventos em 2012, 19 em 2013, 22 em 2014. Em 2015, a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio atuou em 28 ações de promoção no exterior, entre o apoio a Missões da Ministra e a realização de ações no âmbito da própria Secretaria, incluindo participações em feiras comerciais, missões empresariais e ações institucionais, de imagem e de atração de investimentos estrangeiros. Adicionalmente, o MAPA realizou três ações de fomento à cultura exportadora no Brasil. No que tange à Cooperação Internacional, em 2015 foram desenvolvidas tratativas com mais de 30 países e organizações multilaterais.

A atuação da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio na promoção internacional da agropecuária e da agroindústria brasileiras foi fortemente impactada pelas restrições orçamentário-financeiras impostas ao MAPA ao longo do Exercício 2015, implicando no cancelamento de sete ações no exterior e a suspensão de oito ações no Brasil. Não obstante, a intensificação da agenda internacional ministerial permitiu a realização de 15 ações no exterior não previstas originalmente.

Promoção Internacional

Missões comerciais

Em 2015, o MAPA organizou a participação oficial brasileira em sete feiras comerciais internacionais do setor de bebidas e alimentos: Foodex Japão e SIAL China, na Ásia; SIAL Canadá e Summer Fancy Food Show, na América do Norte; Prodexpo e Outono Dourado, na Rússia; e Expoalimentaria, na América do Sul. Estes eventos contaram com 198 participações de mais de 130 empresas brasileiras. Estes exportadores acessaram em conjunto um ambiente de trocas comerciais que reuniu um público de mais de 250 mil compradores globais. Parte dos expositores brasileiros relatou expectativas de exportações decorrentes da participação nesses eventos de mais de US\$ 238 milhões ao longo de 12 meses. Em parceria com a Associação dos Produtores de Cacau (APC), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ainda apoiou a participação brasileira no Salon du Chocolat, na França, considerado o mais importante evento mundial da cadeia produtiva do cacau e chocolate. Além da participação em feiras, o MAPA promoveu cinco missões empresariais - Japão, Rússia, Arábia Saudita, Índia e China, que contaram, em seu conjunto, com a participação dos setores de aves, suínos, carne e genética bovina, gado bovino vivo, lácteos, fármacos veterinários e agroquímicos. Tais missões foram ações complementares a missões lideradas pela Ministra Kátia Abreu com foco na abertura de novos mercados a partir, em especial, da negociação de restrições não-tarifárias.

Ações Institucionais:

1) Missão da Ministra a Genebra para participação na Reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC); 2) Participação brasileira na Exposição Agropecuária Outono Dourado, na Rússia, com pavilhão representando os setores prioritários para as exportações do agronegócio brasileiro para a Rússia e estande em pavilhão conjunto dos BRICS destinado a projetos de investimento, além da participação da Ministra Kátia Abreu no evento paralelo "Agribusiness Forum".

Atração de Investimento Estrangeiro Direto (IED):

A principal função da Coordenação de Investimentos Estrangeiros tem sido o apoio às missões internacionais da Ministra Kátia Abreu. São fornecidos subsídios técnicos que mostram a potencialidade da agricultura brasileira como destino de fluxos internacionais de capitais. Uma vez realizada a missão, são mantidos contatos com as empresas interessadas a fim de que os investimentos estrangeiros venham a se concretizar. Foram apoiadas missões aos Estados Unidos, ao Japão, à Rússia, ao México, à Arábia Saudita, aos Emirados Árabes Unidos, à Índia e à China.

Ações de Imagem:

1) Missão ministerial do Mapa à França, por ocasião da 83ª Reunião da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE); 2) Missão ministerial do MAPA à Bélgica, que incluiu a articulação com autoridades da União Europeia e debate com o Comitê de Agricultura do Parlamento Europeu sobre a sustentabilidade do agronegócio brasileiro; 3) Missão ministerial ao Reino Unido, a convite da Chatten House.

Quantidade alcançada: 88 Ações

Data de Referência: 31/12/2015

Anexo: ANALISE\_META\_PROMO\_O\_INTERNACIONAL.doc

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	76	unidade	88	31/12/2015

INICIATIVAS

Iniciativa: 02LV - Missões para negociações agropecuárias internacionais

Informações Básicas

Individualizada: Não

MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

**Medida Institucional Normativa:** Realização de ações internacionais em prol da agropecuária brasileira, objetivando: i) definir e harmonizar normas e regras que disciplinem o comércio internacional de produtos agropecuários; ii) remover barreiras (tarifárias, sanitárias e fitossanitárias) que obstruam a expansão das exportações agropecuárias brasileiras, e iii) desenvolver processos de cooperação técnica internacional no setor agropecuário.

Desenvolver processos de cooperação técnica internacional no setor agropecuário que possibilitem a transferência de tecnologia, de conhecimento e de experiência já acumulados pelo Brasil. Tais iniciativas guardam estreita consonância com a política externa brasileira e podem desempenhar papel relevante como forma de abrir portas para futuras parcerias comerciais.

As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas pelo PO 0001 - "Missões para Negociações Agropecuárias Internacionais" da Ação Orçamentária 20ZT - Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional.

Informações Básicas

Unidade Responsável: Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio



**Iniciativa: 02LW - Promoção e Imagem do Setor Agropecuário Brasileiro no Exterior**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**AÇÕES**

**Ação: 10.22101.20.691.2014.20ZT - Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional**

**Informações Básicas**

UO: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Finalidade:

Descrição: Execução de missões para negociações agropecuárias internacionais, gestão das atividades dos adidos agrícolas, promoção e imagem dos produtos agropecuários brasileiros no exterior, com a finalidade de apoiar os interesses da agropecuária brasileira no comércio internacional e implementar cooperações técnicas. Constituir um centro de custos para gerenciamento dos adidos agrícolas; consolidar a credibilidade dos produtos agropecuários brasileiros e intensificar as exportações por meio da disseminação de informações referentes aos mercados internacionais; capacitação dos agentes exportadores; apoio à integração das cadeias produtivas; fomentar as oportunidades comerciais e o fortalecimento da imagem dos produtos agropecuários brasileiros no exterior. Identificar oportunidades e prospectar novos mercados internacionais.

Produto: Evento/missão realizado(a)

Unidade de Medida: unidade

**Objetivo: 0743 - Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).**

**Informações Básicas**

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional do Objetivo: O Plano ABC é uma política pública que apresenta o detalhamento das ações de mitigação e adaptação às mudanças do clima para o setor agropecuário e aponta, de forma clara, metas para cumprir os compromissos assumidos voluntariamente de redução de emissão de gases de efeito estufa, até o ano de 2020. Nesse sentido, cabe destacar que o grande avanço na implementação do Plano ABC se deu no estabelecimento dos Grupos Gestores Estaduais (GGE's) em todo o território nacional (27 UFs), que promoveram a elevação na divulgação e a capacitação de técnicos e produtores rurais, e contribuiu para o crescimento da tomada de crédito junto ao Programa ABC (Linha de Crédito do Plano Agrícola e Pecuário). Nesse sentido, dos 26 estados mais o distrito federal (DF), já temos 15 planos estaduais elaborados, inclusive o do DF. Cabe destacar que a efetiva consolidação do Plano ABC somente ocorrerá com a participação intensa dos estados e dos municípios.

No ano safra 2010/11 (1º ano da criação do Programa ABC), foram aplicados somente R\$ 418,5 milhões do Programa ABC, de um total disponível de R\$ 2 bilhões no Plano Agrícola e Pecuário. Já no ano safra 2011/12, foi utilizado em torno de R\$ 1,5 bilhão de reais, de um total disponível de R\$ 3,15 bilhões, o que correspondeu a um aumento de 262,2% em comparação ao ano safra anterior. Para o ano safra 2012/13, de um total disponível de R\$ 3,4 bilhões de reais, foram tomados cerca de R\$ 2,9 bilhões, o que corresponde a um aumento de 546%. No ano safra 2013/14, até dezembro de 2013, de um montante de 4,5 bilhões disponíveis, foi liberado em torno de 2,8 bilhões de reais. Assim, é possível afirmar que o Plano ABC, bem como a utilização da sua linha de crédito na viabilização da adoção das tecnologias previstas está em franca expansão e viabilizará, dessa forma, o atingimento das metas previstas para mitigação da emissão de gases de efeito estufa até 2020.

Um importante avanço nas atividades em andamento foi a realização da primeira reunião nacional do Plano ABC, que reuniu representantes de todas as 27 UFs, além de representantes de instituições parceiras. A reunião teve por objetivo discutir ações, resultados, avanços e dificuldades enfrentadas em diversas frentes, assim como mobilizar novas ações, sobretudo mobilizar os estados que ainda não desenvolveram seu Plano ABC Estadual.

O Mapa contratou os serviços de uma equipe de pesquisa para desenvolver um sistema de acompanhamento das ações do Plano. O trabalho já está em seu quarto produto, que inclui uma análise dos dados já disponíveis por meio dos contratos de crédito. O projeto do Sistema de Monitoramento foi apresentado e está em discussão para que possa iniciar suas atividades. Um dos desafios, ainda, é ajustar o processo de informação de dados do sistema bancário, para uma avaliação efetiva do avanço da proposta.

A execução do objetivo em pauta tem contado com importantes articulações internacionais, nacionais e estaduais, buscando o estabelecimento de parcerias para potencializar o atingimento das metas que, além de serem centrais para a sustentabilidade e competitividade da agropecuária brasileira, envolvem uma resposta a compromissos estabelecidos pelo governo brasileiro junto à comunidade internacional. Muitos dados, sobretudo quantitativos, ainda não estão prontamente disponíveis.

Além desses avanços, cabe destacar o trabalho que vem sendo desenvolvido com o sistema bancário para quantificação e qualificação das informações dos projetos do Plano ABC, com destaque para as alterações que estão em curso do Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (SICOR) do Banco Central. A partir dessas alterações, será possível identificar as áreas de cada projeto, tanto de custeio quanto de investimento, bem como as localizações georeferenciadas dos mesmos. Além disso, cabe comentar sobre o laboratório para medição da mitigação dos Gases de Efeito Estufa (GEE) do Plano, em construção pela Embrapa Meio Ambiente, que já apresentou ao Mapa toda a estratégia elaborada para consolidação do mesmo, ou seja, toda a parte estruturante, operacional e de governança.

Em 2015, Plano ABC vem sendo implementado de acordo com o cronograma de execução previsto para 2015, mediante a realização de ações estratégicas como:

- a) a realização de eventos para elaboração dos Planos Estaduais do ABC, mediante a realização de reuniões, seminários e oficinas, com a participação dos Grupos Gestores Estaduais (GGE);
- b) acompanhamento dos GGE que já estabeleceram seus Planos Estaduais;
- c) o estabelecimento de parcerias com os principais atores em nível nacional, regional, estadual e municipal; e
- d) a elaboração e execução de projetos especiais, buscando ampliar a abrangência do ABC.

Os GGE são os responsáveis pela elaboração e execução do Plano ABC em nível Estadual. A primeira etapa foi a formalização dos GGE que tem como participantes todos os atores locais que, de uma forma ou de outra, participam da produção agropecuária regional, ou seja, as cooperativas, bancos, associações de produtores, assistência técnica pública e privada, secretarias estaduais de agricultura e meio ambiente, entidades de pesquisa, de classe e extensão rural, entre outros. Nas 27 unidades da federação os GGE estão ativos e destes 20 já elaboraram os seus Planos Estaduais (AM, PA, MA, PI, CE, PB, AL, SE, BA, AC, RO, TO, MT, MS, DF, GO, MG, ES, PR, e RS), com metas e indicadores, de forma a viabilizar a adoção das tecnologias passíveis de serem expandidas nesses locais, bem como as necessidades de capacitação e de estabelecimento de unidades demonstrativas, instrumentos importantes para ampliar, transferir e difundir o conhecimento sobre o ABC, tanto para técnicos, produtores rurais e agentes das cadeias produtivas, quanto para analistas bancários, entre outros.

O acompanhamento do GGE é outra ação bastante importante e demanda tempo e recurso, pois estamos implementando uma ação nacional em nível



estadual, com atores de governo, entidades representativas da sociedade e de produtores, entre outros que possuem uma lógica própria em termos políticos locais e de gestão.

Em termos de parcerias institucionais firmadas; foram realizados acordos de cooperação (BNDES), convênios (estados de PB, TO, PR, PA, MA e DF), termos de execuções descentralizadas –TED, (Embrapa Pecuária Sul, Clima Temperado, Cerrados e Algodão), e a contratação de produtos específicos via Projeto de Cooperação Técnica Internacional BRA/IICA/13/002 – IICA/BR (Avaliação da implementação do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – PLANO ABC e ferramenta de acompanhamento), com o objetivo de viabilizar uma maior amplitude das ações de capacitação e divulgação do ABC, consequentemente de conhecimento sobre as tecnologias sustentáveis de produção que viabilizam a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), quais sejam: RPD-recuperação de pastagens degradadas; ILPF-integração lavoura/pecuária/floresta; SPD-sistema plantio direto; FP-floresta plantada; FBN-fixação biológica de nitrogênio; e TDA-tratamento de dejetos animais. Essas iniciativas foram todas realizadas com os recursos disponibilizados e aprovados na LOA, de forma a ofertar novas oportunidades para o setor agropecuário de utilização de tecnologias sustentáveis de produção, de transferência e difusão, buscando aumentar o número de profissionais de campo e de produtores rurais capacitados e motivados, pois as tecnologias preconizadas no ABC promovem o aumento da renda e da qualidade de vida.

Por fim, temos os projetos especiais, onde o MAPA, mais especificamente a Coordenação de Manejo Sustentável dos Sistemas Produtivos (CMSP), procurou apoio financeiro externo aos estabelecidos na LOA, sejam oriundos de entidades nacionais ou internacionais, para viabilizar a ampliação das ações do Plano ABC. Essas iniciativas, visam melhorar o desempenho do ABC, bem como minimizar os efeitos negativos dos poucos recursos existentes no orçamento oficial para a implementação e execução do Plano ABC. Como exemplo de projetos especiais temos: o ABC Cerrado (apoio do Banco Mundial via Fundo de Investimento Internacional-FIP em Florestas) e o de Recuperação de Áreas de Produção Degradadas na Amazônia Legal-PRADAm (apoio da FAO), a Avaliação do Plano ABC e desenvolvimento de Ferramenta de Acompanhamento (MAPA/IICA), a Suinocultura de Baixa Emissão de Carbono; e o SiFlor – ferramenta para auxiliar a seleção de espécies florestais com potencial econômico para estabelecimento de plantações produtivas, seja em plantações solteiras ou em iLPF/SAF.

Assim, todas as iniciativas acima mencionadas, aliadas ao apoio financeiro externo ao previsto na LOA, e uma gestão focada em resultados, foi possível superar a meta estabelecida de pessoas beneficiadas. No entanto, cabe comentar, que esta é apenas uma meta dentro de um escopo de ações previstos no Plano ABC, onde muitas iniciativas ainda continuam sem uma efetividade execução, em decorrência dos recursos atuais serem poucos para viabilizar a implementação adequada do ABC em nível nacional.

## METAS

### Meta: Ampliar o uso de tecnologias para tratamento de 1 milhão de metros cúbicos de dejetos animais

#### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: CMSP/DEPROS/SDC/MAPA

#### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: O Plano ABC vem sendo implantado em todo o território nacional, com o uso crescente das tecnologias previstas, bem como o acesso a linha de crédito. No entanto, é junto aos produtores do estado de Santa Catarina que as tecnologias de tratamento de dejetos animais têm uma forte aderência, por sua tradição na produção de suínos. Este estado, juntamente com outros que também manifestaram interesse em estabelecer ações para o tratamento de dejetos animais, ainda estão trabalhando na definição específica desta meta dentro dos Planos Estaduais ABC. Outro aspecto relevante para esta meta refere-se ao laboratório para monitoramento do Plano ABC, que está em fase de implementação, bem como a estruturação dos planos estaduais. A quantificação dessa meta depende do desenvolvimento e implementação dos Planos estaduais, principalmente dos estados de SC e PR, que são os mais adiantados no momento.

em 2015, esta meta não continua sem dados medidos, pois o laboratório que irá medir este valor está sendo implantado este ano de 2016, conforme dados da EMBRAPA.

Quantidade alcançada: 0 M<sup>3</sup>

Data de Referência: 31/12/2015

### Meta: Expandir a adoção da Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN) em 1 milhão de hectares de áreas de cultivo, em substituição ao uso de fertilizantes nitrogenados

#### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: CMSP/DEPROS/SDC/MAPA

#### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: O desafio imposto ao Plano ABC por esta meta está na disseminação do uso da tecnologia FBN, já consolidada para a cultura da soja, para novas culturas como feijão e oleaginosas em geral, bem como em algumas gramíneas, tais como milho. O crescimento da área com o uso desta tecnologia é gradativo, e tem demonstrado incremento após o início de implementação do ABC.

Tais dados vêm sendo coletados nas revendas, fabricantes e agropecuárias, bem como na área de fertilizantes do MAPA (com as quantidades vendidas sendo convertidas em área). Considerando o crescimento da área de plantio de soja, que foi em torno de 1,4 milhões de hectares, é possível aferir que para essa área houve um crescimento do uso de inoculante para FBN.

Em 2015, a meta em termos da Fixação Biológica de Nitrogênio acompanha o crescimento da área de soja plantada com esta tecnologia. O que se observa que no segundo semestre de 2015, a tendência de crescimento da área plantada teve uma queda, em decorrência do Plano Safra ter alterado (elevado) as taxas de juros do crédito rural, bem como a situação econômica brasileira ter se agravado, trazendo consequências para o setor agropecuário.

Quantidade alcançada: 1.462.874 Hectares

Data de Referência: 31/12/2015

### Meta: Expandir a adoção do Sistema Plantio Direto (SPD) em 2,8 milhões de hectares

#### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: CMSP/DEPROS/SDC/MAPA

#### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: A adoção das tecnologias do Plano ABC vem crescendo gradativamente, à medida que se avança na implementação do Plano. Houve aumento significativo em termos da contratação de crédito do Plano Agrícola e Pecuário. A tecnologia do Sistema Plantio Direto (SPD) está passando por uma retomada de rumos, onde algumas práticas abandonadas ao longo dos anos estão sendo reaprendidas pelos produtores rurais como, por exemplo, a rotação de culturas, os terraços, e outras. Trata-se de uma tecnologia que já vem sendo praticada ao longo dos anos que, com o apoio do Plano ABC, está sendo melhorada. O aumento de área com o SPD foi acima do esperado, pois, na safra 2012/2013, houve incremento aproximado de 1.382.409



hectares, totalizando cerca de 27,4 milhões de hectares no acumulado nos últimos anos, em todo o país.

Além da avaliação de área, deve-se fazer uma avaliação da qualidade das práticas adotadas. Para aferição do valor alcançado no período de análise do primeiro semestre de 2014, foram utilizados dados da Federação Brasileira de Plantio Direto na Palha (FBRAPDP), entidade que representa os produtores. Em 2015, a meta sobre o SPD, vem sendo perseguida de acordo com as iniciativas previstas no Plano ABC. O resultado encontrado foi de 407,2 mil hectares implementados com esta tecnologia. Cabe destacar, que este resultado foi quando comparado ao obtido no ano de 2014, que foi da ordem de 721,6 mil hectares. A referida queda foi concomitante a dois fatos que ocorreram e que, do ponto de vista técnico, podem explicar tal situação, ou seja, essa diferença se ocorreu mais expressivamente no segundo semestre de 2015. Este segundo semestre compõe o período do ano-safra de 2015/2016, que teve fortes alterações (elevação) em termos das taxas de juros, aplicáveis e do montante de recursos disponíveis para custar os investimentos a serem realizados pelos produtores rurais que adotarem as tecnologias do Plano ABC. Além disso, outro fator que pode ter contribuído com a referida queda de área sob SPD foi o agravamento da situação econômica brasileira, ocasionando a retração do produtor rural a à tomada de novo crédito para adoção da tecnologia.

Quantidade alcançada: 2.511.225 Hectares

Data de Referência: 31/12/2015

#### Meta: Expandir o plantio de florestas em 1 milhão de hectares

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: CMSP/DEPROS/SDC/MAPA

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: Com o crescimento da adoção das práticas sustentáveis de produção, preconizadas pelo Plano ABC, e, conseqüentemente, com o crescimento da utilização do crédito disponível, as florestas plantadas também tiveram um aumento de área plantada, cujo quantitativo foi estimado. Os valores são levantados junto ao sistema bancário operador do crédito rural, principalmente pelo Banco do Brasil e o BNDES. Considerando o período de avaliação da meta, foi identificada a expansão de 1.305.000 mil hectares de área plantada. Tal crescimento ocorreu principalmente nas regiões dos Estados de Minas Gerais, Tocantins, Mato Grosso do Sul e Maranhão.

Em 2014, alguns fatores estimularam bastante o setor para o crescimento da área plantada de florestas, em torno de 405 mil hectares. Destacam-se o avanço da implementação do plano ABC em todo o território nacional e as mudanças ocorridas na linha de crédito oficial, que diminuiu os juros e aumentou o limite a ser tomado por operação/ano.

Em 2015, a análise da meta que trata sobre plantio de florestas segue a mesma lógica da análise já realizada para o Sistema Plantio Direto, a tendência da curva de adoção desta tecnologia estava crescente, até o momento que tivemos uma alteração nas condições do crédito, em termos das taxas de juros e montante de recursos disponíveis. Como agravante da situação houve um agravamento da crise econômica brasileira, que afastou os produtores rurais do crédito para investimentos, mesmo tendo sido melhora as condições para florestas plantadas em outros aspectos, tais como maior valor de crédito por CPF, por exemplo.

Quantidade alcançada: 1.362.138 Hectares

Data de Referência: 31/12/2015

#### Meta: Promover a adoção de sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) em 1,5 milhão de hectares

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: CMSP/DEPROS/SDC/MAPA

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: A adoção do sistema de integração lavoura-pecuária-floresta vem sendo realizada dentro do esperado, pois das tecnologias previstas pelo Plano ABC esta é a mais complexa para ser executada, tanto em termos de elaboração do projeto técnico, quanto de implementação por parte do produtor rural. Nesse aspecto, um dos pilares do Plano ABC que é a capacitação se mostra de extrema importância. Porém, temos observado o avanço do ABC nos estados e a crescente adoção pelo setor agropecuário. Essa tendência também foi observada durante o Rally da Pecuária com participação de 1.165 produtores rurais, abrangendo os estados de MS, PR, SP, MG, GO, TO, PA, MT e RO. Os dados da quantidade alcançada são resultados de estimativas.

Em 2015, para meta da iLPF, o resultado encontrado foi de 260,8 mil hectares implementados com estas tecnologias do Plano ABC. O resultado foi bastante significativo comparativamente ao ano de 2014, que mostrou um valor de 59,6 mil hectares apenas. Essa diferença marcante se deu em decorrência ainda do reflexo do Plano-Safra de 2014/2015, que terminou em junho de 2015, ou seja, até a esta data, os juros e as condições ainda estavam bastante atrativos para o produtor rural, bem como a situação econômica brasileira se mostrava com suave tendência de agravamento. No entanto, para o segundo semestre de 2015, já dentro do ano-safra de 2015/2016, onde ocorreram fortes alterações (elevação) das taxas de juros, montante de recursos disponíveis e o agravamento da situação econômica brasileira, houve uma retração na tomada de crédito para adoção da iLPF pelo produtor rural. A iLPF, por se tratar de uma tecnologia que mais potencial de redução e fixação de carbono no solo possui, necessita, indubitavelmente, de um apoio maior para sua adoção, ou seja, é um sistema mais complexo tanto para elaboração de projetos, quanto para sua implementação, necessitando, assim, de um número mais elevado de capacitações e o estabelecimento de unidades demonstrativas. No entanto, o Plano ABC carece de recursos adicionais para poder atender a demanda do mercado. Para contornar parcialmente o problema, o MAPA tem investido em parcerias, tanto em nível federal, quanto estaduais e municipais. Cabe comentar que o município de São Felix do Xingu será o primeiro a estabelecer um Plano ABC Municipal, ação esta que extrapola as metas do Plano, mas que confere efetividade a política pública desenvolvida por este Ministério.

Quantidade alcançada: 359.638 Hectares

Data de Referência: 31/12/2015

Considerações: Os valores correspondentes aos anos de 2013 e 2014 sofreram ajustem em decorrência do MAPA estar avaliando os dados diretos de informações do Banco central, mediante ferramenta de trabalho desenvolvida pelo MAPA em parceria com a ESALq.

#### Meta: Recuperar 6 milhões de hectares de pastagens degradadas

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: CMSP/DEPROS/SDC/MAPA

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: A meta de recuperação de pastagens degradadas (665.774 ha em 2013 + 538.435 ha em 2014) vem sendo realizada com sucesso. É importante mencionar que o crescimento das áreas com as tecnologias do ABC tende a ser maior que o apresentado, uma vez que o produtor pode usar recursos próprios ou outras linhas de crédito para o financiamento. Os valores referentes à área de pastagem recuperada pelo Plano ABC são preliminares, pois ainda carecem de uma maior precisão e o Mapa estima as quantidades alcançadas com base nos valores de financiamento registrado pelo Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (SICOR) do Banco Central. No entanto, esse sistema de acompanhamento bancário ainda não está totalmente ajustados as necessidades do ABC.

Em 2015, o valor encontrado para o ano de 2015, da meta de RPD, foi definido com base na ferramenta de gestão do Programa ABC desenvolvida pelo



MAPA em parceria com a ESALQ. A ferramenta em questão foi concluída em julho de 2014 e validada até dezembro do mesmo ano. Os valores correspondentes a 2013 e 2014 sofreram ajustes, ou seja, para 2013 ficou em 490.606 hectares, para 2014 ficou em 539.120 e em 2015 o valor citado abaixo. Cabe comentar que a ferramenta em questão trabalha exclusivamente com o público que acessou a linha oficial de crédito, não sendo visualizado os produtores que implementaram as tecnologias por conta própria, ou seja, o potencial real mitigador brasileiro é maior do que este que conseguimos quantificar. Quanto a 2015, o valor foi de 445,8 mil hectares de pastagens recuperadas, ou seja, um valor significativo, mas menor que a do ano anterior, que foi de 539,1 mil hectares. Essa diminuição se deveu principalmente em decorrência das alterações Ano-Safra 2015/2016, que modificou o valor total a ser disponibilizado para o período, como a taxa de juros, que passou de 4,5 a 5,0 para 7,5 a 8,0. Nesse sentido, de julho a dezembro de 2015, primeiro semestre do ano-safra em questão, houve uma diminuição geral das operações de investimentos, por parte do produtor rural, para recuperação de pastagens degradadas. No entanto, cabe destacar que de julho a dezembro de 2015, os valores são menores quando comparados ao ano safra anterior, mas são crescentes. Ou seja, o setor mostra uma tendência de retomada dos investimentos para esta ação. Cabe comentar, que outro ponto de extrema importância para o atingimento seguro da meta, definida nesta ação, está na implementação completa do Plano ABC. O referido Plano apresenta outros instrumentos, além da linha de crédito, que são de extrema importância para divulgação, transferência e difusão das tecnologias de baixa emissão de gases de efeito estufa (GEE), junto ao produtor rural, ou seja, atividades de capacitação, dias-de-campo, unidades demonstrativas, entre outros, que são relevantes para que o produtor seja convencido a adotar essas tecnologias.

Quantidade alcançada: 1.475.487 Hectares

Data de Referência: 31/12/2015

Considerações: Cabe comentar que o realmente realizado em termos de RPD é maior, pois muitos produtores realizaram a RPD sem acessar o crédito oficial.

## INICIATIVAS

Iniciativa: 02WK - Concessão de crédito à Agricultura de Baixa Emissão de Carbono

### Informações Básicas

Individualizada: Não

## FINANCIAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

Financiamento Extraorçamentário: Linhas de crédito do Banco do Brasil para financiamento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC).

### Informações Básicas

Unidade Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Valores: 1º Ano PPA: 850.000.000,00      2º Ano PPA: 900.000.000,00      3º Ano PPA: 1.900.000.000,00      4º Ano PPA: 2.110.000.000,00

Fonte: 34300 - BB

Financiamento Extraorçamentário: Linhas de crédito do BNDES para financiamento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC).

### Informações Básicas

Unidade Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Valores: 1º Ano PPA: 2.400.000.000,00      2º Ano PPA: 2.500.000.000,00      3º Ano PPA: 2.600.000.000,00      4º Ano PPA: 2.700.000.000,00

Fonte: 34100 - BNDES

Iniciativa: 02WL - Desenvolvimento de florestas plantadas comerciais e heveicultura

### Informações Básicas

Individualizada: Não

## MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

Medida Institucional Normativa: Desenvolvimento das Florestas Plantadas e Heveicultura, para fins econômicos, com vistas a atender a demanda por madeira e borracha natural. As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas pelo PO 0002 - "Apoio ao Desenvolvimento de Florestas Plantadas e Heveicultura", da Ação Orçamentária 8593 - Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - ABC.

### Informações Básicas

Unidade Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

Iniciativa: 02WN - Elaboração de planos estaduais de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono

### Informações Básicas

Individualizada: Não

## MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

Medida Institucional Normativa: Articulação com os Governos Estaduais para a elaboração de planos estaduais de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Art. 6º, §2º e §3º do Dec 7.390/10 c/c Art 4º inc V da Lei 12.187/09) (ABC)

### Informações Básicas

Unidade Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

Iniciativa: 02WO - Implantação de Laboratório Virtual Multi-institucional para monitoramento, reporte e verificação - MRV

### Informações Básicas

Individualizada: Não

## MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

Medida Institucional Normativa: Apoio a Criação e Implantação do Sistema Virtual, Multi-Institucional Virtual de Mudanças Climáticas e Agricultura para a definição de estratégia de monitoramento e o desenvolvimento de mecanismos que permitam a comprovação do cumprimento dos



compromissos de redução de emissões de gases efeito estufa - GEE, assumidos voluntariamente pelo Brasil. A estratégia de monitoramento definirá como as reduções nas emissões de GEE serão periodicamente mensuradas e contabilizadas, para garantir a qualidade e o controle do monitoramento, de forma a assegurar a integridade, a transparência das medições e a possibilidade de uma futura verificação internacional. Base Legal : Lei nº 12.187/2009 e Dec nº 7.390/2012. As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas pelo PO 0001 - "Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - ABC", da Ação Orçamentária 8593 - Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - ABC.

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

**Iniciativa: 02WP - Implantação de Unidades de Teste e Demonstração ou de Referência Tecnológica (UTD ou URT) em sistemas agropecuários de produção sustentável**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

Medida Institucional Normativa: Criação e Implantação de Unidades de Teste e Demonstração (UTD) / Unidades de Referência Tecnológica (URT) para desenvolver conhecimentos e práticas nas áreas contempladas pelo Plano Setorial. As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas pelo PO 0001 - "Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - ABC", da Ação Orçamentária 8593 - Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - ABC.

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

**Iniciativa: 02WS - Mapeamento de áreas de pastagens degradadas e/ou com baixo potencial produtivo, por Estado**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

Medida Institucional Normativa: Elaboração e/ou atualização do mapeamento das áreas de pastagens degradadas ou com baixo potencial produtivo por UF para monitoramento das ações voltadas à redução das emissões de CO<sub>2</sub> (art. 6, §1º, inc. iv do Dec 7.390/10). As despesas decorrentes desta iniciativa serão custeadas pela Ação 8593 - Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC).

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

**Iniciativa: 02WT - Mapeamento de áreas prioritárias para implantação de sistemas produtivos sustentáveis**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**Iniciativa: 02WU - Promoção da Agricultura de Base Sustentável, Conservacionista, Tecnificada, de Baixa Emissão de Gases de Efeito Estufa e Elevada Fixação de Carbono nos Solos e nas Plantas (ABC)**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

Medida Institucional Normativa: Implementação do Programa Pasto Verde de Recuperação de Pastagens Degradadas e Manutenção da Produtividade do Centro-Oeste. Parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Distrito Federal e Estados que integram a região, estimulando a recuperação, em 10 anos, de pelo menos 8,7 milhões de hectares de pastagens degradadas com ações que incluem transferência de tecnologias, promoção de acesso a fontes de financiamento e da utilização do método de calagem.

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

Medida Institucional Normativa: Promoção da atividade agropecuária, de forma integrada, competitiva e sustentável, mediante o estímulo à difusão e a adoção de práticas conservacionistas de uso e manejo dos recursos naturais, principalmente do solo e da água. As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas pelo PO 0001 - "Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - ABC", da Ação Orçamentária 8593 - Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - ABC.

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

**AÇÕES**

**Ação: 10.22101.20.541.2014.8593 - Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - ABC**

**Informações Básicas**

UO: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Finalidade:

Descrição: Promoção da atividade agropecuária, de forma integrada, competitiva e sustentável, mediante o estímulo à difusão e a adoção de práticas conservacionistas de uso e manejo dos recursos naturais, principalmente do solo e da água, com vistas a garantir a produção de alimentos, fibras, agroenergia, para atender as demandas da sociedade brasileira e dos mercados internacionais, com a conseqüente melhoria da qualidade de vida do produtor rural, conforme preconizado no Plano Setorial de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – Plano ABC, e apoio ao desenvolvimento da atividade de floresta plantada e heveicultura, para fins econômicos, com vistas a atender a grande demanda do setor por madeira e borracha natural, considerando seus benefícios sociais econômicos e ambientais.

Produto: Produtor beneficiado

Unidade de Medida: unidade

**Iniciativa: 02WW - Realização de Campanhas Publicitárias sobre os Benefícios Econômicos, Sociais e Ambientais das ações que compoem o plano ABC****Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

**Medida Institucional Normativa: Criação, Produção e Veiculação de 5 campanhas publicitárias para mostrar os benefícios econômicos, sociais e ambientais das ações vinculadas à Agricultura ABC. (Recuperação de pastagens degradadas; ampliação do sistema de integração lavoura-pecuária-floresta; expansão do plantio direto na palha; expansão da fixação biológica de nitrogênio; expansão do plantio de florestas: uso de tecnologias para tratamento de dejetos de animais; conforme art. 6º, §1º do Dec 7.390/10).**

As despesas decorrentes desta iniciativa serão custeadas pela Ação 8593 - Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC).

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

**Iniciativa: 04F9 - Criação e Implementação do Sistema de Informação do Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC)****Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

**Medida Institucional Normativa: Desenvolvimento, Implementação e Manutenção do Sistema de Informação do Plano ABC, para divulgação de resultados, ações em andamento e demais informações pertinentes para a sociedade e parceiros. As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas pelo PO 0001 - "Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - ABC", da Ação Orçamentária 8593 - Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - ABC.**

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

**Objetivo: 0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.**

**Informações Básicas**

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional do Objetivo: No que se refere ao desenvolvimento da agricultura orgânica, em 2015, ampliou-se a área total usada por esse sistema de produção no Brasil e o número total de produtores orgânicos no Cadastro Nacional. Em todo o ciclo do PPA houve aumento contínuo desses 2 indicadores, sendo a área o atual produto da ação. De 2014 para 2015, houve um aumento de 25,4 % da área no Brasil e de 19% no número de produtores. Em números absolutos, passou-se de 749.305 hectares para 940.000 hectares e de 10.194 para 12.136 produtores.

O número de Unidades de Produção Orgânica controladas encerrou o ciclo do quadriênio do PPA com um total de 13.916 UP. Os dados foram apurados por meio do Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica. Contribuíram para a execução as articulações e parcerias relacionadas à política nacional de agroecologia e produção orgânica. Na área de fomento os projetos e atividades beneficiaram, em 2015, aproximadamente 69.000 pessoas.

Em todo quadriênio os principais resultados estiveram relacionados aos trabalhos de promoção da agroecologia e da produção orgânica; de capacitação de técnicos e de produtores e de fomento as tecnologias e insumos apropriados a produção orgânica. Destaque em 2015 para a realização da XI SEMANA DO ALIMENTO ORGÂNICO, campanha nacional para a promoção do produto orgânico junto ao público consumidor; dos eventos técnico-científico apoiados nas Unidades da Federação; a reestruturação das Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação; do fomento aos produtos fitossanitários apropriados para a agricultura orgânica e as boas práticas para o extrativismo sustentável orgânico.

Foram capacitados 26.733 profissionais, de um total de 73.342 para o quadriênio; publicados mais 8 regulamentos, de um total de 33 para o quadriênio; disponibilizadas 135 tecnologias; de um total de 195 para o quadriênio; e apoiados 25 bancos comunitários de sementes, de um total de 390 para o quadriênio.

Em relação aos núcleos de estudo, fechou-se o PPA 2012/2015 com um total de 58 núcleos, sendo atingido 64,4% da meta prevista. São 46 núcleos em Institutos Federais de Educação e 12 em Universidades Federais, distribuídos regionalmente da seguinte maneira: 10 na região Norte; 15 no Nordeste; 6 no Centro-Oeste; 16 no Sudeste e 11 no Sul. Através dos Núcleos foram beneficiadas 33.678 pessoas, sendo 1.473 técnicos, 6.587 agricultores e outras 25.618 pessoas beneficiadas direta e indiretamente pelo projeto; promovidas 302 parcerias, realizados 176 eventos de capacitação e elaboradas 449 produções técnicas, entre publicações e tecnologias disponibilizadas.

Com relação à meta de elaboração de Projeto de Lei sobre Produção Agropecuária Sustentável, sinal-se que as Normas Técnicas Específicas das Anonáceas (Pinha, Graviola, Atemóia e Cherimóia), Arroz, Uva para processamento, Raízes (Gengibre, Inhame e Taro), Feijão comum, Amendoim, Trigo





Tomate de mesa tutorado, Flores e Plantas Ornamentais foram elaboradas mas restaram pendentes de adequação aos pontos reclamados pela Consultoria Jurídica deste Ministério (CONJUR/MAPA), uma vez que estes são de caráter estritamente jurídico e dizem respeito aos papéis institucionais do INMETRO e MAPA. Por esta razão, o escopo deste Projeto de Lei ainda carece de definições específicas para ser encaminhado.

Em relação às metas de Bem-Estar Animal, dos três manuais técnicos planejados para o período foram publicados oito, e o nono está em elaboração, atendendo de forma plena o que foi estipulado. Com relação a meta de capacitação de 8.000 técnicos e produtores em Bem-Estar Animal, essa meta foi totalmente cumprida, tendo sido capacitados 9.675 técnicos e produtores.

Com relação às capacitações em produção integrada, as ações para cumprimento dessa meta não foram executadas pelo motivo de ainda não se ter normas técnicas publicadas para a cadeia pecuária. A minuta de norma técnica para o leite está há mais de seis meses em avaliação no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA. No entanto, no que se refere à instalação de Unidades Técnicas Demonstrativas, todas as Unidades programadas foram executadas nas quantidades previstas.

Quanto às capacitações de 80.000 técnicos e produtores em qualidade e segurança do leite e da carne, foram capacitadas até o presente momento 9.929 pessoas. Contribuiu para o baixo desempenho dessa meta a não celebração dos convênios oriundos do chamamento público 002/2014 para a pecuária leiteira, os quais estavam previstos para serem firmados no segundo semestre de 2014. Em 2015 os convênios foram aprovados pela CONJUR/MAPA, e houve sua inclusão no orçamento do ano corrente, porém não houve tempo hábil para sua completa execução.

Para atingir a meta, outros convênios deverão ser celebrados a partir de editais de chamamento público. Até o presente momento, foram firmados outros convênios com a EMATER em 06 Estados localizados na região do semiárido (AL, CE, PB, PE, RN e MG) e realizado edital de chamamento público para os estados de GO, MG, MT, PR, RS e SC visando a contratação de instituições privadas sem fins lucrativos. Dos 14 convênios resultantes desse edital, 10 foram celebrados, 01 não foi efetivado por desistência do parceiro e outros 03 estão sob análise da CONJUR/MAPA.

Com relação à fiscalização dos serviços agropecuários regulamentados, devido à alteração regimental em 2015, a Coordenação responsável por essa Iniciativa passou a ser responsável apenas pela realização das fiscalizações de entidades turfísticas. Sendo assim, foram fiscalizadas todas as entidades turfísticas programadas, 14 entidades ao todo.

Em resumo, com base nos resultados apresentados referentes ao Objetivo 0744, vinculado ao Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização, considera-se que as metas alcançadas demonstram o esforço empreendido na entrega de bens e serviços à sociedade relacionados ao estímulo do uso de sistemas sustentáveis de produção. Apesar dos ajustes financeiros ocorridos durante a execução orçamentária de 2015 e de questões internas de operacionalização e análises jurídicas internas (devido à grande demanda acreditada à CONJUR/MAPA), os resultados foram alcançados conforme o planejado e outros ultrapassaram os números previamente definidos. Algumas metas foram alcançadas parcialmente, sem prejuízo significativo das expectativas construídas no PPA.

## METAS

**Meta: Ampliar de 26 para 90 o número de núcleos de estudos em agroecologia em Instituições de ensino de educação profissional e superior**

### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: COAGRE/DEPROS/SDC

### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: Existem 58 núcleos apoiados com recursos do MAPA por meio de editais lançados em parceria com outros órgãos federais. Portanto foi atingido 64,4% da meta prevista. Houve redução da meta de 2014(66) para 2015(58) em função de uma reavaliação mais detalhada dos projetos do EDITAL MCTI/MAPA/CNPq Nº 40/2014 aonde foram identificados somente 4 projetos efetivamente representando novos núcleos apoiados.

Quantidade alcançada: 58 Núcleos de estudos

Data de Referência: 31/12/2015

Considerações: No documento em anexo.

Anexo: meta.02EG.pdf

Assunto: Informações complementares a meta.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	11	unidade	6	31/12/2015
Região Nordeste	34	unidade	15	31/12/2015
Região Norte	22	unidade	10	31/12/2015
Região Sudeste	14	unidade	16	31/12/2015
Região Sul	9	unidade	11	31/12/2015

**Meta: Ampliar de 8.000 para 28.000 o número de unidades de produção adotando sistemas orgânicos de produção sob controle oficial**

### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: COAGRE/DEPROS/SDC

### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: O ano de 2015, encerrou com 13.916 Unidades de Produção Orgânica atuando em bases legais pelos mecanismos de controle previstos na legislação brasileira. Houve redução de 1.697 Unidades de Produção em relação a 2014 em função da exclusão de produtores, principalmente aqueles com Unidades de Produção no exterior, do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Portanto foi alcançado quase 50% da meta prevista para o quadriênio.

Quantidade alcançada: 13.916 Unidades de produção

Data de Referência: 31/12/2015

Considerações: no documento em anexo

Anexo: meta02EH.pdf

Assunto: Informações complementares relacionadas a meta.



**Meta: Capacitar 40.000 produtores e 20.000 técnicos do setor em tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos e/ou mecanismos de controle da qualidade orgânica**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: COAGRE/DEPROS/SDC

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: A meta fecha o quadriênio do PPA com um total de 56.431 técnicos e produtores capacitados. Portanto, alcança 94% em relação ao total de 60.000 profissionais capacitados, entre técnicos e agricultores. O ano de 2015 encerrou com um total de 26.733 pessoas capacitadas, sendo 7.722 técnicos e 19.011 agricultores.

Quantidade alcançada: 26.733 Produtores e Técnicos capacitados

Data de Referência: 31/12/2015

Considerações: As considerações estão no arquivo anexo.

Anexo: meta.02EK.pdf

Assunto: Informações complementares relacionadas a meta.

**Meta: Capacitar 8.000 técnicos e produtores em bem-estar animal, 40.000 em produção integrada agropecuária e 80.000 em qualidade e segurança do leite e da carne**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: CPIA e CPIP/DEPROS/SDC/MAPA

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: REALIZAR 80.000 CAPACITAÇÕES EM BOAS PRÁTICAS AGROPECUÁRIAS:

Quanto às capacitações de 80.000 técnicos e produtores em qualidade e segurança do leite e da carne, foram capacitados apenas 9.929 no acumulado do período. Contribuiu para o baixo desempenho dessa meta a não celebração, em tempo hábil, dos convênios oriundos do chamamento público 002/2014 para a pecuária leiteira, os quais estavam previstos para serem firmados no segundo semestre de 2014. Há época a justificativa para a não celebração dos convênios foi a "falta de financeiro", sendo que o recurso orçado era específico para isso.

Para 2015 foi aprovado pela Consultoria Jurídica do Mapa a inclusão dos convênios no orçamento do ano corrente, entretanto os convênios foram efetivamente firmados apenas em meados do segundo semestre, e apenas parte deles foi paga. Assim, houve grande prejuízo ao cumprimento da meta conforme programado inicialmente.

Para melhor esclarecimento, em função dos resultados insuficientes no primeiro período, e relatados nos relatórios anteriores, foram firmados convênios com a EMATER em 05 estados do semiárido nordestino (AL, CE, PB, PE e RN), além de Minas Gerais (para a região do semiárido mineiro).

Para outros 03 estados do semiárido nordestino (BA, PI e SE) foi realizado um edital de chamamento público para contratação de instituições privadas "sem fins lucrativos", porém tais convênios não puderam ser efetivados, atendendo ao parecer da CONJUR, uma vez que os mesmos extrapolaram o prazo estabelecido para sua celebração.

Também foi firmado convênio com a EMATER / MG e realizado edital de chamamento público para os estados de GO, MG, MT, PR, RS e SC para contratação de instituições privadas "sem fins lucrativos".

Dos 14 convênios fruto desse edital, 10 foram celebrados, 01 não foi efetivado por desistência do parceiro e outros três estão sob análise da CONJUR.

Obs: no caso desses convênios, ressaltamos que está pendente o repasse pelo MAPA de 48% do recurso (aproximadamente 8 milhões de reais), recurso este já previsto no orçamento de 2016.

Os acompanhamentos que a equipe técnica tem realizado das parcerias já firmadas demonstram que, até o presente momento, 6.559 propriedades estão sendo atendidas com implantação de BPA via assistência técnica e que 9.929 técnicos e produtores estão sendo capacitados.

Caso tenha-se parecer positivo da CONJUR sobre a celebração dos convênios sob análise, serão mais 1.060 propriedades implantadas e outras 2.691 capacitações de técnicos e produtores.

Resultados no fim do período 2012-2015:

- 6.559 propriedades em processo de implantação de BPA;

- 9.929 pessoas capacitadas (acumulado no período).

**CAPACITAR 8.000 TÉCNICOS E PRODUTORES EM BEM ESTAR ANIMAL**

Essa meta foi totalmente atingida e superada, em função das capacitações realizadas e computadas de 2014 e 2015.

Resultados:

- 9.675 técnicos e produtores capacitados (acumulado no período).

Quantidade alcançada: 19.604 Produtores e Técnicos capacitados

Data de Referência: 31/12/2015

**Meta: Consolidar a formação de 800 bancos comunitários de sementes e/ou mudas com ênfase em variedades crioulas, espécies florestais nativas e aquelas utilizadas como adubos verdes**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: COAGRE/DEPROS/SDC

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: A meta fecha o quadriênio do PPA com um total de 390 bancos comunitários apoiados, em 11 Unidades da Federação (RS/SP/RJ/MG/ES/MS/MT/AC/TO/PI/PB) e 148 municípios. Em relação a regionalização por Bioma, o resultado final foi: 22 no Bioma Pampa; 152 no Bioma Mata Atlântica; 44 no Bioma Pantanal; 139 no Bioma Cerrado; 18 no Bioma Caatinga; e 15 no Bioma Amazônia. Portanto, foi atingido somente 48,7% da meta prevista.

Quantidade alcançada: 390 Bancos comunitários

Data de Referência: 31/12/2015

Considerações: Considerações complementares no arquivo anexo

Anexo: meta.02EN.pdf

Assunto: Informações complementares sobre a meta.



Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	80	unidade	15	31/12/2015
Bioma Caatinga	200	unidade	18	31/12/2015
Bioma Cerrado	200	unidade	139	31/12/2015
Bioma Mata Atlântica	120	unidade	152	31/12/2015
Bioma Pampa	120	unidade	22	31/12/2015
Bioma Pantanal	80	unidade	44	31/12/2015

**Meta: Elaborar ou atualizar 45 regulamentos técnicos para produção orgânica**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: COAGRE/DEPROS/SDC

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: A meta fechou o quadriênio do PPA com um total de 33 regulamentos técnicos elaborados/atualizados, ou seja, 73,3% de alcance em relação a meta prevista. Especificamente em 2015, iniciou-se um trabalho de revisão da Instrução Normativa Nº 19 de 2009; foi publicada a Instrução Normativa Nº 13, de 28 de maio de 2015 que estabelece a estrutura composição e as atribuições da Subcomissão Temática de Produção Orgânica (STPOrg) e das Comissões da Produção Orgânica (CPOrgs) e regulamentadas mais 7 especificações de referência para produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica.  
Quantidade alcançada: 33 Regulamentos  
Data de Referência: 31/12/2015

**Meta: Elaborar Projeto de Lei sobre Produção Agropecuária Sustentável**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: DEPROS/SDC/MAPA

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: Com relação à meta de elaboração de Projeto de Lei sobre Produção Agropecuária Sustentável, sinal-se que as Normas Técnicas Específicas das Anonáceas (Pinha, Graviola, Atemóia e Cherimóia), Arroz, Uva para processamento, Raízes (Gengibre, Inhame e Taro), Feijão comum, Amendoim, Trigo Tomate de mesa tutorado, Flores e Plantas Ornamentais foram elaboradas mas restaram pendentes de adequação aos pontos reclamados pela Consultoria Jurídica deste Ministério (CONJUR/MAPA), uma vez que estes são de caráter estritamente jurídico e dizem respeito aos papéis institucionais do INMETRO e MAPA. Por esta razão, o escopo deste Projeto de Lei ainda carece de definições específicas para ser encaminhado.  
Quantidade alcançada: 0  
Data de Referência: 31/12/2015

**Meta: Implantar 100 unidades comparativas entre produção integrada agropecuária**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: CPIA e CPIP/DEPROS/SDC/MAPA

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: A meta referente a instalação de 100 Unidades Técnicas Demonstrativas (UTD) foi executada de forma plena nas quantidades previstas. Até o ano de 2014 haviam sido implantadas 88 UTD, que somadas a outras 12UTD implementadas em 2015 totalizaram 100 UTD para o período avaliado.  
Quantidade alcançada: 100 Unidades comparativas  
Data de Referência: 31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	15	unidade	0	31/12/2015
Região Nordeste	20	unidade	2	31/12/2015
Região Norte	15	unidade	69	31/12/2015
Região Sudeste	30	unidade	13	31/12/2015
Região Sul	20	unidade	16	31/12/2015

**Meta: Implantar a subcomissão temática de produção orgânica e garantir o funcionamento das 27 comissões de produção orgânica nas Unidades da Federação**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: COAGRE/DEPROS/SDC

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: Com a publicação da Instrução Normativa Nº 13, de 28 de maio de 2015, iniciou-se o trabalho de reestruturação das Comissões Nacionais da Produção Orgânica nas Unidades da Federação (CPOrgs-UFs) e de implantação da Subcomissão Temática da Produção Orgânica (STPOrg). Em 2015, já foram reestruturadas 22 CPOrgs, restando para concluir o processo os Estados do Amapá, Rondônia, Mato Grosso, São Paulo e Santa Catarina. Após a conclusão deste processo será estruturada e implantada a Subcomissão Temática da Produção Orgânica.  
Quantidade alcançada: 22 Comissões  
Data de Referência: 31/12/2015



Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	1	unidade	22	31/12/2015
Região Centro-Oeste	4	unidade	3	31/12/2015
Região Nordeste	9	unidade	9	31/12/2015
Região Norte	7	unidade	5	31/12/2015
Região Sudeste	4	unidade	3	31/12/2015
Região Sul	3	unidade	2	31/12/2015

**Meta: Instituir a Política Nacional de Agricultura Orgânica**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: COAGRE/DEPROS/SDC

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: Esta meta foi alcançada com a publicação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica pelo Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012.

Anexo: meta.02.ET.pdf

Assunto: Informações complementares a meta.

**Meta: Publicar 15 normas técnicas específicas de produção integrada agropecuária e 3 manuais bem estar animal**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: CPIP e CPIA/DEPROS/SDC/MAPA

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: Das 15 normas previstas para publicação até 2015, 10 referem-se às cadeias produtivas agrícolas e 5 às cadeias produtivas pecuárias. No ano de 2014 foram publicadas duas normas técnicas específicas: 1) a Instrução Normativa nº 11, de 08 de maio de 2014, que estabelece as Normas Técnicas Específicas para a Produção Integrada da Batata; e 2) a Instrução Normativa nº 27, de 11 de agosto de 2014, que estabelece as Normas Técnicas Específicas para a Produção Integrada do Tabaco. Os normativos podem ser acessados no endereço: <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/producao-integrada>.

ELABORAR E PUBLICAR TRÊS MANUAIS DE BEM ESTAR ANIMAL:

Essa meta também foi atendida e superada.

Resultados:

- 8 manuais elaborados e publicados;
- 9º manual está em elaboração (manual de BEA para equinos).

PUBLICAR 05 NORMAS PI-BRASIL:

- 01 norma técnica elaborada e encaminhada para publicação (PI Leite). Essa norma retornou a pedido da Consultoria Jurídica - CONJUR, para ajustes solicitados pelo DIPOA. Os ajustes foram feitos (na verdade apenas um ajuste no texto), porém o documento encontra-se há 06 (seis) meses no DIPOA/SDA/MAPA sem manifestação daquele departamento.

- 01 norma técnica em fase final de elaboração (PI Carne Suína). Essa norma retornou para reavaliação pela comissão da NTE.

Quantidade alcançada: 16 Normas Técnicas publicadas

Data de Referência: 31/12/2015

Considerações: A título de esclarecimento, na quantidade alcançada somou-se 8 instruções normativas (Normas Técnicas Específicas) e 8 manuais de Bem Estar Animal.

**Meta: Tornar acessível 250 tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção para os produtores rurais**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: COAGRE/DEPROS/SDC

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: A meta, que é cumulativa, fechou o quadriênio do PPA 2012/2015 com um total de 195 tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção. Portanto, alcançou 78% da meta planejada. Em 2015, foram concluídas 103 "Fichas Agroecológicas", registrados mais 28 produtos fitossanitários; disponibilizadas mais 4 variedades de sementes apropriadas à produção orgânica e elaborados 9 cadernos de boas práticas para o extrativismo sustentável orgânico. A estes se soma os resultados dos anos anteriores: 22 produtos fitossanitários, 17 diretrizes técnicas para o extrativismo sustentável orgânico, e 12 variedades de sementes para uso na adubação verde

Quantidade alcançada: 195 Tecnologias

Data de Referência: 31/12/2015

**INICIATIVAS**

**Iniciativa: 02WZ - Aprovação de normas sobre produção agropecuária sustentável**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

**Medida Institucional Normativa: Produção e aprovação de normativos que viabilizem a ampliação da capacidade produtiva Agropecuária sem comprometimento irreversível do meio ambiente e dos recursos naturais indispensáveis para a garantia da qualidade de vida das futuras gerações,**



com foco em alternativas de conversão do modelo convencional de produção, além da garantia de alimentos seguros ao consumo.

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

**Iniciativa: 02X0 - Consolidação de Núcleos de Estudo em agroecologia na rede federal de educação científica e tecnológica**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

**Medida Institucional Normativa: Implantação e Consolidação de Núcleos de Estudos na Rede de Educação Profissional Científica e Tecnológica, que serão referência para o desenvolvimento de projetos de educação e de extensão, fundamentados nos princípios da agroecologia e nas tecnologias apropriadas.**

**As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas pelo PO 0002 - "Apoio a Implantação de Núcleos de Estudo em Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção", da Ação Orçamentária 8606 - Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pro-Orgânico.**

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

**Iniciativa: 02X2 - Fiscalização dos serviços agropecuários regulamentados**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

**Medida Institucional Normativa: Avaliação da Conformidade dos Controles Técnicos por meio de Fiscalizações e de Auditorias nas Entidades Autorizadas pelo MAPA a prestar Serviços Pecuários. As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas pelo PO 0005 - "Fiscalização de Serviços Pecuários", da Ação Orçamentária 20ZX - Fiscalização de Atividades Agropecuárias do Programa 2028.**

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

**Iniciativa: 02X3 - Fiscalização e aplicação de outros mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica, entregando à sociedade produtos orgânicos com qualidade oficialmente controlada**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

**Medida Institucional Normativa: Operacionalização dos Mecanismos de Controle para a garantia da identidade e da qualidade dos produtos orgânicos: credenciamento, supervisão, auditoria e fiscalização de Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica. As despesas decorrentes desta iniciativa serão custeadas pelo PO 0003 - "Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica", da Ação Orçamentária 8606 - Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pro-Orgânico.**

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

**Iniciativa: 02X4 - Formação de bancos comunitários de sementes e/ou mudas de variedades crioulas, espécies florestais nativas e aquelas utilizadas como adubos verdes**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

**Medida Institucional Normativa: Elementos estruturantes do apoio à conservação, valorização e uso de recursos genéticos para o desenvolvimento sustentável da agropecuária e matéria prima básica para o melhoramento da produção vegetal, defesa agropecuária, adaptação às mudanças climáticas, segurança alimentar e nutricional. A criação dos Bancos Comunitários de Sementes será coordenada em cada U.F. pelas respectivas SFA e financiada com recursos da Ação 8606 - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico.**

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

**Iniciativa: 02X7 - Implantação da Subcomissão Temática de Produção Orgânica**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

**Medida Institucional Normativa: Operacionalização da Lei nº 10.831/03, que estabeleceu os mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica, prevendo a elaboração de Normas Técnicas para os diferentes segmentos produtivos e a implementação de uma Comissão Nacional da Produção Orgânica (CNPOrg) e Comissões da Produção Orgânica em cada umas das Unidades da Federação (CPOrg-UF) como parte do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica. As despesas desta Iniciativa serão financiadas com recursos da Ação 8606 - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico.**

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo



**Iniciativa: 02X9 - Promoção da sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

**Medida Institucional Normativa:** A Prestação de assistência técnica e apoio institucional aos beneficiários do PRODECER para implantar agricultura de médio porte moderna e empresarial na região dos cerrados, com vistas ao desenvolvimento dessa região, mediante a incorporação e a consolidação de novas áreas ao processo produtivo será suportada pela Ação 2000 - Administração da Unidade.

A Promoção, articulação e organização da participação institucional do Mapa e de seus respectivos órgãos vinculados em feiras e exposições agropecuárias incluídas no calendário de eventos do Ministério; O Apoio à adoção das boas práticas nas atividades agrícolas, com foco na Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil), por meio do fomento a atividades e projetos que visem a rastreabilidade e a sustentabilidade da produção agrícola e a melhoria da competitividade das cadeias produtivas, a qualidade e a segurança dos produtos e das matérias-primas de origem animal, por meio de apoio a projetos de produção animal sustentáveis, incluindo a produção integrada, as boas práticas pecuárias, o bem estar animal e o melhoramento genético animal foi migrado para o Objetivo 0747, Iniciativa 02XH e as despesas decorrentes serão custeadas pela Ação 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

**Iniciativa: 02XB - Promoção do desenvolvimento da agricultura orgânica e controle da garantia da qualidade orgânica**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**AÇÕES**

**Ação: 10.22101.20.665.2014.8606 - Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico**

**Informações Básicas**

UO: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Finalidade:

Descrição: Aplicação dos mecanismos de controle para garantir a qualidade orgânica, com ações de credenciamento, supervisão, auditoria e fiscalização. Promoção de ações de apoio ao desenvolvimento da agricultura orgânica e da agroecologia, com a finalidade de aumentar a oferta de insumos adequados, apoiar a educação e a capacitação, a organização da rede de produção orgânica, e incentivar o desenvolvimento e a aplicação de produtos e processos apropriados aos sistemas orgânicos de produção e ao extrativismo sustentável orgânico, que atendam as especificações aprovadas pelas regulamentações nacional e internacional.

Produto: Área de produção controlada

Unidade de Medida: hectare

**Objetivo: 0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.**

**Informações Básicas**

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional do Objetivo: O objetivo foi alcançado por meio do fomento de políticas públicas de geração do trabalho e renda, participação da mulher e da juventude no cooperativismo com ações de capacitação, divulgação e celebração de convênios. Além, da promoção da organização da base produtiva por meio da implementação do PISACOOOP no estado do Paraná.

**METAS**

**Meta: Adquirir 10.400 patrulhas mecanizadas, mediante parcerias com as prefeituras municipais**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: MAPA / Prefeituras / Gov. Estaduais.

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: A meta referente à aquisição de patrulhas mecanizadas se materializa via contratos de repasse, cuja mandatária é a Caixa Econômica Federal. As patrulhas mecanizadas perfazem o objeto da maior parte dos contratos de repasse celebrados. Em 2015, verificou-se uma queda no quantitativo esperado devido ao contingenciamento orçamentário e à demora na liberação das emendas parlamentares, cuja maioria dos contratos foi assinada somente em 2016. Observação: a meta passa a ser acompanhada pela Secretaria de Política Agrícola - SPA.

Quantidade alcançada: 4.034 Patrulhas mecanizadas

Data de Referência: 31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2.565	unidade	375	31/12/2014
Região Nordeste	1.375	unidade	415	31/12/2014
Região Norte	1.035	unidade	230	31/12/2014
Região Sudeste	2.140	unidade	935	31/12/2014
Região Sul	3.285	unidade	1.987	31/12/2014



**Meta: Apoiar 15.400 Projetos de Desenvolvimento do setor agropecuário**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: MAPA/PM/GOV EST.

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: As metas referentes aos projetos de desenvolvimento agropecuário correspondem à soma de todos os projetos que se materializam via contratos de repasse, cuja mandatária é a Caixa Econômica Federal. Agregam projetos de aquisição de patrulhas mecanizadas, manutenção e recuperação de estradas vicinais, aquisição de maquinário para agroindústria, construção/reforma de mercados locais e centros de distribuição, entre outros. Em 2015, verificou-se uma queda no quantitativo esperado devido ao contingenciamento orçamentário e à demora na liberação das emendas parlamentares, cuja maioria dos contratos foi assinada somente em 2016.

Quantidade alcançada: 5.034 Projetos

Data de Referência: 31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.600	projeto	444	31/12/2014
Região Nordeste	1.900	projeto	656	31/12/2014
Região Norte	1.600	projeto	360	31/12/2014
Região Sudeste	2.100	projeto	1.108	31/12/2014
Região Sul	8.200	projeto	2.327	31/12/2014

**Meta: Apoiar a formação de consórcios entre cooperativas e agroindústrias em 20 cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, por meio da celebração de convênios**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: DENACOOOP/SDC/MAPA

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: Houve mudanças de direcionamento dos convênios para outras formas de apoio ao cooperativismo e associativismo rural.

Quantidade alcançada: 0 Cadeias produtivas do agronegócio

Data de Referência: 31/12/2015

**Meta: Apoiar a recuperação de 65.400 Km da malha de estradas vicinais**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: MAPA

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: Estão sendo elaborados estudos com o objetivo de melhoria na qualidade dos projetos para que a meta seja atingida. Ressalta-se que 100% desta ação é executada por meio de emendas parlamentares, que em 2015, verificou-se uma queda no quantitativo esperado devido ao contingenciamento orçamentário e à demora na liberação das emendas parlamentares, cuja maioria dos contratos foi assinada somente em 2016.

Observação: a meta passa a ser acompanhada pela Secretaria de Política Agrícola - SPA.

Quantidade alcançada: 8.886 Km

Data de Referência: 31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	20.100	km	578	31/12/2014
Região Nordeste	7.100	km	2.345	31/12/2014
Região Norte	8.100	km	1.637	31/12/2014
Região Sudeste	10.100	km	1.737	31/12/2014
Região Sul	20.000	km	1.454	31/12/2014

**Meta: Capacitar 360 entre dirigentes, funcionários e integrantes do quadro social de cooperativas para uma gestão profissionalizada, no âmbito do programa ProfiCoop - Profissionalização da Gestão Cooperativa**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: DENACOOOP/SDC/MAPA

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: Em 2015 não houve celebração de convênio. As pessoas capacitadas em 2015 estão relacionadas a convênios celebrados anteriormente. Cumpre afirmar que a meta foi superada.

Quantidade alcançada: 582 Pessoas

Data de Referência: 31/12/2015

**Meta: Certificar 6.000 unidades armazenadoras que prestam serviços remunerados a terceiros (por CNPJ e capacidade estática)**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: MAPA/SDC

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: Houve queda em 2015 devido à revisão nos procedimentos de avaliação para certificações procurando atender a demanda do



setor e natural estabilização nas certificações requisitadas, devido a proximidade da total cobertura de armazenagem prestadora de serviços a terceiros. Obs.: a meta passa a ser acompanhada pela Secretaria de Política Agrícola.  
Quantidade alcançada: 7.356 Unidades armazenadoras  
Data de Referência: 31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.500	unidade	1.455	31/12/2014
Região Nordeste	300	unidade	257	31/12/2014
Região Norte	200	unidade	124	31/12/2014
Região Sudeste	1.000	unidade	1.145	31/12/2014
Região Sul	3.000	unidade	4.165	31/12/2014

**Meta: Elaborar o Plano Nacional de Armazenagem**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: MAPA/SDC

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: O Plano Nacional de Armazenagem já foi concluído. Como resultado, no Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014, foi lançado o Plano de Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), com uma linha de crédito específica de financiamento, operada pelos bancos, para construção, modernização e ampliação de Unidades Armazenadoras. Serão disponibilizados R\$ 25 bilhões em cinco anos safras com juros de 4% ao ano e com 15 anos para pagamento, incluindo três anos de carência.

**Meta: Implantar 40 projetos de desenvolvimento e inclusão social em associações rurais e cooperativas, apoiando organização social e produtiva de mulheres e jovens para acesso aos mercados e aumento da renda**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: DENACOOOP/SDC/MAPA

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: Não houve implementação de Chamada Pública no exercício de 2015.  
Quantidade alcançada: 0 Projetos  
Data de Referência: 31/12/2015

**Meta: Promover a capacitação técnica ou gerencial de 3.200 pessoas pertencentes aos quadros de cooperativas e associações rurais**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: DENACOOOP/SDC/MAPA

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: A meta foi superada tendo em vista a atuação dos Programas CooperGênero e ProcoopJovem, em eventos de capacitação e implementação do PISACOOOP no estado do Paraná.  
Quantidade alcançada: 5.170 Pessoas  
Data de Referência: 31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	3.200	peessoas	6.926	30/06/2014

**INICIATIVAS**

**Iniciativa: 02XH - Apoio a projetos de desenvolvimento e fomento do setor agropecuário**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

Medida Institucional Normativa: As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas pelos POs 0005 - Promoção e Participação em exposições em Feiras Agropecuárias, 0006 - Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas e 0008 - Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias, 000E - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário e 000F - Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização de Contratos de Repasse, Convênios e Instrumentos Congêneres da ação 20ZV - Fomento ao setor Agropecuário do Programa 2014 e do PO 0003 - Prestação de Assistência Técnica aos Beneficiários do PRODECER, da ação 2000 - Administração da Unidade do Programa 2105.

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**AÇÕES**

Ação: 10.22101.20.608.2014.0064 - Assistência às Associações de Criadores de Equinos e Entidades Turfísticas (Lei nº 7.291, de 1984)





**Informações Básicas**

UO: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Finalidade:

Descrição: Assistência financeira para melhoria e modernização dos serviços de Registros Genealógicos; melhoria da infra-estrutura dos hipódromos; modernização dos sistemas de apostas nas entidades turfísticas.

Produto: Associação atendida

Unidade de Medida: unidade

**Ação: 10.22101.20.608.2014.20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário**

**Informações Básicas**

UO: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Finalidade:

Descrição: Promoção da agropecuária nacional pela difusão de tecnologias, estudos e pesquisas afins em agricultura irrigada, estudos de infraestrutura e logística da produção - INFRALOG, promoção e participação em exposições e feiras agropecuárias, apoio ao desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agrícolas, apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas pecuárias, fomento à indicação geográfica de produtos agropecuários - IG, fomento à inovação no agronegócio, fomento à conservação e ao uso sustentável de recursos genéticos para agricultura e alimentação, apoio ao desenvolvimento do associativismo rural e do cooperativismo, bem como incentivo e apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário mediante a aquisição de patrulhas mecanizadas, manutenção e conservação de estradas vicinais e de outras iniciativas com a finalidade de promover o desenvolvimento do setor agropecuário.

Produto: Projeto apoiado

Unidade de Medida: unidade

**Iniciativa: 02XJ - Concessão de crédito às Cooperativas e Associações - Bancos Públicos**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**FINANCIAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS**

**Financiamento Extraorçamentário: Concessão de crédito às Cooperativas e Associações pelo Banco do Brasil - BB.**

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Valores: 1º Ano PPA: 2.500.000.000,00    2º Ano PPA: 2.600.000.000,00    3º Ano PPA: 4.800.000.000,00    4º Ano PPA: 5.000.000.000,00

Fonte: 34300 - BB

**Financiamento Extraorçamentário: Concessão de crédito às Cooperativas e Associações pelo Banco do Nordeste - BNB.**

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Valores: 1º Ano PPA: 3.388.000,00    2º Ano PPA: 3.979.000,00    3º Ano PPA: 4.488.000,00    4º Ano PPA: 4.916.000,00

Fonte: 34400 - BNB

**Financiamento Extraorçamentário: Concessão de crédito às Cooperativas e Associações pelo BASA.**

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Valores: 1º Ano PPA: 3.667.000,00    2º Ano PPA: 4.254.000,00    3º Ano PPA: 4.935.000,00    4º Ano PPA: 5.725.000,00

Fonte: 34500 - BASA

**Financiamento Extraorçamentário: Concessão de crédito às Cooperativas e Associações pelo BNDES. (Capitalização de Cooperativas Agropecuárias - PROCAP-AGRO)**

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Valores: 1º Ano PPA: 1.500.000.000,00    2º Ano PPA: 1.600.000.000,00    3º Ano PPA: 1.700.000.000,00    4º Ano PPA: 1.800.000.000,00

Fonte: 34100 - BNDES

**Financiamento Extraorçamentário: Concessão de crédito às Cooperativas e Associações pelo BNDES. (Desenvolvimento Cooperativo - PRODECOOP)**

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Valores: 1º Ano PPA: 2.000.000.000,00    2º Ano PPA: 2.100.000.000,00    3º Ano PPA: 2.200.000.000,00    4º Ano PPA: 2.300.000.000,00

Fonte: 34100 - BNDES

**Iniciativa: 02XL - Coordenação e fiscalização da atividade agrícola**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**Iniciativa: 02XO - Elaboração de estudos que visem a redução do custo logístico da movimentação de produtos agropecuários destinados ao abastecimento e à exportação**



#### Informações Básicas

Individualizada: Não

#### MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

**Medida Institucional Normativa: Elaboração de Estudos de Infraestrutura e Logística da Produção que visem à redução do custo de movimentação de produtos agropecuários com foco na matriz brasileira de transporte, no Plano Nacional de Armazenagem e na implementação do sistema nacional de certificação de unidades armazenadoras. As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas pelo PO 0004 - " Estudos de Infraestrutura e Logística da Produção - INFRALOG ", da Ação Orçamentária 20ZV - Fomento ao setor agropecuário.**

#### Informações Básicas

Unidade Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

**Iniciativa: 02XT - Promoção da capacitação, intercooperação, acesso a mercados e internacionalização de associações e cooperativas**

#### Informações Básicas

Individualizada: Não

#### MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

**Medida Institucional Normativa: Promoção da capacitação, intercooperação, acesso a mercados e internacionalização de associações e cooperativas. As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas pelo PO 000D - " Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo ", da Ação Orçamentária 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.**

#### Informações Básicas

Unidade Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

**Objetivo: 0750 - Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e ao aumento da sua participação na matriz energética.**

#### Informações Básicas

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

#### Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: A necessidade de aumentar a participação de fontes renováveis na matriz energética elevou a agroenergia ao destaque mundial. O Brasil, atualmente, é o segundo maior produtor de biocombustíveis, superado apenas pelos Estados Unidos. No contexto interno, a participação dos biocombustíveis é decisiva para manter o alto índice de renováveis na matriz energética nacional. Aproximadamente, 24,8% de toda a energia ofertada internamente é originária da agricultura (15, 7% de cana e derivados, 8,1% de lenha e carvão vegetal e 1% de biodiesel), segundo o Balanço Energético Nacional 2015. Particularmente na matriz veicular, o Brasil está na vanguarda mundial na utilização de biocombustíveis, na qual o etanol e o biodiesel são responsáveis por cerca de 23% do total de combustíveis utilizados no País.

Para o setor sucroenergético, a safra 2015/16 não irá apresentar mudança significativa em sua área plantada, que deve se manter em cerca de 9 milhões de hectares. A produção esperada de cana-de-açúcar deverá atingir 658,7 milhões de toneladas, um aumento de 3,8% com relação à safra anterior. Tal crescimento será viabilizado por conta do aumento da produtividade da cana-de-açúcar da ordem de 4% na safra atual. Esta matéria prima permitirá a produção de 29 bilhões de litros de etanol e 34,6 milhões de toneladas de açúcar. No âmbito dos compromissos assumidos pelo Brasil com relação à Convenção sobre Mudanças do Clima, o desafio é garantir o pleno abastecimento de frota de veículos do Ciclo Otto, o que exigirá a consolidação do etanol como principal combustível em substituição a parcela de gasolina. Isso implica na necessidade de planejamento visando garantir que as matérias primas possam receber investimentos requeridos para atender à demanda por este biocombustível. Neste contexto, medidas adotadas em 2015 em benefício do setor visaram estimular o crescimento da produção, dentre as quais: a) PRORENOVA – BNDES: Linha de financiamento para expansão da produção via renovação de canaviais com baixa produtividade e implantação de novos. Foram disponibilizados R\$ 1,5 bilhão; b) Programa de Financiamento à Estocagem de Etanol, visando disponibilizar recursos para carregamento de estoques até o período da entre safra. Os principais objetivos são garantir abastecimento no período de entre safra e evitar volatilidade de preços. Os recursos disponibilizados são de R\$ 2 bilhões.

Em 2016, será dada continuidade às políticas de incentivo à expansão da oferta de matérias primas para a produção de biocombustíveis, com ações de difusão de novas tecnologias produtivas, capacitação de agricultores e extensionistas quanto à práticas sustentáveis de produção de matérias-primas agroenergéticas, e a divulgação de estudos com foco em matérias primas agroenergéticas. Para o etanol de 2ª geração é esperado um ganho de produtividade e diminuição do custo de produção, onde atualmente existem duas usinas em escala comercial em operação.

#### METAS

**Meta: Capacitar 4.000 produtores rurais, extensionistas e equipes de assistência técnica em produção agroenergética**

#### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE

#### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: Análise Situacional da Meta foi positiva, tendo atingindo a quantidade 6.850 pessoas capacitadas em todo o período de quatro anos do PPA 2012-2015. O público abrangido foram produtores rurais, extensionistas e equipes de assistência técnica, difundindo tecnologias de produção de agroenergéticas. O valor alcançado representa 171% da meta para todo o período do PPA(2012-2015), um resultado positivo apesar da diminuição dos recursos ao longo dos anos.

No ano de 2015, a Secretaria de Produção e Agroenergia (SPA), órgão responsável até julho de 2015 pelo objetivo 0750, foi extinto (Decreto 8.492/2015), o que dificultou a execução de qualquer atividade neste período.

Para 2016 a perspectiva é de dar continuidade as ações de as ações de capacitação de produtores rurais, extensionistas e equipes de assistência técnica, todavia as restrições orçamentárias e financeiras devem prejudicar os resultados para esse ano.

Quantidade alcançada: 0 Produtores rurais, extensionistas e equipes de assistência técnica

Data de Referência: 31/12/2014



**Meta: Modernizar duas unidades artesanais de extração de óleo de dendê**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: Ceplac

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: Conforme avaliações continuadas durante o ciclo do PPA em curso a realização da meta já estava constatada e registrada. As mini usinas funcionam como unidades pilotos de processamento de dendê e foram adquiridas por meio de parceria entre CEPLAC e Petrobrás. Cada unidade protótipo de beneficiamento de óleo de dendê possui capacidade para processar 500 kg de cachos/h, com rendimento de 80 kg de óleo/h, representando uma taxa de extração de 16% do óleo existente nos cachos, 6% a mais do que no roldão, unidade artesanal tradicional. Estas unidades agroindustriais têm como objetivo a capacitação de agricultores familiares dos territórios da cidadania do Baixo Sul e Litoral Sul da Bahia, com vistas ao beneficiamento adequado dos subprodutos do dendê, além de se constituírem em unidades demonstrativas e modelos de plantas para processamento em pequena escala pelos segmentos da agricultura familiar nos Territórios da Cidadania do Litoral Sul e Baixo Sul da Bahia.

Alinhado ao objetivo estratégico da CEPLAC de "Ampliar a Produção de Agroenergéticos" desenvolveram-se tecnologias na busca de melhoria na qualidade do azeite de dendê, a partir do híbrido interespecífico, denominado "hie", formado pelo cruzamento da espécie de origem africana (Elaeis guianensis) e espécies (Elaeis oleifera). O referido híbrido recebeu na região o nome de Unauê (em homenagem ao município de Una-BA, onde se localiza a Estação de Pesquisa da CEPLAC), produz um azeite com baixíssima acidez e excelente sabor quando comparado aos azeites tradicionais. Ensaio técnicos usando tecnologias apropriadas de colheita e processamento na extração do azeite avaliaram as características genéticas desse híbrido, base para o desenvolvimento do azeite na marca Unauê, que pelas suas qualidades pode melhorar cada vez mais a qualidade e segurança alimentar da culinária baiana, além de propiciar a oferta de excedente para a produção de biocombustível de melhor qualidade e menor custo.

Quantidade alcançada: 2 Unidades artesanais

Data de Referência: 31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	2	unidade	2	31/12/2015

**Meta: Organizar 30 projetos de difusão de tecnologias de produção de matérias primas agroenergéticas**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: Análise Situacional da Meta foi positiva, tendo atingindo a quantidade 54 tecnologias difundidas em todo o período de quatro anos do PPA 2012-2015. O valor alcançado representa 180% da meta para todo o período do PPA(2012-2015). Isso só foi possível devido a participação de entidades de pesquisa referenciadas em agroenergia como, Embrapa, Universidade de Viçosa, Universidade Federal de Lavras, entre outras.

No ano de 2015, a Secretaria de Produção e Agroenergia (SPA), órgão responsável até julho de 2015 pelo objetivo 0750, foi extinto (Decreto 8.492/2015), o que dificultou a execução de qualquer atividade neste período.

Para 2016 a perspectiva é de dar continuidade as ações de difusão de tecnologias de produção de matérias primas agroenergéticas, todavia as restrições orçamentárias e financeiras devem prejudicar os resultados para esse ano.

Quantidade alcançada: 0 Projetos de difusão de tecnologias

Data de Referência: 31/12/2014

**Meta: Promover a implantação de 10.000 ha de dendezaís**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: Ceplac

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: Na proposta de revisão do PPA em 2013 sugeriu-se alteração nos quantitativos dessa meta de implantação de dendezaís, de 10 mil para 6 mil hectares, restringindo-se sua regionalização ao Nordeste, excluindo-se portanto a meta equivocadamente indicada para a Região Norte. O esforço da iniciativa no estado do Pará consiste apenas na implantação, pela CEPLAC, de um campo de produção de sementes melhoradas de dendê, não se constituindo meta do PPA.

A apuração quantitativa da meta está expressa de modo cumulativo, não havendo registro de novas áreas plantadas até o fechamento do exercício de 2015, mantendo-se uma área de expansão do cultivo de apenas 575 hectares no ciclo apreciado. Este baixo índice inferior a 10% da meta final estabelecida, tem como causas principais a falta de estímulo do governo ao programa de biocombustível na região, além dos entraves associados principalmente à regularização dos trâmites para produção de mudas e limitações de crédito para investimento na atividade.

A produção de sementes selecionadas de dendê para distribuição aos agricultores familiares encontra-se paralisada pela CEPLAC em razão de restrições contidas na MP nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, em conformidade com o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal do Brasil e atendendo aos pressupostos contidos nos arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB (Versão em português) da Organização das Nações Unidas - ONU, todas as atividades inerentes a acesso ao Patrimônio Genético/Conhecimento Tradicional Associado e Repartição de Benefícios estão sujeitas ao regramento decorrente da referida Medida Provisória e tem como órgão executor/regulador o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - CGEN. De acordo com as informações dos Técnicos do CGEN as atividades de recursos genéticos da Ceplac estão enquadradas na Deliberação nº 209 e na Orientação Técnica nº 7 do CGEN. Diante das dificuldades apontadas, assim como na operacionalização de crédito, especialmente aos agricultores familiares e no volume de produção de semente, verificou-se entrave no ritmo de expansão de novas áreas, cabendo atenção à proposta de revisão da meta em apreço, salvo definição de nova estratégia governamental para o setor.

Os esforços de pesquisa e atividades de extensão do órgão estão focados nos planos de manejos dos cultivos instalados, controle de doenças, melhoramento genético e processamento visando qualidade do óleo, tendo como iniciativa recente produção de 5.500 sementes melhoradas da variedade Tenera para recomposição do Banco de Germoplasma.

Quantidade alcançada: 575 Hectares

Data de Referência: 31/12/2015



Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	6.000	ha	575	31/12/2015
Região Norte	4.000	ha	0	31/12/2015

**Meta: Promover a renovação de 6.000 ha de dendezaís**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: Ceplac

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: No exercício de 2015 esta meta continuou sofrendo as mesmas limitações quanto à disponibilidade de mudas melhoradas tendo em conta restrições já enunciadas relativo à falta de regulamentação da produção e distribuição de sementes e mudas de dendê.

Registrou-se durante todo o ano em apreço a renovação de apenas 74 novos hectares utilizando-se sementes dos cultivos tradicionais e com recursos próprios dos produtores, consequência das dificuldades ainda presentes da falta de material genético melhorado, bem como de entraves operacionais de carência e capacidade de pagamento nas linhas de crédito de investimento para a renovação dos dendezaís decadentes.

As dificuldades na consecução dessa meta, com apuração acumulada de apenas 1.115 hectares de renovação dos cultivos até o final desse ciclo do PPA, trás consequências para o setor que ora padece de falta de competitividade diante dos níveis de produtividade inferior a 5 toneladas de cachos por hectares, quando poderia alcançar mais 10 toneladas/ha/ano com novos materiais genéticos e manejo adequado.

Os esforços de pesquisa e atividades de extensão do órgão estão focados nos planos de manejos dos cultivos instalados, controle de doenças, melhoramento genético e processamento visando qualidade do óleo, tendo como iniciativa no ano de 2015 a produção de 5.500 sementes melhoradas da variedade Tenera para recomposição do Banco de Germoplasma.

Quantidade alcançada: 1.115 Hectares

Data de Referência: 31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	6.000	ha	1.115	31/12/2015

**INICIATIVAS**

**Iniciativa: 02Y0 - Desenvolvimento da potencialidade agroenergética das regiões produtoras de cacau**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

**Medida Institucional Normativa: Difusão de tecnologias e implementação de ações para melhoria e otimização do agronegócio do dendê, tanto na consolidação da agricultura familiar quanto nas pequenas e médias propriedades agrícolas, para atingir níveis de viabilidade agroindustrial e econômica de produção e utilização do óleo de dendê como matéria-prima para a produção de biodiesel. Implementação de um programa sustentável de produção de biocombustível nas regiões produtoras de cacau. As despesas decorrentes desta iniciativa serão custeadas pela Ação 20ZS - Desenvolvimento da Agroenergia.**

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia

**Iniciativa: 02Y2 - Difusão de tecnologias e capacitação dos agentes produtivos em produção agroenergética**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**AÇÕES**

**Ação: 10.22101.20.608.2014.20ZS - Desenvolvimento da Agroenergia**

**Informações Básicas**

UO: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Finalidade:

Descrição: Organização e capacitação dos agentes das cadeias produtivas agroenergéticas para o desenvolvimento sustentável, estudo das potencialidades das matérias-primas agroenergéticas, difusão de tecnologias para o desenvolvimento da produção agroenergética, cooperação internacional para a difusão da agroenergia e desenvolvimento da potencialidade agroenergética das regiões produtoras de cacau, objetivando capacitar equipes de assistência técnica e de extensão rural, apoiar a organização dos produtores rurais em associações e em cooperativas; promover melhor aproveitamento das potencialidades regionais para a produção agroenergética; promover difusão de tecnologias para o desenvolvimento da produção agroenergética; incentivar cooperação técnica internacional; implementar estudos e ações de melhoria e otimização do agronegócio do dendê.

Produto: Cadeia produtiva desenvolvida

Unidade de Medida: unidade

**Iniciativa: 02Y3 - Divulgação de estudos relativos ao desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agroenergéticas**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não



#### MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

**Medida Institucional Normativa: Mapeamento das vocações produtivas das diferentes regiões do país, zoneamento agrícola das matérias-primas agroenergéticas e avaliação das suas potencialidades (produtividade esperada para as diferentes matérias-primas, nas diferentes regiões aptas à sua produção). As despesas decorrentes desta iniciativa serão custeadas pela Ação 20ZS - Desenvolvimento da Agroenergia.**

##### Informações Básicas

Unidade Responsável: Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia

**Iniciativa: 02Y6 - Monitoramento das cadeias produtivas agroenergéticas quanto à produção e processamento de matérias primas, comercialização e consumo de seus derivados**

##### Informações Básicas

Individualizada: Não

#### MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

**Medida Institucional Normativa: Estruturação e manutenção de sistema de monitoramento da produção e processamento de matérias primas das principais cadeias produtivas da agroenergia; Fiscalização das unidades produtoras de biocombustíveis em especial quanto ao cumprimento das determinações judiciais e aplicação dos recursos previstos pelo Art. 36 da Lei 4.870/65 (Plano de Assistência Social). As despesas decorrentes desta iniciativa serão custeadas pela Ação 2000 - Administração da Unidade.**

##### Informações Básicas

Unidade Responsável: Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia

**Objetivo: 0976 - Modernizar a gestão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando alcançar agilidade e qualidade na formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário, em benefício da sociedade brasileira.**

##### Informações Básicas

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), para cumprir o estabelecido em seu Planejamento Estratégico, nas perspectivas de Processos Internos (Excelência Administrativa) e de Pessoas, Aprendizado e Crescimento (Informação e Conhecimento, Ambiente de Trabalho e Pessoas), como também cumprir o estabelecido no Plano Plurianual neste objetivo, e no intuito de melhorar sua gestão e o seu desempenho operacional, buscou programar suas metas e iniciativas, que caracterizam prioridades na gestão, de forma que sejam integradas e estruturadas em novos padrões, coerentes com o significativo papel de executor de políticas públicas, baseadas nos princípios: 1. desenvolvimento da gestão institucional; 2. aperfeiçoamento dos mecanismos de comunicação social integrada; 3. integração do planejamento estratégico e do planejamento setorial; 4. gestão de pessoas por competência e capacitação; 5. gestão da informação e do conhecimento; 6. políticas de produção e disponibilização de informações ao cidadão; e 7. gestão da tecnologia da informação.

A importância do tema "Modernização da gestão institucional" fez com que várias iniciativas fossem implementadas ao longo do período do PPA. Nesse sentido, podemos destacar a implantação do Sistema de Gestão Integrada (SGI), sistema modular informatizado que possibilita o planejamento e a gestão orçamentária das atividades do Ministério, no âmbito dos Planos Orçamentários definidos na Lei Orçamentária Anual (LOA), assim como o monitoramento dos atributos dos programas definidos no Plano Plurianual (PPA).

Em relação ao desenvolvimento de pessoas foi instituído o Programa Escola Nacional de Gestão Agropecuária, que tem como foco principal a gestão de competências do Ministério, à luz da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNPD, instituída no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006. Não menos importante, os Planos Anuais de Capacitação Continuada instituídos ao longo do Plano, deram consistência à estratégia de aperfeiçoamento/capacitação dos servidores do Ministério.

No período do PPA, foi possível realizar 18 projetos de mapeamento/modelagem dos processos de serviço, atividade fundamental para a atualização e modernização dos procedimentos técnicos/administrativos vinculados às áreas finalísticas e meio do Mapa.

Em relação à produção de informações para uso interno e externo ao Ministério foram implantadas as seguintes ações: inauguração do Serviço de Informação do Cidadão no site do MAPA na Internet, em 12 de abril de 2012; também na Internet, a implantação da Carta de serviços ao Cidadão, ferramenta de gestão que integra o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – Gespública, do governo federal. Nessa ferramenta, foram disponibilizadas informações detalhadas relativas a 21 temas no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; para o público em geral, foi desenhado e disponibilizado novo portal do Mapa, contendo as técnicas mais avançadas em comunicação visual; o Mapa também está presente nas mídias sociais (Facebook, Youtube, Flickr, Twiter e Soundcloud) com acompanhamento diário dessas ferramentas, tornando-as canais importantes de diálogo com o cidadão. Para a comunicação com o público interno, foram disponibilizadas diariamente Comunicações Internas via e-mail corporativo, contendo informações institucionais para todos os servidores do Ministério, inclusive para os lotados nas Superintendências Federais de Agricultura nos estados. Por fim, entende-se que essas e outras iniciativas implementadas no período tiveram impacto positivo nos resultados do Objetivo, durante a vigência do Plano Plurianual.

#### METAS

**Meta: Ampliar a média anual de horas de capacitação dos servidores do MAPA de 7,5 para 40**

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: MAPA/AGE

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: Considerou-se o total de horas cursadas (50.539 horas/ Fonte: CDP), distribuídas pelos servidores ativos deste Ministério (11.190 servidores/Fonte: COPES/Divisão de Cadastro/CGAP), obtendo-se o resultado de 4,55h/servidor.

Ações implementadas em 2015 na área de capacitação:

- 1) Elaboração de projetos básicos e pareceres para deferimento de eventos de capacitação e treinamento, que alcançou aproximadamente 1.452 servidores.
- 2) Termo de Cooperação com a Escola de Administração Fazendária – ESAF, com vigência de 01/05/2015 a 30/11/2015. Foram executados os cursos "SICONV", "Tesouro Gerencial/SIAFI" e "Gestão de Contratos" ofertados para servidores da SEDE, INMET, CEPLAC, LANAGROS E SFAs.
- 3) Institucionalização do Programa Escola Nacional de Gestão Agropecuária – ENAGRO, por meio da portaria nº 164 de 19 de agosto de 2015.
- 4) Realização de 2(dois) Editais para Seleção de Instrutoria Interna para o curso de "Certificação Fitossanitária" e "Direito Administrativo".



5) Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal do Pará - PA para implantação da Gestão por Competências no âmbito do MAPA e unidades vinculadas (CEPLAC e INMET).  
6) Celebração de TED com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com o objetivo de alinhamento da Enagro a Gestão do Conhecimento e Governança Pública do MAPA.

Dentre as dificuldades enfrentadas destacam-se:

- 1) Contingenciamento do Orçamento específico para custeio das capacitações, a dotação para 2015 era de R\$2.000.000, entretanto foi repassado apenas R\$ 900.000;
- 2) As ações de capacitação também foram prejudicadas em decorrência da mudança na Gestão do órgão.

Diante destas dificuldades, foram tomadas as seguintes medidas:

- 1) Termo de Cooperação com a Escola de Governo ESAF, objetivando alcançar mais servidores com um menor custo;
- 2) Divulgação na Agronet e Intercom de eventos de capacitação à distância com ônus limitado ou sem ônus ao MAPA;

Quantidade alcançada: 4,55 Horas/ano

Data de Referência: 31/12/2015

**Meta: Ampliar de 10% para 70% o percentual de processos em uso, mapeados e melhorados**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: MAPA/AGE

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: O resultado da meta manteve-se constante ao longo do período do PPA. Os processos mapeados/modelados incorporados em 2015 serão monitorados pelo escritório de processos, com expectativa de implantação durante o PPA 2016-2019.

Quantidade alcançada: 20 %

Data de Referência: 31/12/2015

**Meta: Ampliar de 45% para 95% a Taxa de servidores participantes de comunidades virtuais do ambiente institucional CATIR (Comunidades de Aprendizagem, Trabalho e Inovação em Rede)**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: MAPA/AGE

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: O total de servidores do MAPA corresponde a 11.671 pessoas e 34% desse quantitativo participa da comunidade CATIR. O decréscimo no percentual de utilização da ferramenta ao longo do período do PPA, deveu-se, dentre outras razões, ao ambiente virtual do Sistema não ser muito amigável/interativo e à crescente migração de usuários para outros sistemas de informação em atividade no Ministério.

Quantidade alcançada: 34 %

Data de Referência: 31/12/2015

**Meta: Ampliar de 60% para 70% o percentual de notícias positivas veiculadas na mídia sobre o MAPA**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: MAPA/AGE

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: Em 2015 houve uma pequena redução de notícias favoráveis em comparação com 2014. Entretanto, mantém bom resultado, se comparado com a meta estabelecida inicialmente. Vale destacar que a análise qualitativa e quantitativa das notícias atualmente engloba os veículos de comunicação como: rádio, televisão e veículos especializados na cobertura do agronegócio.

Quantidade alcançada: 92,25 %

Data de Referência: 31/12/2015

**Meta: Ampliar o índice de satisfação dos servidores em relação às ações dos serviços de qualidade de vida de 30% para 70%**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: MAPA/AGE

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: A pesquisa demonstrou que os participantes estiveram satisfeitos com as atividades oferecidas em 2015, de um modo geral. O grau de satisfação demonstrado superou as expectativas, uma vez que as instalações e materiais utilizados não atenderam plenamente.

Foram aplicados questionários aos participantes das oficinas promovidas pelo Programa de Qualidade de Vida, no período de 07 a 11 de dezembro de 2015, e dos eventos realizados: Arraiá da Agricultura, III Semana da Qualidade de Vida, Dia dos Pais, Dia da Secretária e Campanha Natal Mapa Solidário.

Nos questionários das oficinas foram abordados os tópicos: atividade; estrutura física; planejamento, organização e apoio logístico e auto avaliação.

Nos questionários dos eventos foram avaliados a organização, a criatividade, o local e as atividades oferecidas durante o evento.

A média das notas atribuídas ao grau de satisfação dos participantes do grupo de artesanato de 0 a 10, foi de 9.

A média das notas atribuídas ao grau de satisfação dos participantes do coral, de 0 a 10, foi de 9.

77% do público participante no Arraiá da Agricultura atribuiu nota entre 9 e 10 - destacando o evento como uma excelente oportunidade de integração dos servidores.

87,2 % das respostas para o evento em homenagem ao Dia dos Pais foram consideradas ótimas

75% das respostas para todos os itens aferidos quanto ao evento em homenagem ao Dia da Secretária foram consideradas ótimas.

Houve adesão de 100% das Superintendências na Campanha Natal Mapa Solidário.



Quantidade alcançada: 81 %  
Data de Referência: 31/12/2015

**Meta: Passar de 2 para 4 o Índice de Atendimento (acessibilidade, navegabilidade, usabilidade, interface, qualidade das informações, satisfação dos gestores dos sistemas) dos sistemas de informação do MAPA**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: MAPA/AGE

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: Este Índice indica o quanto os sistemas implantados na instituição estão sendo úteis para os usuários na percepção deles. A premissa é de que os gestores informem se estão satisfeitos com os sistemas, na medida em que eles sejam úteis para a realização dos trabalhos. Visando identificar/aferrir o nível de satisfação com os Sistemas de Informação, a CGTI elaborou questionário disponibilizados à cada gestor de sistema para análise de acessibilidade, navegabilidade e qualidade das informações disponibilizadas.

1. Síntese do desempenho atual: A avaliação dos sistemas é realizada por questionário/pesquisa encaminhado por e-mail aos gestores dos sistemas de informação (aproximadamente 70 gestores identificados).
2. Pontos de atenção: Os sistemas de informação devem assegurar que as informações sejam de fácil compreensão e utilização. O acesso às informações deve ser de forma intuitiva e de fácil localização. As informações devem possuir integridade e registro fiel ao fato que representam.
3. Riscos: Deve-se atentar à dificuldade representada pela não obtenção de respostas de questionários enviados aos gestores. Nem todos os gestores avaliam os seus sistemas e isso aumenta o risco de não cumprimento da meta definida.

O resultado apurado no segundo semestre de 2015 (índice 3), representa 65% de satisfação com os sistemas entregues e demonstra unicamente uma consonância com o nível de acessibilidade, navegabilidade e qualidade das informações disponibilizadas. Isto indica que a qualidade dos sistemas permanece estável.

Meta apurada: Índice 3 (68%) de satisfação dos gestores do sistema

Quantidade alcançada: 3 Índice de atendimento  
Data de Referência: 31/12/2015

**INICIATIVAS**

**Iniciativa: 045W - Consolidação da gestão do conhecimento e da informação por meio do Sistema Nacional de Difusão de Informação para o Agronegócio**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

**Medida Institucional Normativa: Consolidação da gestão do conhecimento e da informação no Mapa; captação, aquisição e tratamento da informação agrícola nacional; ampliação do acesso da sociedade às informações públicas, via SIC - Serviço de Informação ao Cidadão; racionalização, atualização e consolidação da legislação do segmento agricultura; implementação de canais de comunicação para disseminação de informações; ampliação, atualização e manutenção de bases de dados. As despesas decorrentes desta iniciativa serão custeadas pelo PO 0005 - Sistema Nacional de Difusão de Informações par o Agronegócio da Ação Orçamentária 2000 - Administração da Unidade do Programa 2105.**

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Assessoria de Gestão Estratégica

**Iniciativa: 045X - Desenvolvimento e fortalecimento da gestão institucional do MAPA, aperfeiçoando os mecanismos de comunicação social integrada, interna e externa, consolidando a Gestão Estratégica, implementando o Modelo de Gestão Institucional, a gestão de pessoas por competência, a avaliação de desempenho e o Programa de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

**Medida Institucional Normativa: Desenvolver e fortalecer a gestão institucional do MAPA, mediante aperfeiçoamento dos mecanismos de comunicação social integrada, consolidando a Gestão Estratégica, implementando o Modelo de Gestão Institucional, a gestão de pessoas por competência, a avaliação de desempenho e o Programa de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos. As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas pelo PO 0002 - Capacitação de Servidores Públicos Federais 0007 - Coordenação do Processo de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Ação Orçamentária 2000 - Administração da Unidade do Programa 2105.**

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Assessoria de Gestão Estratégica

**Iniciativa: 0460 - Modernização e Manutenção de Soluções e Processos de Tecnologia da Informação no MAPA**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

**Medida Institucional Normativa: Gerir e Manter no âmbito do MAPA os Processos e respectivos Recursos de Tecnologia da Informação(TI) para atender as suas atribuições legais e os serviços ao cidadão, incluindo no escopo: hardware, software e sistemas de informação, administração de dados e banco de dados, redes de comunicação e interconexão de redes, infraestrutura de suporte, consultoria técnica, segurança da informação, garantia da qualidade de produtos e serviços e suporte ao usuário do MAPA. As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas pelo PO 0009 - Gestão e Manutenção de Soluções e Processos de Tecnologia da Informação, da Ação Orçamentária 2000 - Administração da Unidade do Programa 2105.**



**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Coordenação Geral de Tecnologia da Informação

**Objetivo: 1005 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e de difusão de tecnologias para produtores rurais**

**Informações Básicas**

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional do Objetivo: Esse objetivo busca promover a adoção de inovações tecnológicas, gerenciais, ambientais, mercadológicas e sociais pelos produtores e comunidades rurais, por meio dos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER), em articulação com a pesquisa agropecuária brasileira, criando condições para apropriação de tecnologias que levem ao aumento da produtividade e renda dos agricultores.

A viabilização dos serviços de assistência técnica e extensão rural se dará por meio da Agência de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). A Lei nº 12.897, que autoriza o Poder Executivo Federal a instituir a Anater, foi publicada em 19 de dezembro de 2013. O Decreto nº 8.252, de 26/05/2014 instituiu a Anater. No entanto, a Agência não entrou em atividade. Desta forma, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento vem desenvolvendo iniciativas para implantar projetos de assistência técnica para os médios produtores rurais.

Nesse sentido, é pertinente relatar que estão em execução projetos de provimento de ATER em diferentes regiões do País. Em 2015 foram capacitados 2.045 agentes de ATER e 4.560 produtores rurais, totalizando 2.189 agentes e 8.120 produtores para o quadriênio.

Espera-se que com o funcionamento da ANATER, as ações desenvolvidas por este Ministério sejam potencializadas para melhor assistência aos produtores rurais e agentes de ATER.

**METAS**

**Meta: Capacitar 10.000 agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para apoio ao produtor rural**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC/MAPA

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: A capacitação de técnicos extensionistas foi executada com apoio da área de transferência de tecnologia do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária de forma a permitir acesso as inovações geradas pela pesquisa e promover a integração entre a extensão rural e instituições de pesquisa.

Em 2015 foi possível capacitar 2.045 agentes de extensão rural no Brasil, totalizando 2.189 para o quadriênio, por meio de editais de chamamento público. Ressalta-se que as ações de ATER executadas permitiram o alcance de metas de outros objetivos associados a áreas finalísticas deste Ministério. Desta forma, os números alcançados podem incluir capacitações também contabilizadas em outras metas.

Ao final do quadriênio, foram capacitadas 460 pessoas na região Centro-Oeste, 89 na região Nordeste, 16 na região Sudeste e 1.354 na região Sul.

Quantidade alcançada: 2.189 agentes de ATER

Quantidade alcançada: 2.189 Agentes de ATER

Data de Referência: 31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2.500	unidade	460	31/12/2015
Região Nordeste	2.000	unidade	89	31/12/2015
Região Norte	2.500	unidade	16	31/12/2015
Região Sudeste	1.500	unidade	270	31/12/2015
Região Sul	1.500	unidade	1.354	31/12/2015

**Meta: Prestar assistência técnica e extensão rural direcionada à adoção de tecnologias, agropecuária sustentável, gestão e organização de produtores e de estabelecimentos rurais para 230.000 produtores**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC/MAPA

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento participou da elaboração da minuta de decreto, regulamento e estrutura de criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER, que no âmbito do Governo Federal seria a entidade responsável pelos programas de assistência técnica e extensão rural. Assim, nos primeiros anos do quadriênio, foi criado um grupo de trabalho no MAPA para definir as demandas de assistência técnica voltadas ao médio produtor observando as áreas de orientação geral indicadas pelo Governo Federal, tais como: programas regionais, apoio a cadeia de pecuária leiteira; disseminação de tecnologias do plano de agricultura de baixo emissão de carbono (Plano ABC); agricultura de precisão; agricultura irrigada; agricultura orgânica (Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO) dentre outras. Em razão da ANATER não ter iniciado suas atividades, houve prejuízo ao atingimento da meta inicialmente estipulada. No entanto, através de editais de chamamento público foi possível prestar assistência técnica a 4.560 produtores no Brasil em 2015, totalizando 8.120 para o quadriênio.

Quantidade alcançada: 8.120 Produtores

Data de Referência: 31/12/2015





Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	60.000	unidade	972	31/12/2015
Região Nordeste	76.800	unidade	3.560	31/12/2015
Região Norte	36.000	unidade	0	31/12/2015
Região Sudeste	30.700	unidade	585	31/12/2015
Região Sul	26.500	unidade	3.003	31/12/2015

#### INICIATIVAS

Iniciativa: 04GM - Prestação dos serviços qualificados e continuados de assistência técnica e extensão rural (ATER) ao produtor rural e suas organizações

##### Informações Básicas

Individualizada: Não

#### MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

Medida Institucional Normativa: Essa iniciativa será executada direta ou indiretamente, por meio de projetos específicos, contratos, convênios ou outros termos de ajustes com entidades públicas ou privadas, habilitadas para execução de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER).

##### Informações Básicas

Unidade Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

#### AÇÕES

Ação: 10.22101.20.606.2014.213S - Assistência Técnica e Extensão Rural para o Produtor Rural

##### Informações Básicas

UO: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Finalidade:

Descrição: Disponibilização de inovações tecnológicas, gerenciais, ambientais, mercadológicas e sociais aos produtores e comunidades rurais, por meio dos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER), em articulação com a pesquisa agropecuária brasileira, criando condições para apropriação de tecnologias que levem ao aumento da produtividade e da renda dos agricultores.

Produto: Produtor beneficiado

Unidade de Medida: unidade